

ARQUITECTURA, PATRIMÓNIO E TURISMO

PROJETO DE EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO
NA VILA DE AVÔ

Vera Lúcia Frango Nunes
(Licenciada)

Proposta de Projeto de Mestrado elaborada para obtenção do
grau de mestre em arquitectura

Orientação Científica:

Professor Carlos Luís Lemonde Macedo
Professora Doutora Maria da Graça Santos Antunes Moreira

Júri:

Presidente: Professor Doutor José Cabido
Vogal: Professor Doutor Miguel Baptista-Bastos

Documento Definitivo

Lisboa, FA ULisboa 2020

A TODOS OS QUE ME AJUDARAM NESTE PERCURSO ACADÉMICO, À MINHA FAMÍLIA, AOS MEUS PROFESSORES E AOS MEUS COLEGAS.

A TODOS OS QUE ME ZERAM CRESCER PESSOAL E PRO SSIONALMENTE, DEIXANDO A SUA MARCA NO MEU PERCURSO.

AOS QUE ME MOSTRARAM O QUE EU QUERIA SER E AOS QUE ME MOSTRARAM O QUE EU NÃO QUERIA SER.

AOS EXCELENTES DOCENTES QUE ENCONTREI NESTA INSTITUIÇÃO, EM ESPECIAL AOS MEUS ORIENTA- DORES QUE ESCOLHI PELO BRILHANTE EXEMPLO, PRO SSIONAL E HUMANO, QUE SÃO PARA MIM. AOS MEUS COLEGAS E COMPANHEIROS, MUITOS DELES HOJE AMIGOS, QUE AJUDARAM A COMPLE- TAR ESTA EXPERIÊNCIA ACADÉMICA COM ÓTIMAS HISTÓRIAS E MEMÓRIAS.

Resumo

O interior de Portugal tem assistido a um despovoamento crescente, a falta de emprego, serviços e equipamentos, nestas zonas tem como consequência o abandono da população mais jovem que vai em busca de melhores oportunidades e qualidade de vida, criando assim consequentemente a um aumento do índice de população idosa.

Explorando o sector do turismo como um sector de dinamização e aumento da economia, aliando-o à qualificação do património imóvel, este trabalho teve como objetivo refletir sobre a questão do despovoamento em espaços rurais, tentando entender as questões que levaram ao aumento do abandono e de que forma o conceito de património arquitetónico aliado ao conceito de turismo pode ajudar a minimizar esta tendência.

O local de intervenção escolhido para este trabalho foi uma freguesia de baixa densidade populacional, situada no concelho de Oliveira do Hospital, onde o abandono do território é uma constante ao longo dos anos.

Palavras chave: Desertificação | Reabilitação | Património | Turismo Rural | Equipamento

Abstract

Inland Portugal has witnessed a growing depopulation, lack of jobs, services and equipment in these areas, resulting in the abandonment of the younger population seeking better opportunities and quality of life, thus creating an increase in elderly population index.

Exploring the tourism sector as a sector for boosting and increasing the economy, combining it with the qualification of real estate, this work aimed to reflect on the issue of depopulation in rural areas, trying to understand the issues that led to the increase of abandonment and How the concept of architectural heritage combined with the concept of tourism can help to minimize this trend.

The place of intervention chosen for this work was a parish of low population density, located in the municipality of Oliveira do Hospital, where the abandonment of the territory is a constant over the years.

Key words: Desertification | Rehabilitation | Heritage | Rural Tourism | Equipment

Índice

Introdução

1.1	Contextualização	18
1.2	Objetivos	18
1.3	Metodologia e Estruturação	19

II. Estado do Conhecimento

1.	Património	22
1.1.	Caracterização geral do conceito	25
1.2.	Património em espaços rurais	29
1.3.	A população em zonas de baixa densidade populacional	33
1.4.	Memória e Identidade	35
2.	Turismo	38
2.1.	O conceito de turismo e a sua evolução	41
2.2.	Turismo em territórios rurais	43
2.3.	Turismo em espaços rurais e arquitetura	45
3.	A Qualificação	48
3.1.	A qualificação profissional em turismo	51
3.2.	O turismo de Portugal e as suas escolas	53
4.	Casos de Referência	56
	Introdução aos Casos de Estudo	59
4.1.	Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa	51
4.2.	Escola de Hotelaria e Turismo Portalegre	67
4.3.	Hotel Rural Casa do Rio	73
4.4.	Pousada Santa Maria da Costa	79

III. Análise do Território de Projeto

1.	O Concelho de Oliveira do Hospital e a Vila de Avô	88
1.1.	Caracterização do concelho	89
1.2.	Evolução da população no concelho	91
1.3.	Património Existente	93
1.4.	Turismo em Oliveira do Hospital	95
1.5.	Plano de revitalização do território	101
1.6.	Equipamentos escolares em Oliveira do Hospital	103
1.9.	A Vila de Avô	107

IV. Projeto de Arquitetura

7.1	Contexto	115
7.1	Proposta de Intervenção	115
7.3	Escola Profissional de Hotelaria e Turismo	121
7.4	Hotel de Aplicação – A Casa de Avô	127
7.5	Programa de Necessidades	133

V.	Considerações Finais	135
----	----------------------------	-----

Índice de Figuras

Fig. 1 - Ribeira de Pomares, Vila de Avô, Concelho Oliveira do Hospital - Foto da Autora

Fig. 2 - Mapa de Concelhos do Pinhal Interior Norte - Nut II - <https://www.cm-leiria.pt/uploads/document/le/1555/38035.pdf>

Fig. 3 - Mapa de Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital - https://www.google.com/search?q=Mapa+de+Freguesias+do+Concelho+de+Oliveira+do+Hospital&sxsrf=ACYBGNSZt_U6BQTQ2jxRkvqAqJ5yf_wa-0Q:1579045617148&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKewj-MoeCoo4TnAhW68uAKHdU3CQ0Q_AUoAXoECAwQAw&biw=1919&bih=866#imgrc=20U3H2Z3E6GYjM

Fig. 4 - Vila de Avô, Concelho Oliveira do Hospital - Foto da Autora

Fig. 5 - Marca Visual da Indicação Geográfica Protegida (IGP) - <https://tradicional.dgagr.gov.pt/pt/produtos-por-regime-de-qualidade/igp-indicacao-geografica-protegida>

Fig. 6 - Marca Visual da Denominação de Origem Protegida (DOP) - <https://qualiportugal.pt/wp-content/uploads/2018/08/TT-17-A-rotulagem-dos-produtos-com-DOP-IGP-e-a-sua-utilizacao-como-ingredientes-2.pdf>

Fig. 7 - Marca Visual da Especialidade Tradicional Garantida (ETG) - <https://qualiportugal.pt/wp-content/uploads/2018/08/TT-17-A-rotulagem-dos-produtos-com-DOP-IGP-e-a-sua-utilizacao-como-ingredientes-2.pdf>

Fig. 8 - Habitante Linhares da Beira, Serra da Estrela - Foto da Autora

Fig. 9 - Edifício Devoluto em Vale de Maceira, Concelho Oliveira do Hospital - Foto da Autora

Fig. 10 - Castelo de Linhares da Beira, classificado como Monumento Nacional em 1922 - Foto da Autora

Fig. 11 - Aldeia do Xisto Foz d'Égua, Concelho Tábua

Fig. 12 - Empreendimento Turístico em Espaço Rural – Casa de Campo em Lugar da Lapa Arq. Rui Veloso, 2018 - https://www.archdaily.com/909880/country-house-in-lugar-da-lapa-adaptye?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

Fig. 13 - Empreendimento Turístico em Espaço Rural em Méda - Longroiva Hotel Rural Arq. Luís Rebelo de Andrade, 2016 - https://www.archdaily.com/789733/longroivas-hotel-and-thermal-spa-luis-rebelo-de-andrade?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

Fig. 14 - Empreendimento Turístico em Espaço Rural em Melgaço - Agroturismo Arq. Correia/Ragazzi 2016 - https://www.archdaily.com/797559/agrotourism-in-melgaco-correia-ragazzi-arquitectos?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

Fig. 15 - Hotel Inatel Piodão, Concelho de Tábua - Foto da Autora

Fig. 16 - Escola de Hotelaria e Turismo do Porto - <https://martaguimaraesipt.wordpress.com/2013/01/17/a-escola-de-hotelaria-e-turismo-do-porto/>

Fig. 17 - Hotel de Aplicação da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto - e Artist - <https://www.publiturishotelaria.pt/2018/01/15/hotel-escola-do-porto-distingui-do-pela-excelencia-do-servico/>

Fig. 18 - Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão - <https://escolas.turismodeportugal.pt/escola/portimao/>

Fig. 19 - Planta de localização Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa - Google Earth

Figura 20 -32 - <http://www.tnp.pt/website/index.php?/equipamentos/escola-machado-castro/>

Fig. 20 - Planta de Cobertura Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 21 - Planta Piso 1 Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 22 - Planta Piso 0 Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 23 - Alçado Norte Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação -

Fig. 24 - Alçado Sul Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 25 - Foto Fachada Principal Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 26 - Imagem Fachada Sul Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 27 - Imagem Fachada Sul Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 28 - Auditório Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação - Fig. 29 - Cozinha Pedagógica Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig.29 - Fachada Oeste Acessos Verticais Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 30 - Biblioteca Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 31 - Fachada Principal Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Fig. 33 - Planta de Localização Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre - Google Earth

Figuras 34 - 49 <https://www.archdaily.com.br/br/01-82659/hotel-and-catering-school-s-lash-eduardo-souto-de-moura-plus-graca-correia>

Fig. 34 - Planta Cobertura Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 35 - Planta Piso 1 Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 36 - Planta Piso 0 Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 37 - Alçado Norte Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 38 - Alçado Sul Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 39 - Corte Longitudinal Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 40 - Corte Transversal Oeste Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 41 - Corte Transversal Este Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 42 - Fachada Sul Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 43 - Fachada Sul Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 44 - Fachada Norte Zona Entrada Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 45 - Porta Entrada Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 46 - Sala de Aula Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 47 - Fachada Norte Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 48 - Cozinha Pedagógica Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 49 - Secretaria e Corredor Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 50 - Bar Pedagógico Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Fig. 51 - Planta de Localização Hotel Rural Casa do Rio - Google Earth

Figura 52 a 68 - https://www.archdaily.com/909959/hotel-rural-casa-do-rio-menos-e-mais-arquitectos?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

Fig. 52 - Planta Cobertura Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 53 - Planta Piso 0 Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 54 - Planta Piso -1 Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 55 - Fachada Sudoeste Hotel Rural Casa do Rio-

Fig. 56 - Fachada Sudeste Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 57 - Corte Quarto Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 58 - Corte Quarto Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 59 - Corte longitudinal Sudeste Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 60 - Corte longitudinal Nordeste Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 61 - Planta área comum Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 62 - Planta Quarto Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 63- Vista Aérea Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 64 - Vista Fachada Noroeste Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 65 - Vista Fachada Sudeste Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 66 - Zona Piscina Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 67 - Vista Fachada Noroeste Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 68 - Quarto Hotel Rural Casa do Rio

Fig. 69 - Planta de Localização Pousada Santa Marinha da Costa

Figura 70 a 86 - <https://arquivoatom.up.pt/index.php/pousada-de-santa-marinha-2?page=1&sort=alphabetic&sortDir=asc&listLimit=20>

Fig. 70 - Planta do Programa Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 71 - Planta Piso -1 Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 72 - Planta Piso 0 Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 73 - Planta Piso 1 Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 74 - Alçado Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 75 - Perspetiva Sala de Estar Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 76 - Perspetiva corredor Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 77 - Fotografia da Igreja Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 78 - Fotografia Espaços Exteriores Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 79 - Fotografia Exterior do Núcleo Novo Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 80 - Fotografia Pátio Interior Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 81 - Fotografia Pátio Interior Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 82 - Fotografia Sala de Estar Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 83 - Fotografia Bar Pousada de Santa Marinha da Costa

Fig. 84 - Fotografia Restaurante Pousada de Santa Marinha da Costa

- Fig. 85 - Fotografia Quarto Pousada de Santa Marinha da Costa
- Fig. 86 - Fotografia Quarto Pousada de Santa Marinha da Costa
- Fig. 87 - Identificação das freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital - <https://geneall.net/fr/map/100/oliveira-do-hospital/>
- Fig. 88 - Localização geográfica de Oliveira do Hospital no mapa de Portugal - https://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_do_Hospital
- Fig. 89 - Tipificação das situações de exclusão, na sub-Região do Pinhal interior Norte
- Fig. 90 - Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa - Foto da Autora
- Fig. 91 - Igreja Matriz de Travanca de Lagos - Foto da Autora
- Fig. 92 - Ruínas Romanas de Bobadela - Arco Romano Foto da Autora
- Fig. 93 - Sinalética dos Caminhos das Aldeias do Xisto - <https://aldeiasdoxisto.pt/>
- Fig. 94 - PR1 OHP – Caminhos do Xisto de Aldeia das Dez I – Pelas Várzeas do Alvôco - Google Earth
- Fig. 95 - PR2 OHP - Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II - Google Earth
- Fig. 96 - PR3 OHP – Caminhos do Xisto de Aldeia das Dez III - Google Earth
- Fig. 97 - PR4 OHP - Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva - Google Earth
- Fig. 98 - Território do Geopark da Estrela - <https://www.diarioimobiliario.pt/Atualidade/Serra-da-Estrela-e-Geoparque-Mundial-da-UNESCO>
- Fig. 99 - Página Promocional e Informativa do Percurso “Do Alva ao Mondego” do site do Geopark - <http://www.geoparkestrela.pt/>
- Fig. 100 - Enquadramento do Concelho de Oliveira do Hospital ao nível da NUT III Pinhal Interior Norte
- Fig. 101 - Imagem Aérea da Vila de Avô - Google Earth
- Fig. 102 - Castelo da Vila de Avô - Foto da Autora
- Fig. 103 - Igreja Moçárabe Vila de Avô - Foto da Autora
- Fig. 104 - Casa Brás Garcia de Mascarenhas - Foto da Autora
- Fig. 105 - Junta de Freguesia de Avô - Foto da Autora
- Fig. 106- Arquitectura Vernacular Posto de Saúde de Avô - Foto da Autora
- Fig.107 - Praia Fluvial Vila de Avô - Foto da Autora
- Fig. 108 - Piscina para Crianças Praia Fluvial Vila de Avô - Foto da Autora
- Fig. 109 - Poema V.Campos no Miradouro Varandas de Avô - Foto da Autora
- Fig. 110 - Placa Identificativa do Miradouro - Foto da Autora
- Fig. 111 - Sinalização Percurso Aldeias do Xisto - Rota PR4 - Foto da Autora
- Fig. 112 - Fachadas de Algumas Habitações na Vila de Avô - Foto da Autora
- Fig. 113 - Socalcos de Cultivo Junto ao Alva na Vila de Avô - Foto da Autora
- Fig. 114 - Senhor a Pescar na Ilha do Picoto - Foto da Autora
- Fig. 115 - Poema V.Campos Miradouro Varandas de Avô - Foto da Autora
- Fig. 116 - Planta Estratégia Proposta Urbana Esc. 1:2000 - da Autora
- Fig. 117 - Vista Aérea Vila de Avô Vista Centro Histórico - Identificação Edif. Solar

- Fig.118 - Envolvente ao Edifício do Solar, Praça 21 de Junho - Foto da Autora
- Fig.119 - Fachada Principal a Este do Solar - Foto da Autora
- Fig.120 - Fachada Secundária a Sul do Solar - Foto da Autora
- Fig.121 - Pormenor Fachada Principal do Solar - Foto da Autora
- Fig.122 - Esquina da Fachada Secundária a Este - Foto da Autora
- Fig.123 - Planta de Implantação esc. 1:500 - Foto da Autora
- Fig.124 - Planta Piso -1 esc.1:500 - da Autora
- Fig.125 - Planta Piso 0 esc. 1:500 - da Autora
- Fig.126 - Alçado Sudoeste esc. 1.:500 - da Autora
- Fig.127 - Planta Piso 1 esc. 1:500 - da Autora
- Fig.128 - Planta Piso 2 esc. 1:500 - da Autora
- Fig.129 - Corte AA' esc. 1:500 - da Autora
- Fig.130 - Corte BB' esc. 1:500 - da Autora
- Fig.131- Alçado Sul esc. 1:500 - da Autora
- Fig.132- Alçado Sudeste esc. 1:500 - da Autora
- Fig.133 - Vista Aérea Vila de Avô Vista Centro Histórico - Identificação Edif. Lagar
- Fig.134 - Fachada Norte - Foto da Autora
- Fig.135 - Rua Fachada Sul - Foto da Autora
- Fig.136 - Implantação do Hotel de Aplicação esc.1:500 - da Autora
- Fig.137 - Planta Piso 0 esc. 1:500 - da Autora
- Fig.138 - Fachada Norte Hotel de Aplicação - da Autora
- Fig.139 - Planta Piso 1 esc.1:500 - da Autora
- Fig.140 - Planta Piso 2 esc.1:500 - da Autora
- Fig. 141- Fachada Sul esc. 1:500 - da Autora
- Fig.142 - Corte AA' esc. 1:500 - da Autora
- Fig.143 - Corte BB' esc. 1:500 - da Autora
- Fig.144 - Renders Interior do quarto de hotel e fachada norte - da Autora

I. Introdução

A Contextualização, os Objetivos, a Metodologia e a Estruturação



Fig. 1 - Ribeira de Pomares, Vila de Avô,, Concelho Oliveira do Hospital

I. 1.1 Contextualização

A relevância do turismo na economia portuguesa, assim como nas economias mundiais, é evidente, é neste momento uma das atividades económicas mais importantes do País. É por isso importante perceber este fenómeno enquanto atividade que potencie o crescimento e a dinamização económica no País aliando-o à recuperação do património arquitetónico dos lugares.

O turismo é um sector que tem tido um crescimento significativo ao longo das últimas décadas este crescimento, devido à sua massificação, nem sempre é positivo na relação com o território, com as populações e culturas locais.

Nos últimos anos o conceito de turismo tem mudado, começando a existir oferta alternativa, estas novas ofertas turísticas, como o turismo em espaço rural, apresentam uma relação de proximidade com os locais e culturas onde se inserem, além de utilizar outros recursos, como o património cultural e arquitetónico, elementos únicos. Estas ofertas apresentam na sua génese uma maior preocupação com a preservação do património natural, cultural e ambiental das regiões, garantindo que os objetivos económicos são atingidos. É com esta consciência de respeito pelo património material e imaterial que a arquitetura popular ganha relevância, tornando-se um elemento diferenciador e fundamental para o sucesso destes novos locais turísticos cheios de potencial.

É com esta base que surge o interesse de estudar e intervir nesta região da Beira Interior onde se identificou um potencial turístico e patrimonial ainda por desenvolver.

I. 1.2 Objetivos

Com o objetivo de definir o caminho deste trabalho e obter algumas respostas foram levantadas algumas questões como: - Qual a importância do Património nos espaços rurais? - De que modo a identidade dos lugares pode ser preservada e ao mesmo tempo ser utilizada como mais valia na promoção de novos serviços de turismo? - Qual a importância da qualificação profissional para o desenvolvimento das zonas rurais e de que forma esta traz dinamismo? - De que forma um equipamento de ensino e turismo pode contribuir para atrair mais população ativa e promover turisticamente zonas de baixa densidade populacional?

Estas são as questões principais sobre as quais o presente trabalho se debruçou, de uma forma global e em particular no território escolhido. Entender de que modo a arquitetura assume um papel chave na qualificação e dinamização turística de uma vila.

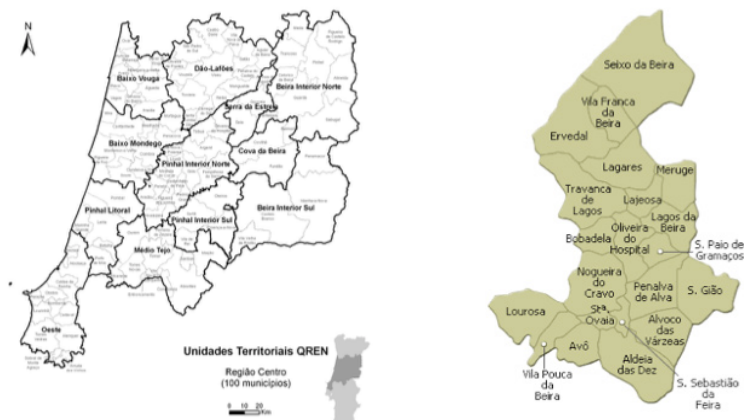
A escolha desta vila resultou de uma análise do território de Oliveira do Hospital enquanto território de aldeias resilientes, Avô foi uma das vilas do concelho abalada por um grande incêndio em outubro de 2016, contudo, apresenta um forte potencial turístico e patrimonial com vários pontos de interesse pouco explorados.

“O Turismo é uma atividade económica estratégica para o desenvolvimento económico e social do país, designadamente para o emprego (...)”

(Cabral, 2017: 2)

Posteriormente à pesquisa teórica foi desenvolvido um projeto arquitetónico que

pretende ocupar dois edifícios devolutos existentes na vila transformando-os em dois pontos dinamizadores da corrente turística, um núcleo destinado ao ensino profissional na área da hotelaria e do turismo e um segundo núcleo destinado a alojamento.



I. 1.3 Metodologia e Estruturação

O presente trabalho organiza-se em duas vertentes: teórica e projeto final. Estas duas vertentes complementam-se durante todo o desenvolvimento da proposta. Foram consultadas várias referências bibliográficas e estatísticas para o desenvolvimento da vertente teórica.

Para desenvolvimento da parte teórica foi consultada bibliografia nomeadamente na biblioteca da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, na biblioteca municipal de Oliveira do Hospital assim como foram ainda consultadas outras referencias online. Foram estudados casos de referencia para ajudar na definição programática do projeto.

Este trabalho divide-se em cinco capítulos sendo eles: a introdução; estado de conhecimento; análise do território; projeto de arquitetura; considerações finais.

No estado do conhecimento são abordados os conceitos principais do trabalho, como o conceito de património, de turismo, a qualificação profissional e os quatro casos de referência usados para elaboração do projeto.

Para a realização do projeto final foram realizadas várias visitas ao local em diferentes épocas do ano. Na primeira visita a Oliveira do Hospital, no mês de setembro, foram identificadas as potencialidades de cada aldeia surgindo a escolha da aldeia de Avô para intervenção, foi realizado um reconhecimento da aldeia e um registo fotográfico. Na segunda visita à aldeia, em novembro, foi feito mais um reconhecimento do local e identificados os edifícios com potencial para ser reabilitados pelo seu valor patrimonial ou pela sua relação com a paisagem. Durante a época de Verão, em junho foi feita mais uma visita à Vila de Avô para verificação de algumas medidas necessárias à concretização dos projetos proposto assim como o levantamento urbano da vila e para perceber as dinâmicas da vila nesta época de mais calor, foi feito também um levantamento fotográfico assim como abordadas algumas pessoas da aldeia. Foi também visitada a biblioteca municipal em Oliveira do Hospital. Por último foi feita uma última visita ao local de intervenção em novembro de 2019 onde foram percorridas as duas rotas do xisto que incluem a Vila de Avô.

Foi realizada uma análise swot do Concelho de Oliveira do Hospital assim como da Freguesia de Avô.

Imagem Esquerda:
Fig. 2 - Mapa de Concelhos do Pinhal Interior Norte - Nut II

Imagem Direita:
Fig. 3 - Mapa de Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital

II. ESTADO DO CONHECIMENTO

O Património, o Turismo e a Qualificação



Fig. 4 - Vila de Avô, Concelho Oliveira do Hospital

II. Estado do Conhecimento

1. Património

“Os elementos e conjuntos construídos que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades”

“Património arquitectónico e arqueológico - [revogado - Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio]

II. 1.1. Caracterização geral do conceito

Segundo a UNESCO “O património é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. O nosso património cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, a nossa pedra de toque, o nosso ponto de referência, a nossa identidade.”

O património é a herança que nos é deixada ao longo dos tempos, a marca e a história que resta da passagem daqueles que já partiram. Pode também ser considerado património um conjunto de bens de família, designado por herança familiar, um conjunto de bens próprios, adquiridos ou herdados bem como um bem ou conjunto de bens, materiais, naturais ou imateriais reconhecidos pela sua importância cultural. Pela UNESCO é elaborada a classificação do Património da Humanidade, formado por edifícios, cidades, monumentos, montanhas, que, tendo em conta a sua importância excepcional, merecem ser preservados para a herança comum da humanidade.

O conceito de património foi utilizado pela primeira vez em França no século XIX, sendo que nesse período só existiam alguns princípios, que serviam para identificar o que se pensava ser património (GOMES, 2008). Surge em Portugal na época do Renascimento, com André de Resende e Francisco D’Holanda no século XVI, a necessidade de preservar o património. Contudo é no Romantismo, no século XIX, que se passaram a realizar propostas mais extensas para considerar o património (SOUSA, 2014). Quando Portugal se tornou um país democrático, “foi o Estado que passou a ter a responsabilidade da preservação e da valorização dos bens comuns do povo português, tendo para isso se baseado em ideias da elite pensante para criar políticas nacionais para o património” (SOUSA, 2014, p. 7).

Esta evolução do conceito e da forma de encarar o património originou uma legislação relativa aos bens culturais que deu começo a uma nova política para o património nacional, no fim do Estado Novo, em 1974. Desenvolve-se uma maior valorização do património nacional, criando a necessidade de preservação do mesmo, ocorre uma evolução na legislação nacional a partir do século XX, que passou a integrar também a legislação internacional. Desta evolução podemos destacar a Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/8 de setembro de 2001), aprovada em Assembleia da República, e que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural de bens que, pelo seu valor histórico, científico, social e técnico, integra o património cultural arquitetónico e arqueológico classificado do país, referindo-se, assim, a uma grande diversidade de conceitos patrimoniais.

No dia 1 de junho de 2012, com o Decreto-Lei n.º 115/2012, relativo à orgânica da nova Direção-Geral do Património Cultural, iniciou-se uma fase transitória de fusão do IGESPAR IP (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico¹) e do IMC IP (Instituto dos Museus e Conservação²) que levaram à recém-criada Direção-Geral do Património Cultural (DGPC). Este organismo tem por missão a gestão, salvaguarda, conservação e restauro.

O património cultural é entendido com um conjunto de elementos materiais ou imaterial, móveis e imóveis, únicos e insubstituíveis que devem ser preservados pela sua importância histórica ou relevância cultural para um determinado povo. O património cultural divide-se em vários domínios: património urbano; património

1 “tem por missão, a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitetónico e arqueológico classificado do País.” Artº21-1

2 Instituto Público português, criado em 2007 no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, e que unia os anteriores Instituto Português de Museus e Instituto Português de Conservação e Restauro, assim como a Estrutura de Missão Rede Portuguesa de Museus e era dependente do Ministério da Cultura.

arquitetónico; património arqueológico, património móvel; património imaterial.

A classificação destes elementos divide-se em: bens de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado; bens de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município; bens de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional», os bens culturais de interesse mundial integram-se esta classificação.

O património cultural imaterial é constituído por parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesa. Este património suporta os elementos que não se incluem no património material, mas que são importantes para a compreensão do mesmo. Entende-se por património imaterial as tradições e expressões orais, como a língua portuguesa; práticas sociais rituais e eventos; conhecimentos relacionados com a natureza e o universo; competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais. Estes elementos devem preservados através do registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de coletâneas que viabilizem a sua salvaguarda.

Entende-se por património cultural material móvel os elementos que podem ser transportados como é o caso dos livros, documentos, obras de arte, peças arqueológicas, mobiliário, objetos religiosos entre outros. Este património encontra-se habitualmente preservados nos museus e pode ser classificado como sendo de interesse nacional, interesse público ou de interesse municipal.

No património cultural material imóvel consideram-se os elementos de interesse cultural relevante, especificamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, artístico, etnográfico, científico, industrial ou técnico destes bens reflete valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade. Estes assumem relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura. Integram de igual modo o património cultural imóvel elementos relevantes pelo seu valor de testemunho, elementos que possam ter uma relação interpretativa e informativa. Assim os bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos integram também o património cultural imóvel.

Assim os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio.

Incluído no património cultural imóvel insere-se o património arquitetónico, construído e paisagístico, englobando os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo, é um recurso de importância vital para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e legar para as gerações futuras.

A sua conservação, valorização e divulgação tem um potencial de projeção local, regional, nacional e, em casos específicos, mundial, com capacidade de atratividade de diferentes públicos pelos diversos aspetos associados à sua fruição, atendendo à diversificação dos valores associados; de ordem histórica, urbanística, arquitetónica, etnográfica, social, industrial, técnica, científica e artística.

As intervenções no património cultural, construído e paisagístico, devem por isso observar e cuidar das diversas valências e expressões que o caracterizam e que lhe conferem um carácter único e insubstituível, numa operação técnica pluridisciplinar integrada e exigente, determinante para a futura fruição pública dos monumentos singulares, conjuntos ou sítios e dos respetivos contextos que com eles possuem uma relação interpretativa e informativa.

II. 1.2. Património em espaços rurais

“Espaço rural: áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural”

(Portaria n.º 937/2008, de 20 de Agosto).

Constituído por elementos materiais e imateriais, os espaços rurais possuem um património cultural, edificado, natural e paisagístico de infinita riqueza. Este património, que importa preservar, funciona igualmente como motor de desenvolvimento do território onde se situa. Reconhecer o valor do passado, proteger e valorizar o património rural, torná-lo conhecido, acessível e interativo com as populações rurais é uma tarefa indispensável à manutenção dos equilíbrios ecológicos, à preservação da autoestima e do desenvolvimento económico, social e cultural. Esta tarefa incumbe, não só às instituições oficiais e entidades privadas ligadas ao setor, mas também às populações que deverão ter orgulho no património existente no seu território.³

No «Guia de Observação do Património Rural 09»⁴ criado pelo Ministério da Agricultura podemos verificar que o património representa a identidade de um grupo ou um segmento de grupo social, logo, qualquer objeto ou prática social pode ser celebrado como património por um ou mais grupos sociais. Este é transmitido através das diferentes expressões e manifestações da vida de um povo ao longo as gerações, dependendo das pessoas para sobreviver. A “patrimonialização”⁵ pode transformar um bem privado num bem comum, com potencial valor coletivo. A localização em propriedade privada de estruturas ou construções rurais com valor patrimonial pode tornar-se um obstáculo não só à sua inventariação, mas também à sua conservação e divulgação.

Considerando que o património é a identidade de um povo, deve ser considerada também a “perda”, que ocorre quando o património é danificado ou destruído devido à ação implacável do tempo. E, por isso, o património que outrora teve valor, na atualidade pode estar destruído e ter caído no esquecimento levando consigo a marca destas sociedades do mundo rural.

As técnicas e os “saberes-fazer” que contribuem para a criação das paisagens, a construção de casas, o fabrico de mobiliário, a transformação de produtos da terra, os dialetos locais, as músicas, a literatura oral proveniente de tradições não escritas, são formas de expressão que testemunham um sistema identitário presente no território. Incluem-se aqui os contos e lendas que dão importância aos indivíduos ou aos sítios que fazem parte da história local, bem como os nomes dos locais que refletem usos ou representações particulares. Os meios de sociabilidade e as formas particulares de organização social como os hábitos e costumes e as festas (de calendário, agrícolas, etc.). Este é um património vivo onde diferentes comunidades do mundo rural lhe atribuem sentido e valor coletivo e territorial.

Podemos identificar como património rural elementos como: a paisagem; património edificado; práticas e rituais tradicionais; produtos e gastronomia tradicional.

A paisagem contribui para a formação de culturas locais, representa uma componente fundamental do património cultural e natural e assume-se, no todo ou em parte, como elemento importante na qualidade de vida das populações. A evolução das técnicas de produção agrícola, florestal, industrial e mineira e das técnicas nos

3 <https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/patrimonio-rural>

4 https://www.dgadr.gov.pt/images/docs/div_meiorural/i010464.pdf

5 “atribuição do estatuto de património a um bem material ou imaterial, reconhecendo-lhe interesse (cultural, histórico, etc.) para determinada região, país ou conjunto de países, com o objetivo de garantir a sua preservação, divulgação, etc.”

domínios do ordenamento do território, do urbanismo, dos transportes, das infraestruturas, do turismo e lazer e, de um modo mais geral, as alterações na economia mundial, estão, em muitos casos, a acelerar a transformação das paisagens. Importa reter que identificar o património rural de um território começa pela interpretação da paisagem, dando particular atenção à observação dos seus aspetos dominantes.

Na paisagem inserem-se as vias terrestres como vias romanas, trilhos, caminhos vicinais, rotas, as vias fluviais e as vias férreas. Estas vias destacam-se como elementos de apreciação assim como os pontos de referência como os campanários, torres de vigia, calvários, marcos geodésicos, aquedutos, pontes, fontanários, etc.

O património edificado dos espaços rurais é constituído pelas construções cuja forma e aspeto dependem, entre outros fatores, da sua finalidade, tipo de construção, época, local, materiais da região, tradições, estilos arquitetónicos e características locais das habitações.

Este património pode ser identificado como: Património histórico que representa testemunhos do passado, com ou sem atividade no presente (castelos, mosteiros, sítios arqueológicos, ruínas, muralhas, torres de vigia, etc.); Casas de habitação são casa de aldeia ou da exploração agrícola, enquanto lugar de habitação ou elemento central da exploração agrícola, etc.; Construções da exploração agrícola são construções que fazem ou fizeram parte da exploração agrícola, e que não são casas de habitação (celeiros, palheiros, construções para o gado, espigueiros, construções temporárias, etc.); Construções destinadas às atividades artesanais e industriais são exemplos de edifícios e de construções afetos às atividades artesanais ou industriais (fábricas, instalações mineiras, oficinas, adegas, moinhos, etc.); Construções de utilização coletiva como edifícios que desempenham ou desempenharam um papel ao serviço da coletividade (igrejas e lugares de culto, edifícios municipais, escolas, mercados, fontes, lavadouros, infraestruturas desportivas, clubes e sociedades recreativas, etc.); Outro tipo de património associado às práticas agrícolas ou pecuárias e que, nem sempre, está situado na exploração agrícola (abrigos de montanha, casas de pastores, pombais tradicionais, etc.)

As práticas tradicionais ligadas à agricultura, pecuária, floresta e pesca são as atividades estruturantes destes meios rurais. As práticas agrícolas tradicionais definem-se por todos os meios usados pelo homem para desbravar a terra, cultivá-la e tirar dela o melhor rendimento, tais como: a tração animal, o equipamento e as alfaías agrícolas, as técnicas culturais, a preservação da variabilidade genética e a organização do trabalho.

Os produtos e hábitos alimentares nestes territórios rurais são também de grande importância. A grande variedade de produtos existentes num determinado território, conduz, inevitavelmente, à criação de hábitos na dieta alimentar que se revestem, muitas vezes, de tipicidade a nível local, dando igualmente lugar a uma gama alargada de receitas culinárias e a processos de confeção tradicionais. Todos estes “saberes-fazer” constituem um património local e regional de inegável valor. Trata-se de produtos regionais tradicionais de elevado valor identitário, alguns deles em vias de extinção, que, regra geral, ganharam notoriedade a partir de práticas provenientes do meio familiar.

Pela sua importância, parte significativa destes produtos têm sido apoiados e reconhecidos através de medidas de política direcionadas para a sua valorização como: a Denominação de Origem Protegida (DOP), que é a designação regulamentada pela União Europeia que protege os nomes dos produtos cuja produção, elaboração e transformação ocorrem numa região delimitada, com um saber-fazer devidamente reconhecido e verificado (fig.)⁶; a Indicação Geográfica Protegida (IGP), uma IGP é um nome geográfico ou equiparado que designa e identifica um produto originário desse local ou região, que possui uma determinada qualidade, reputação ou outras características que podem ser essencialmente atribuídas à sua origem geográfica e

6 <http://www.adral.pt/pt/rsabores/missao/Paginas/DOP---Denominacao-de-Origem-Protegida.aspx>

que, em relação ao qual pelo menos uma das fases de produção tem lugar na área geográfica delimitada⁷; Especialidade Tradicional Garantida (ETG), consiste na certificação de um produto agrícola ou género alimentício tradicional que beneficia de reconhecimento pela sua esfericidade considerando que é tradicional quando demonstra ter uso comprovado no mercado comunitário por um período que mostre a transmissão entre gerações⁸; Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (VQPRD), é a sigla dada pelos órgãos reguladores de vinhos portugueses para aqueles que são produzidos em regiões reconhecidas e determinadas; entre outras⁹.



Imagem Esquerda
Fig.5 - Marca Visual da Indicação Geográfica Protegida (IGP)

Imagem Centro
Fig.6 - Marca Visual da Denominação de Origem Protegida (DOP)

Imagem Direita
Fig.7 - Marca Visual da Especialidade Tradicional Garantida (ETG)

7 <https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/produtos-por-regime-de-qualidade/igp-indicacao-geografica-protegida>

8 <http://guiaexploracoes.dgadr.gov.pt/certificacao-da-qualidade/denominacao-de-origem-protegida-dop-identificacao-geografica-portuguesa-igp-e-especialidade-tradicional-garantida-etg>

9 <https://pt.wikipedia.org/wiki/V.Q.P.R.D.>

II. 1.3. A população em zonas de baixa densidade populacional

Os territórios de baixa densidade populacional assistiram durante as últimas décadas à partida de grande parte da sua população ativa assim como ao abandono das atividades produtivas.

Segundo o dicionário de Língua Portuguesa, despovoamento significa “despovoação”. Por sua vez despovoação assume o significante de “ato ou efeito de despovoar ou de se despovoar. Por seu turno, a palavra despovoar assume o sentido de “tornar desabitado” ou “ir perdendo os habitantes”. (Costa e Melo, 1999: 531)

O despovoamento não é um fenómeno de hoje. Ele de facto faz parte da história da humanidade. No entanto, os contornos com que se reveste hoje em dia a noção de despovoamento, altera o sentido que a noção teve no passado dos mais diversos povos e civilizações.

Complexificando a questão, podemos dizer que o despovoamento é uma migração, que tanto pode ser interna (que ocorre dentro do contexto nacional), como externa (onde a deslocação faz-se de dentro para fora do contexto nacional). O despovoamento do território, quer assuma a forma de uma migração interna, quer se expresse enquanto uma migração externa, acarreta em si um conjunto de consequências, que numa relação de causa-efeito enunciam problemáticas e tendências, que alteram a visão de conjunto que temos sobre o espaço e a sociedade.

Os espaços rurais, não conseguindo assegurar a reprodução económica das suas populações, tornam-se já desde a década de 60, os anfitriões de um processo de despovoamento que rumo a contextos com quadros de oportunidades distintos do que outrora prevalecia. (Hespanha in Jacinto e Bento, 2004)

Numa relação de causa e efeito, ocorrem profundas transformações na organização e na morfologia dos territórios, que derivam diretamente do processo de despovoamento. A saída dos jovens em idade ativa provoca uma diminuição da natalidade e consequentemente um envelhecimento da população. Como exemplifica Ana Fernandes, a verdadeira causa do envelhecimento da população, não foram, o aumento da esperança média de vida nem a diminuição da mortalidade, mas sim, a diminuição da natalidade verificada a partir dos anos 70. Foi a partir dessa altura que os países desenvolvidos deixaram de renovar as suas gerações (Fernandes, 1997). Já para Óscar Barata, “a evolução demográfica tem sido, em muita larga medida, determinada pela emigração.” (Barata, 1985: 981). Apesar de ambos os autores terem visões diferentes sobre o mesmo problema, não podemos deixar de salientar que ambos estão relacionados, uma vez que a migração (interna ou externa), impede que os espaços rurais detenham a população ativa, capaz de renovar as gerações. A consequência é uma diminuição da população jovem e uma proeminência da população idosa. O declínio demográfico afigura-se neste cenário como o produto da interligação das várias variáveis demográficas.

Os jovens são um elemento chave nos processos de despovoamento, pois são eles que também dão expressão ao problema, nomeadamente, jovens em idade ativa que, por diversas razões, não conseguiram concretizar na terra que os viu nascer e que os acolheu à nascença, os projetos de uma vida que se deseja o mais próspera possível. Os filhos da terra que deixam para trás, o local que não lhes conferiu o desejado (um emprego, bem-estar e qualidade de vida, prosperidade, felicidade)

O crescente abandono da agricultura e a falta de investimento no desenvolvimento da indústria nestes territórios resultam em consequências muito negativas nas ofertas de emprego. As profissões dominantes nestas regiões são o sector primário, agricultura e a pecuária que são muitas vezes usadas como subsistência. Apesar

desta intensa relação de escassez com os mercados de trabalho, ainda existe nos mercados de trabalho rurais, salvo as exceções, a exclusão da inserção global das pessoas autóctones. As cidades e o estrangeiro, pelo poder de atracção e pelo facto de aí as relações de mercado serem mais intensas atraem a população rural, sobretudo aqueles jovens que não olham para o local onde nasceram como um local de «oportunidades» e soluções para os seus problemas. A territorialização das relações sociais parece ao fim e ao cabo, ser a transformação que traz vantagem para ambas as faces da moeda.



Fig.8 - Habitante Linhares da Beira, Serra da Estrela

II. 1.4. Memória e identidade

O conceito de identidade de um lugar engloba um vasto conteúdo preceptivo definido por inúmeros fatores que contribuem para a criação do sentimento de identificação, facto sociológico manifestado pelo autorreconhecimento entre o lugar e o habitante.”

(Ribeiro, 2009, p.47)

O conceito de memória está em constante expansão, desde os tempos arcaicos, é hoje representativo de registo de ideias, palavras, conhecimentos, acontecimentos e presentes e do passado. Porém, a memória está relacionada tanto ao fenómeno de lembrança como do esquecimento.

Para Chauí (2000) a lembrança tem, como a percepção, aspetos afetivos, sentimentais, valorativos (há lembranças alegres e tristes, há saudade, há arrependimento e remorso), relativamente ao esquecimento refere a dificuldade para lembrar certos factos e facilidade para recordar outros.

Mas a memória não é apenas um ato de lembrar ou recordar, esta relaciona-se com o tempo através da conexão das três dimensões temporais, passado, presente e futuro. A memória é inerente ao passado pelo conhecimento e pelas lembranças, contribuindo para que não se esqueçam acontecimentos passados, mantendo-os na história e, por conseguinte, na consciência humana. Sempre que a memória é relembrada no tempo presente, refere-se a um acontecimento passado, mostrando um intuito futuro. Isto é, a memória, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro (Le Goff, 1990, p. 411).

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

(Le Goff, 1990, p. 410)

Devido aos desenvolvimentos da memória na sociedade, com o aparecimento das máquinas, a memória passa a ser valorizada e desvalorizada.

É valorizada com a multiplicação dos meios de registo e gravação dos fatos, acontecimentos e pessoas e das instituições que os preservam (bibliotecas, museus, arquivos). É desvalorizada porque não é considerada uma atividade essencial para o conhecimento podemos usar máquinas. A desvalorização da memória aparece também na maneira como a indústria da construção civil destrói cidade inteiras para torná-las “modernas” destruindo a memória e a História dessas cidades (Chauí, 2000, p. 219).

Numa sociedade modernista onde a ligação ao passado é emancipada pela necessidade da procura do novo, do diferente e do “atual”, na sociedade do agora que vive presa na correria do tempo presente, desprovida de sentido, a memória e a identidade tornam-se os conceitos mais desejados. Ao sentir-se perdido na imensidão das obrigações, na pressão do trabalho ou na perda de identificação social, o indivíduo busca sempre a experiência do passado, os valores aprendidos, os sentidos básicos, esperando recuperar o sentido que no passado já reconheceu na vida.

Nesta busca pelo sentido da vida e redescobrimto do eu interior encontramos no património (na nossa herança) várias respostas, pois estas são referências importantes do “de onde viemos”. Saber de onde vim é tão importante como saber para onde vou, ser consciente daquilo que me foi ensinado e das ferramentas que me foram dadas enquanto indivíduo permite-me perceber aquilo que sou capaz de alcançar agora e no futuro.

No património arquitetónico encontramos a nossa identidade social, saber de onde vim, ter uma morada, faz-me pertencer a um lugar mesmo que esse lugar não faça parte do meu presente ele faz parte da minha história, faz-me estar ligado a uma experiência passada a num determinado território e grupo social. Quer-se preservar objetos da Antiguidade, para preservar a história mantendo-se vestígios de modo a poder-se recorrer “ao passado como uma fonte de inspiração para o presente” (GONÇALVES, 2015, p. 219). Considera-se que possuem relevante valor histórico ou cultural os imóveis que, independentemente do seu estilo arquitetónico, tenham sido testemunho de importantes eventos históricos, culturais ou científicos.¹⁰

O ser humano tem o curioso empenho de preservar ou reconstruir objetos, lugares, prédios e formas de vida associadas ao passado, o que mostra um esforço coletivo de mostrar a identidade. Trata-se de uma “esperança utópica, porque o passado é preservado ou reconstruído na vã expectativa de parar o tempo” (GONÇALVES, 2015, p. 218).

«Não há senão dois fortes vencedores do esquecimento dos homens, Poesia e Arquitectura. E a última de algum modo inclui a primeira e é mais forte na sua realidade»

John Ruskin – The Seven Lamps of Architecture. VI-Lamp os Memory,2

10 Diário da República, 1.ª série — N.º 160 — 20 de Agosto de 2008, artigo 12.º



Fig. 9- Edifício Devoluto em Vale de Macieira, Concelho Oliveira do Hospital

II. Estado do Conhecimento

2. Turismo

“The world is a book, and those who do not travel read only a page”

Saint Augustine

II. 2.1. O conceito de turismo e a sua evolução

O turismo é um sector principal para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, é um conceito que remonta a tempos longínquos da civilização. Uma das primeiras manifestações conhecidas do Turismo remonta ao Séc. VI a.C. por ocasião da realização de festivais religiosos nas cidades, aos quais as pessoas confluíam para ver as artes, onde existiam vendedores de comidas e bebidas, lembranças, etc. (Holloway, 1994).

É um conceito existente há muito que se adaptou sempre às constantes mudanças do mundo, das sociedades e às novas tendências.

A revolução industrial marcou este sector, conduzindo-o à sua expansão e massificação, com o desenvolvimento cultural, tecnológico, científico e socioeconómico. A sua transformação continuou com a evolução dos meios de transporte e com a criação do conceito de “férias”, posteriormente à segunda guerra mundial o seu crescimento é marcado pelo desenvolvimento dos meios de transporte aéreos de grande porte e de longo alcance para passageiros.

No final do século XX o aparecimento dos transportes aéreos de baixo custo e o desenvolvimento das plataformas multimédia e dos meios de comunicação criam grandes mudanças no sector. A facilidade de oferecer e comprar cria novas tendências e acrescenta uma nova dimensão e expectativa entre os turistas e o local de destino.

A evolução do Turismo, com o desenvolvimento ocorrido no virar do século XX para o século XXI, permite, segundo Costa, (2013 pág. 78-97) definir um modelo económico de Turismo baseado em três grandes realidades:

“Crescimento Económico: os níveis do crescimento do Turismo em termos mundiais continuaram imparáveis a partir dos anos 1990, mesmo durante a fase de contração económica vivenciada pelo mundo durante a primeira fase do século XXI: O número de chegadas internacionais continuou a crescer, e todas as previsões na área apontam, mesmo com algumas oscilações, para uma expansão do Turismo nas próximas décadas;

Generalização mundial: O Turismo como atividade económica e social tem vindo a generalizar-se a quase todos os países, que têm vindo a “descobrir” o seu potencial em termos de crescimento e desenvolvimento;

Dinamização de bases económicas locais: o efeito de disseminação do Turismo dentro das economias locais tem vindo a processar-se num autêntico efeito de “mancha de óleo”. O Turismo tem vindo a deixar de ser entendido numa perspetiva de economia restrita aos subsectores do alojamento e da restauração, para passar a compreender sistemas económicos mais alargados e com vastas repercussões económicas, que compreendem, ainda, os transportes, os operadores turísticos, guias e agentes de viagens, o aluguer de automóveis, os serviços recreativos, e os serviços culturais. Estes sete subsectores do Turismo são atualmente contabilizados dentro de um sistema estatístico próprio, designado por “Conta Satélite do Turismo”.¹¹

O turismo é um sector que tem tido um crescimento evidente ao longo das últimas décadas, atualmente o turismo é das atividades mais importantes em diversas economias mundiais incluindo na economia portuguesa. A atividade turística representa 9% do PIB mundial, segundo a Organização Mundial do Turismo¹², e 1 em cada 11 postos de trabalho encontra-se relacionados com a área. Podemos perceber o enorme crescimento do sector quando verificado que em 1950 o nº internacional

11 https://www.researchgate.net/publication/319344267_TURISMO_TENDENCIAS_DE_EVOLUCAO

12 <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418145>

de chegada de turistas ao ano era de 25,3 milhões e em 2014 o nº era de 1133 milhões, resultado da globalização e do aumento das companhias low cost.

Com um mercado global cada vez mais multifacetado e em constante crescimento, em conjunto com uma oferta cada vez mais variada, o turismo a tem que adaptar-se aos requisitos dos consumidores, resultando na atualização e renovação obrigatórias da oferta turística. Esta atualização e renovação tem em consideração a sustentabilidade e a gestão estratégica de recursos, produtos e destinos turísticos, assim como o cuidado ambiental.

O turista do século XXI não quer comprar um pack onde é guiado durante a sua estadia, prefere antes o turismo que lhe garanta autonomia e liberdade que é permitida também pela evolução constante da tecnologia e com a facilidade de obter conhecimento através de equipamentos móveis.

As suas motivações para visitar um lugar turístico tornam-se também mais complexas: a cultura passa a ser mais valorizada, assim como a identidade e a memória coletiva dos lugares, onde património material e imaterial se tornam na nova atração.

Em Portugal podemos ver quando consultamos os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), que temos 17.3 milhões em 2014 de dormidas, e em 2018, aumentamos para 7.5 milhões de dormidas tendo um valor de 24.8 milhões. As estatísticas revelam também que ao contrário do passado em que o sul do País tinha uma a maior ocupação de turistas devido ao clima, é a capital e o norte do País que lideram em 2018, com 30.1% de dormidas em Lisboa, 21.1% no Norte e 18.7% no Algarve.

Esta mudança resulta precisamente destas novas motivações e deste novo tipo de turista e da sua procura. Esta mudança cria uma nova expectativa para o turismo rural e para a promoção destas regiões do interior despovoadas. O turismo em espaço rural caracteriza-se por procurar preservar os valores patrimoniais, culturais e identitários de uma região, proporcionando ao turista uma experiência única.

II. 2.2. Turismo em territórios rurais

O turismo rural é o resultado da evolução do modelo de sociedade em que vivemos e não apenas um fenómeno accidental ou temporário.

Em termos gerais, os indicadores apontam para um crescimento regular da procura desta atividade, por parte de um turista mais culto, com poder económico superior à média, exigente de qualidade, de genuinidade e em busca das diferenças que o tornam atraente face às restantes modalidades de turismo.

O sector do turismo pode desempenhar um papel importante no desenvolvimento das regiões Europeias, contribuir para o desenvolvimento local, criando empregos e minimizando possíveis declínios industriais ou rurais. É um sector de extrema importância nas regiões mais remotas e afastadas dos centros económicos, é muitas vezes a garantia de criação de emprego ou uma fonte de rendimento para a população residente (Eurostat - European Commission 2013).

Este sector é um dos paradigmas mais relevantes no território rural em Portugal no contexto atual do País. No sentido de combater o despovoamento e os seus efeitos negativos nos espaços rurais foram criadas algumas políticas nacionais onde o papel do turismo é muito importante no desenvolvimento e na regeneração socioeconómica destas zonas tirando partido dos recursos naturais, patrimoniais e culturais.

Existem vários gêneros de prática de turismo em espaço rural tal como o turismo ecológico ou ecoturismo, o turismo cultural, o turismo religioso e o turismo desportivo. Os princípios do turismo rural são o “atendimento familiar, a preservação das raízes, a harmonia e sustentabilidade ambiental, a autenticidade de identidade, a qualidade do produto e o envolvimento da comunidade local” (ROQUE, 2001, p. 19).

Os países membros da atual União Europeia tiveram um desenvolvimento da atividade turística rural, unido pelo Programa LEADER (Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que representou uma atitude comunitária que surgiu na década de 1990, coordenada pela Direção Geral da Agricultura (ROQUE, 2001). Atualmente existe o Programa de Desenvolvimento Rural 2020, abrangendo o período de 2014-2020.

O Programa LEADER concedeu prioridade a ações relacionadas com o turismo rural, valorizando o património cultural e natural, apoiando investimentos turísticos privados e públicos, organizando assim a oferta turística local, comunicações, informações turísticas, e criando itinerários turísticos regionais (LEADER, 1993). Deste programa resultou alguma revalorização do meio rural com algumas práticas como excursões de campo, atividades de lazer relacionadas com o ambientalismo.

Existem outros programas relacionados com o desenvolvimento do turismo como é o caso da Estratégia de Turismo 2027, onde o desenvolvimento de medidas aplicar sobre o espaço rural é um dos pontos de interesse. É ainda necessário trilhar algum caminho no desenvolvimento de alguns aspetos como: os níveis crescentes de instrução da população; interesse crescente pelo património; melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações; abertura e recetividade às questões ecológicas; maior interesse pelas especialidades gastronómicas de cariz tradicional; a valorização da autenticidade; a procura da diferença e das soluções individuais por oposição às propostas de massa; o aumento do papel das entidades ligadas ao desenvolvimento rural na promoção desta atividade; entre outras.

Atividades de turismo em espaço rural:

Atividades de simples – passeios pedestres de pequenas rotas; passeios de bicicleta, barco, jipe/mota ou a cavalo; observação de fauna e flora; fotografia; gastronomia;

atividades tradicionais; campismo; etc.

Atividades complexas – escalada; trail running; canoagem; montanhismo; mergulho; arborismo; btt/downhill; paintball; caminhos pedestres de grandes rotas.

Atividades educativas – observação de aves; educação sobre habitats e sustentabilidade; vulcanismo, espeologia; geoturismo.

Benefícios económicos:	
Diversificação da economia local	Melhoria das condições de vida
Criação de infraestruturas turísticas, de saneamento, comunicações, serviços e acessos; e melhoria do acesso à inf. e às tecnologias	Dinamização das atividades económicas tradicionais e locais
Criação de postos de emprego diretos e indiretos e novas formas de rendimento	Substituição de atividades económicas exploratórias e agressivas como a agricultura, a pesca intensiva ou a indústria madeireira
Promoção da produção e comercialização dos produtos locais	Fixação de novos habitantes
Compra e reabilitação de edifícios para habitação ou para alojamento turístico	Incentiva à criação de novos serviços e indústrias que complementem a oferta
Benefícios sociais:	
Estimula a participação local no planeamento turístico	Incentiva a adoção de práticas tradicionais e valoriza e preserva o património cultural e histórico e o artesanato
Fortalece a coesão e identidade comunitária	Pode travar a emigração
Benefícios ambientais:	
Com base nas receitas económicas, apoia a conservação ambiental e cultural e pode impulsionar a criação de áreas protegidas	Atrai maior atenção para os valores naturais e para a necessidade de os proteger através da visitaçao, educação e interpretação
Contribui para a diminuição da sazonalidade	Incentiva à investigação das áreas naturais

II. 2.3. Turismo em espaços rurais e arquitetura

O turismo em espaços rurais pretende recuperar e valorizar o património cultural, arquitetónico e paisagístico da região que pretende desenvolver. Promove o intercâmbio cultural, da mesma forma que preserva a identidade do povo e do lugar potenciando novas experiências aos turistas mantendo vivos os costumes e tradições populares. Em resultado dinamiza a economia fixando a população nestes territórios que anteriormente pouco ou nada tinham para oferecer nas condições de vida prósperas.

Arquitetura está presente em todos os momentos vividos no espaço rural, o reconhecimento e valorização dos locais está intrinsecamente ligado à arquitetura seja esta reconhecida como património ou não. Esta faz parte da história de qualquer povo em qualquer localidade, seja pela existência de um monumento reconhecido e classificado (fig.11) seja pela presença de um material aplicado nas habitações, natural daquele local, como as aldeias do xisto em Portugal (fig. 12).



O turismo em espaço rural inclui serviços de hospedagem em solares e casas apalaçadas, em quintas onde se desenvolvem atividades agrícolas, em casas rústicas, tomadas como exemplares da arquitetura popular de matriz rural, em hotéis rurais e parques de campismo rurais. São empreendimentos de turismo no espaço rural os estabelecimentos que se destinam a prestar, nestes espaços, serviços de alojamento a turistas, dispendo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado.¹³ Segundo o Artigo 18º do Decreto-Lei nº 15/2014, os empreendimentos de turismo no espaço rural consistem em:

“(…) estabelecimentos que se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, preservando, recuperando e valorizando o património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico dos respetivos locais e regiões onde se situam, através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, de modo a ser assegurada a sua integração na envolvente.”

No mesmo decreto de lei os empreendimentos de turismo no espaço rural são classificados-se como: casas de campo (fig.9), agro-turismo (fig.10) e hotéis rurais (fig.8).

A primeira, casas de campo, consiste em edifícios de características arquitetónicas tradicionais da aldeia ou meio rural onde se inserem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, da arquitetura típica local. Quando cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias ou freguesias contíguas sejam exploradas de uma forma integrada por uma única entidade, consideram-se turismo de aldeia.

A segunda categoria, agro-turismo, consiste em imóveis situados em explorações

Imagem Esquerda
Fig.10 - Castelo de Linhares da Beira, classificado como Monumento Nacional em 1922

Imagem Direita
Fig.11 - Aldeia do Xisto Foz d'Égua, Concelho de Tábua

¹³ Diário da República, 1.ª série — N.º 160 — 20 de Agosto de 2008

agrícolas que prestam serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.

A terceira e última categoria, hotéis rurais, são hotéis situados em espaços rurais que, pela sua traça arquitetónica e materiais de construção, respeitem as características dominantes da região onde estão implantados, podendo instalar -se em edifícios novos que ocupem a totalidade de um edifício ou integrem uma entidade arquitetónica única e respeitem as mesmas características.

Para cada tipo de empreendimento turístico de habitação e de turismo em espaço rural existem exigências programáticas diferentes. Como por exemplo as unidades de alojamento podem integrar -se num edifício ou num conjunto de edifícios, devendo sempre estar identificadas como fazendo parte do conjunto, com exceção dos hotéis rurais, quando construídos de raiz, devem situar as unidades de alojamento num único edifício ou em edifícios integrados numa entidade arquitetónica única. As unidades de alojamento são quartos ou suites e devem dispor, no mínimo, de cama, mesa de cabeceira ou solução de apoio equivalente, espelho, armário, iluminação de cabeceira e tomada elétrica.

Nos empreendimentos de agro -turismo as unidades de alojamento podem ainda ser edifícios autónomos. As unidades de alojamento devem sempre ser dotadas de instalações sanitárias afetas ou integradas nas mesmas e devem dispor, no mínimo, de sanita, duche ou banheira, lavatório e espelho.

Estes equipamentos devem ainda dispor de algumas infraestruturas e equipamentos gerais, tais como sistema de iluminação e água corrente quente e fria (quando o sistema de abastecimento de água seja privativo, os empreendimentos devem dispor de reservatórios com capacidade para satisfazer as necessidades diárias do empreendimento); Sistema e equipamentos de segurança contra incêndios nos termos de legislação específica; Sistema de climatização adequado às condições climáticas do local onde se encontra situado o estabelecimento; Zona de arrumos separada das zonas destinadas aos hóspedes; Sistema de armazenagem de lixo quando não exista serviço público de recolha; Equipamento de primeiros socorros; Área de estacionamento.

Nos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural deve existir uma área de receção e atendimento a hóspedes, devidamente identificada, quando estes são casas de campo este atendimento pode ser prestado num escritório de atendimento situado na freguesia. O edifício principal deve dispor de uma sala de estar destinada aos hóspedes (que pode ser a destinada ao uso do proprietário ou seu representante, quando ali residente).

Nas casas de campo deve existir, pelo menos, uma instalação sanitária para cada três quartos e a área mínima dos quartos individuais é de 7 m² e a dos quartos duplos de 9 m².

Nos empreendimentos de agro-turismo deve existir, pelo menos, uma instalação sanitária por cada duas unidades de alojamento. Podem ser instaladas unidades de alojamento fora do edifício principal, em edifícios contíguos ou próximos que se harmonizem do ponto de vista arquitetónico e da qualidade das instalações e equipamentos. As unidades de alojamento podem integrar até ao limite de três quartos e devem dispor, no mínimo, de sala privativa com ou sem cozinha ou pequena cozinha (kitchenette), de uma instalação sanitária quando disponha de um ou dois quartos e de duas instalações sanitárias quando disponha de três quartos. A área mínima dos quartos individuais é de 7 m² e a dos quartos duplos de 9 m².

Os hotéis rurais devem cumprir os requisitos comuns aos empreendimentos de turismo no espaço rural previstos na portaria n.º 937/2008 e classificam -se nas categorias de 3 a 5 estrelas de acordo com o disposto no Decreto do Presidente da República n.º 125/2015 e devendo também observar os requisitos nele previstos. Os

hotéis rurais devem ainda dispor de instalações, equipamentos e, de pelo menos, uma unidade de alojamento que permita a sua utilização por utentes com mobilidade condicionada.



Primeira Imagem
Fig.12 - Empreendimento Turístico em Espaço Rural – Casa de Campo em Lugar da Lapa Arq. Rui Veloso, 2018

Segunda Imagem
Fig.13 - Empreendimento Turístico em Espaço Rural em Méda - Longroiva Hotel Rural Arq. Luís Rebelo de Andrade, 2016

Terceira Imagem
Fig.14 - Empreendimento Turístico em Espaço Rural em Melgaço - Agroturismo Arq. Correia/Ragazzi 2016

Quarta Imagem
Fig.15 - Hotel Inatel Aldeia do Piodão

II. Estado do Conhecimento

3. Qualificação

“o grande problema da educação em Portugal está na forma como a população olha para a escola e para a educação dos seus filhos. (...) Está no baixo nível de cultura e de habilitações da maioria da população, está na dificuldade em se assumir responsabilidades, está no desinteresse com que muitos portugueses olham para a escola”

Marçal Grilo

II. 3.1. A qualificação profissional em turismo

A qualificação profissional consiste na preparação do cidadão para o mercado de trabalho através da formação profissional em áreas específicas onde este pode aprender a executar funções necessárias para o seu futuro num âmbito profissional¹⁴.

Portugal realizou nas últimas décadas um significativo esforço de qualificação da sua população no sentido de recuperar um atraso histórico neste domínio. Apesar dos progressos realizados, a realidade nacional e os ritmos de evolução em matéria de qualificações continuam muito longe dos níveis dos países mais desenvolvidos, não assegurando ao país as condições necessárias ao seu desenvolvimento, no contexto de uma economia global cada vez mais baseada no conhecimento. Aos baixos níveis de qualificação da população ativa em geral acrescem os ainda elevados níveis de abandono e de saída escolar precoce, situação que compromete a essencial trajetória de convergência e aproximação aos países mais desenvolvidos.

É sabido que o investimento na educação e formação das pessoas é fundamental independentemente do estado económico do país. Num mercado de trabalho cada vez mais exigente e em constante mudança cria-se a necessidade de ter profissionais cada vez mais especializados e qualificados na sua área de trabalho e nas novas tendências comerciais das suas profissões. O défice de qualificações e a necessidade de alargamento da formação profissional são tópicos da política atual.

A empregabilidade encontra-se ligada ao nível de qualificação, às competências e aos conhecimentos que o indivíduo possui. A gestão do desenvolvimento profissional constitui um desafio permanente nos tempos atuais, porque o conhecimento e a tecnologia evoluem muito rapidamente, porque o saber e as competências tornam-se facilmente obsoletos, porque as mudanças organizacionais multiplicam-se e porque os novos desafios são imensos¹⁵.

“para rever a inadequação de competências os países têm de investir mais eficientemente em educação e formação. Gastar melhor em políticas para atividade do mercado de trabalho e apoiar a criação de trabalhos altamente qualificados para os sectores com potencial de crescimento como a economia verde, as tecnologias e o sector da saúde”

László Andor (2013)

Para que possam ser identificadas as qualificações de cada profissional foi estabelecido o Sistema Nacional de Qualificações, onde é possível fazer o reconhecimento de resultados de aprendizagem, permitindo a descrição de qualificações comparando-as de acordo com as correspondentes competências e não com os métodos ou vias de ensino e formação pelas quais foram conquistadas¹⁶. O Sistema Nacional de Qualificações assume objetivos já afirmados na Iniciativa Novas Oportunidades — desde logo o de promover a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população — e promove os instrumentos necessários à sua efetiva execução, e articulação com os instrumentos financeiros propiciados, nomeadamente pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007 -2013.

A Formação Profissional inclui um conjunto de sistemas e modalidades diferentes de acordo com as particularidades e necessidades dos formandos. Atendendo tam-

14 <http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&back=1&codigono=56225802AAAAAAAAAAAAA-AAAA>

15 <http://emprego.sapo.pt/guia-carreira/artigo/345/artigo.htm>

16 <https://dre.pt/pesquisa/-/search/628017/details/maximized>

bém ao momento em que ocorre a formação, se ocorre antes ou após o exercício de uma profissão adequa-se a natureza e o objetivo da aprendizagem, as estruturas curriculares, as metodologias pedagógicas, os recursos envolvidos e as durações das ações. Dividindo-as em Formação Inicial ou Formação Contínua.

A formação inicial consiste na preparação completa e indispensável para o exercício de uma profissão. Define o Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de outubro “. A formação profissional inicial destina-se a conferir uma qualificação profissional certificada, bem como preparar para a vida adulta e profissional”.

A formação profissional contínua define o Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de Outubro como “atividade de educação e formação empreendida após a saída do sistema de ensino ou após o ingresso no mercado de trabalho que permita ao indivíduo aprofundar competências profissionais e relacionais, tendo em vista o exercício de uma ou mais atividades profissionais, uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e o reforço da sua empregabilidade”, “favorecer a promoção profissional, melhorar a qualidade do emprego e contribuir para o desenvolvimento cultural, económico e social”.

Nas escolas do Turismo de Portugal são lecionados cursos de: Dupla Certificação, são formações para alunos com o 9ºano de escolaridade, estas formações enquadram-se na formação inicial referida anteriormente, tendo assim uma duração de três anos letivos incluindo dois estágios com duração de 3 meses; Especialização Tecnológica, são formações pós-secundárias não superiores que preparam o formando para uma especialização científica ou tecnológica numa determinada área de formação (enquadram-se na formação profissional contínua), têm uma duração de um ano e meio dividido em três semestres incluindo um estágio de 3 meses; On-The-Job são formações tipo estágio onde o formando é acompanhado e avaliado dentro do próprio ambiente de trabalho, estas formações são para alunos do 11º ano ou 12º, tem a duração de um ano letivo mais um ano de estágio.

Os cursos lecionados nestes equipamentos de ensino são: na Dupla Certificação – Técnico de Alojamento Hoteleiro, Técnico de Restaurante/Bar e Técnico de Cozinha/Pastelaria; Especialização Tecnológica – Gestão Hoteleira, Gestão de Restauração e Bebidas, Gestão e Produção de Cozinha, Gestão e Produção de Pastelaria, Gestão de Turismo, Turismo de Natureza e Aventura, Turismo Cultural e do Património, Hospitality Operations Management, Food and Beverage Management e Culinary Arts; On-The-Job – Técnicas de Serviços de Restauração e Bebidas e Técnicas de Cozinha/Pastelaria.

Existe também nas escolas da rede de Turismo de Portugal uma componente de formação executiva, que se enquadra dentro do tipo de formação contínua e visa dar mais conhecimentos e competências aos profissionais da área com formações modulares e workshops, sendo este um tipo de formação mais específica e pontual, com uma carga horária e duração mais curta.

II. 3.2. O turismo de Portugal e as suas escolas

Em Portugal existe uma grande oferta de escolas e cursos no âmbito da qualificação profissional. Existem equipamentos escolares que integram apenas o tipo de ensino profissional, focadas num grupo de áreas específicas, e equipamentos escolares onde se lecionam tanto cursos profissionais como não profissionais.

A Autoridade Turística Nacional em Portugal é o Turismo de Portugal¹⁷, esta é a entidade formadora e de recrutamento, de excelência, no sector do turismo que tem como responsabilidade promover e valorizar atividade turística. Esta enquanto entidade reguladora e agente técnico na qualificação dos profissionais do turismo para a excelência do serviço e da gestão, tem por missão o desenvolvimento da formação de recursos humanos para o sector do turismo e a respetiva investigação técnico-pedagógica, bem como a coordenação, execução e reconhecimento dos cursos e ações de formação profissional para essa área, além de certificar a aptidão profissional para o exercício das profissões turísticas (DL n.º 129/2012, de 22 de junho).

O Turismo de Portugal gere uma rede nacional de 12 Escolas, competentes na formação do capital humano para o turismo, garantindo a preparação de jovens para o primeiro emprego e a qualificação dos profissionais do sector, com vista à melhoria da qualidade e prestígio das profissões turísticas.

As instalações dos equipamentos escolares do Turismo de Portugal estão todas inseridas em edifícios com valor patrimonial reconhecido, com a exceção da Escola de Hotelaria e Turismo do Douro onde foi desenhado um campus de raiz e da Escola de Turismo do Oeste nas Caldas da Rainha, a inserção destes equipamentos escolares no património reforça a qualidade e excelência pretendida nestas instituições académicas e os valores que pretendem representar.

O programa de necessidades destes equipamentos é quase sempre idêntico alternando a capacidade de acolhimento dentro de cada espaço e alguns espaços mais específicos. Em todos os equipamentos o programa de necessidades apresentado contem:

Restaurante;

Auditório;

Sala de Reuniões, Sala de Formação Equipadas, Salas de Informática;

Bares Pedagógicos, Cozinha Pedagógica, Cozinha Individual;

Refeitório e Pastelaria.

Alguns equipamentos exigem mais espaços no programa de necessidades do edifício de forma a garantir o ensino de determinadas disciplinas. Alguns edifícios contêm assim cozinhas de produção, salas de análise e de provas sensoriais, anfiteatros de cozinha e bar, pátio exterior e hotel de aplicação.

Em todos os equipamentos os espaços escolares podem ser alugados por externos para a realização de eventos ou formações externas à entidade.

O programa de necessidade dos equipamentos é adequado às necessidades dos cursos lecionados e à área disponível para intervenção, sendo que quase todos os equipamentos são inseridos em pré-existências.

Existem equipamentos focados num tipo específico de formação, como por exemplo a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (fig.12), reabilitação da antiga Escola

¹⁷ https://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/Missao_Visao/Paginas/default.aspx

de Artes Decorativas de Soares dos Reis (projeto do Arq. Carlos Prata), preocupa-se com a formação de jovens com elevadas habilitações académicas e especializados, preparando-os para o mercado de trabalho, oferecendo assim apenas cursos de especialização tecnológica e de formação contínua, para profissionais, certificando-os em diversas áreas transversais ao sector do Turismo. O principal objetivo é o de proporcionar uma experiência em contexto real, dando particular relevância à prática abrangendo assim no programa do equipamento escolar um hotel de aplicação, o The Artist Porto Hotel & Bistrô (fig.11).

Este equipamento está apto para cursos de pequena duração e orientado também para o público exterior, reforçando assim espaços polivalentes e de possível aluguer para eventos e workshops. Tem como programa de necessidades um restaurante e bar de aplicação com capacidade para 40 pessoas, um auditório com capacidade para 212 pessoas, 9 salas de aula/formação 9 salas de formação com capacidade para 15 a 40 pessoas, 2 salas de informática com capacidade para 24 pessoas, 2 cozinha pedagógicas com capacidade para 24 pessoas, balneários, self-service, 1 biblioteca, 1 sala de enologia e o hotel escola com 17 quartos.

A Escola de Turismo e Hotelaria do Porto apresenta um programa de necessidades e umas instalações de dimensão considerável, ao contrário de outras escolas do grupo como por exemplo a Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão (fig.14) que tem apresenta umas instalações mais modestas e leciona menos cursos, tendo apenas 4 cursos disponíveis esta oferece formações de dupla certificação e de especialização tecnológica. O seu programa de necessidades consiste num restaurante com capacidade para 40 pessoas sentadas (fig.13), um auditório para 120 pessoas, 11 salas de formação com capacidade para 25 pessoas (com cerca de 50m² cada sala, incluindo 1 sala de informática com capacidade para 28 pessoas), uma cozinha pedagógica com capacidade para 25 pessoas e um refeitório com pastelaria com capacidade para 90 pessoas sentadas.



Imagem Superior
Fig.16 - Escola de Hotelaria e Turismo do Porto



Imagem Centro
Fig.17 - Hotel de Aplicação da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto - The Artist

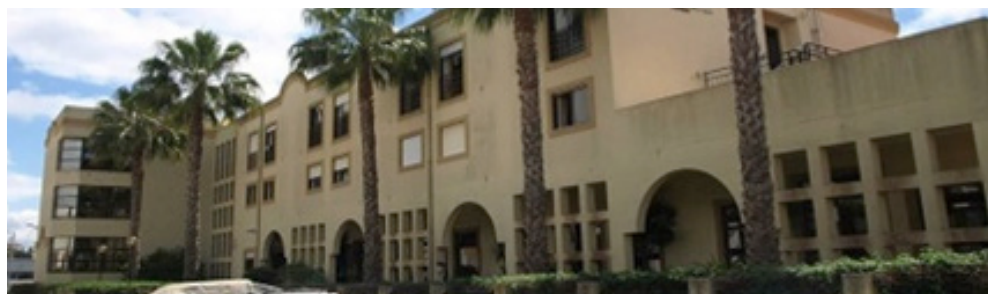


Imagem Inferior
Fig.18 - Escola de Hotelaria e Turismo de Portimão

II. Estado do Conhecimento

4. Casos de Referencia

«[...] Os arquitetos que exerceram [a sua atividade] sem formação teórica, mas apenas com base na experiência das suas mãos, não puderam realizar-se ao ponto de se lhes reconhecer autoridade pelos seus trabalhos;»

Vitrúvio – De Architettura. Liv. I, cap.I, 2

II. 4.1 Introdução aos casos de referencia

Os quatro casos de referência escolhidos para elaboração do projeto de mestrado são: Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, a Escola de Hotelaria e Turismo Portalegre, o Hotel Rural Casa do Rio e Pousada de Santa Marinha da Costa.

A Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa serve como referencia programática uma vez que este projeto final de mestrado pretende aliar dois núcleos edificados requalificados, onde um servirá uma escola profissional de hotelaria e turismo e no outro um hotel de aplicação, assim como acontece na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa.

No segundo caso de referência procura-se a qualidade do desenho do arquiteto Soutto Moura, a distribuição dos espaços interiores como ambientes escolares assim como o programa do que se deve esperar de uma escola profissional de turismo e hotelaria. Este serve para desenvolver o primeiro núcleo arquitetónico deste trabalho, a Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Vila de Avô.

O terceiro caso de referência é usado apoio para o desenvolvimento do segundo núcleo arquitetónico que este projeto de mestrado propõe desenvolver, o hotel rural. A escolha deste caso de estudo prende-se pela relação que o mesmo tem com a paisagem, o material que é usado para construção, o ambiente definido pelas dimensões modestas do projeto de hotel rural.

O quarto e último caso de estudo é tido como referência pela reabilitação que é realizada, pelo projeto que une um núcleo completamente novo e moderno com um edifício histórico.



Fig.19 - Planta de localização Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa

II. 4.2. Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa

Arquitetos: Teresa Nunes da Ponte, Arquitectura LDA

Localização: Lisboa

Ano do Projeto: 2008

Cliente: Turismo de Portugal e Parque Escolar

Tema: Escola de Hotelaria e Turismo

Programa de Necessidades: 5 cozinhas industriais (uma cozinha pedagógica com capacidade para acolher 36 pessoas, 12 cozinhas individuais (Fig.19) com capacidade para acolher 25 pessoas e uma cozinha de produção com capacidade para acolher 30 pessoas), 1 pastelaria, 1 restaurante e bar de aplicação com capacidade para 30 pessoas sentadas, 1 auditório técnico de cozinha, 1 sala de enologia, 1 auditório para 150 lugares, 15 salas de aula, uma biblioteca (fig.19) e um hotel de aplicação.

A Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, localizada em Campo de Ourique na Rua Saraiva de Carvalho, tem a sua fachada principal (fig.24) orientada a Noroeste. Está inserida no projeto de recuperação e reabilitação da antiga Escola Machado de Castro ampliando o conjunto escolar esta reabilitação incluindo o edifício escolar, autoria de Vítor Bastos Júnior de 1915, e o Palacete dos Condes de Paraty com origem no séc. XVIII.

É uma obra da responsabilidade do Turismo de Portugal em parceria com o Parque Escolar e arquiteta responsável pelo projeto é a arquiteta Teresa Nunes da Ponte e o projeto de interiores do arquiteto Miguel Câncio Martins, desenvolvidos em 2009. As instalações ocupam uma área total de 10 mil metros quadrados repartidos por três edifícios um destes onde foi desenvolvido um hotel de aplicação (fig.22).

No projeto de reabilitação conservaram-se parcialmente os altos pés direitos do Edifício Escolar, característica essencial da construção. Criaram-se pisos intermédios, apenas no eixo longitudinal do edifício, que permitem a introdução de espaços em mezzanine sobre as salas e estabelecem a ligação com todos os pisos dos edifícios do Palacete.

Os corpos de construção entre os edifícios existentes completam a relação entre todos os espaços da Escola. O pátio interior existente é coberto com uma estrutura envidraçada, que permite criar uma área de convívio no centro da escola. No Palacete conservaram-se as fachadas sobre a rua, mantendo-se a sua imagem na cidade. Introduzem-se as infraestruturas necessárias à criação das condições de ambiente e segurança exigíveis e à instalação de sistemas de inovação no ensino, bem como ao desenvolvimento de modelos de gestão e manutenção segundo os parâmetros atuais, incluindo a eficiência energética, e consolidam-se estruturalmente as construções. Nos espaços exteriores a vegetação e os pavimentos delimitam e caracterizam a área de estacionamento, o recreio da escola, e o pátio e o jardim do restaurante e do hotel.

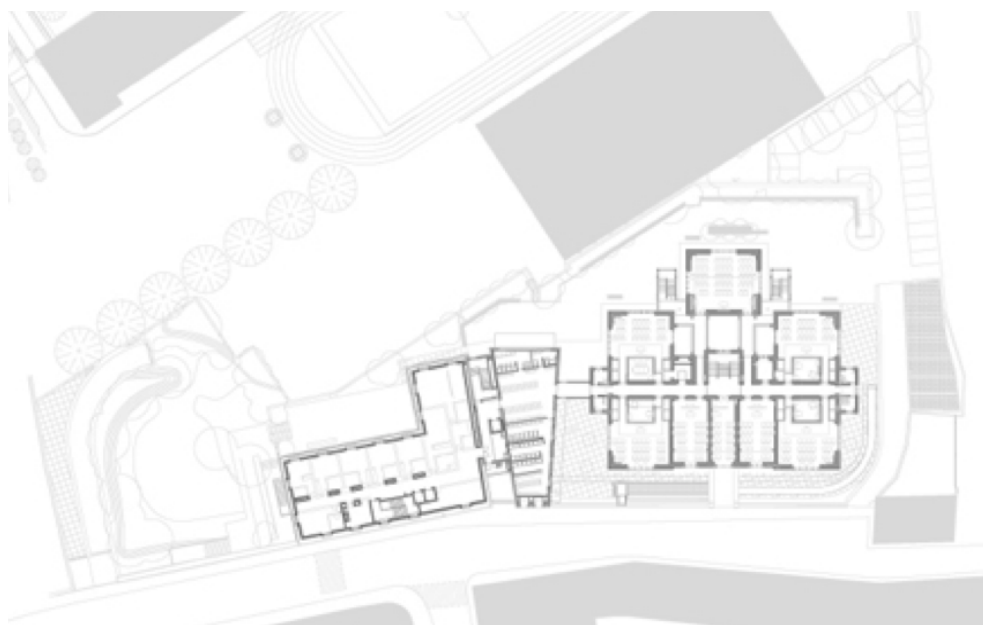
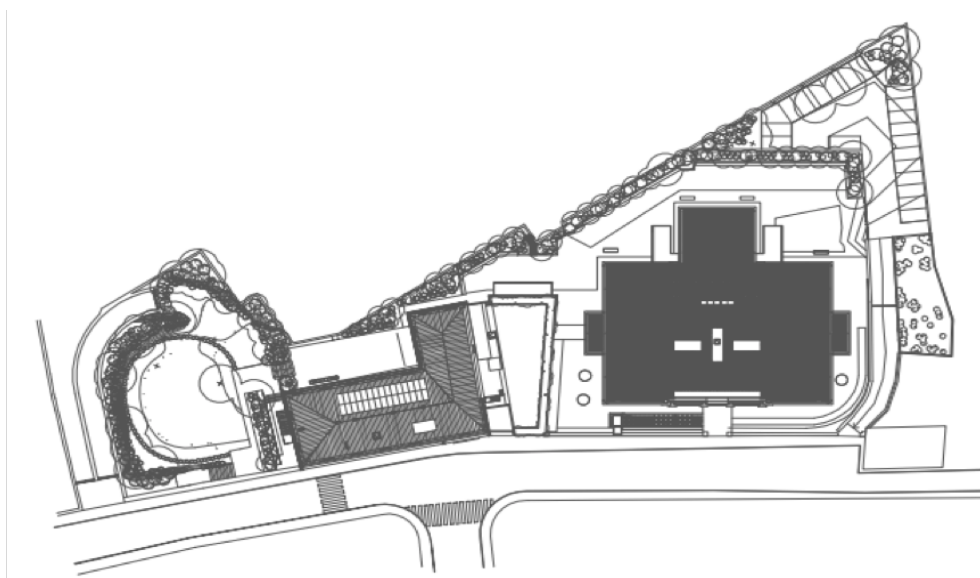


Imagem Superior
Fig. 20 - Planta de Cobertura Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Imagem Centro
Fig.21 - Planta Piso 1 Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Imagem Inferior
Fig.22- Planta Piso 0 Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Primeira Imagem
Fig.23- Alçado Norte Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Segunda Imagem
Fig.24 - Alçado Sul Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Terceira Imagem
Fig.25 - Foto Fachada Principal Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Quarta Imagem
Fig.26 - Imagem Fachada Sul Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação

Quinta Imagem
Fig.27 - Imagem Fachada Sul Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Imagem Superior
Fig.28 - Auditório Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Imagem Esquerda ao Centro
Fig.29 - Cozinha Pedagógica Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Imagem Direita ao Centro
Fig.30 - Fachada Oeste Acessos Verticais Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Imagem Esquerda Inferior
Fig.31 - Biblioteca Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Imagem Direita Interior
Fig.32 - Fachada Principal Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa e Hotel de Aplicação



Fig.33 - Planta de Localização Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre

5.2. Escola de Hotelaria e Turismo Portalegre

Arquitetos: Eduardo Souto Moura e Graça Correia

Localização: Portalegre

Ano do Projeto: 2011

Cliente: Fundação Robinson

Tema: Escola de Hotelaria e Turismo

Programa de Necessidades: 9 salas de formação (capacidade entre 15 a 40 pessoas), 2 salas de informática (capacidade 24 pessoas), 2 cozinha pedagógicas (capacidade 24 pessoas), balneários, self-service, biblioteca, 1 bar de aplicação (capacidade 16 pessoas) e restaurante de aplicação (capacidade 40 pessoas), 1 sala de enologia.

A Escola de Hotelaria de Portalegre, foi inaugurada em 2008, integra o Plano de reabilitação da antiga Fábrica Robinson é um elemento de articulação com o restante tecido urbano que coabita com os edifícios existentes (recuperados ou a recuperar), é uma obra da responsabilidade do Turismo de Portugal e um projeto do arquiteto Eduardo Souto de Moura em conjunto com a arquiteta Graça Correia.

Este edifício em forma de L pretende ser uma caixa pousada sobre o talude existente, “pendurando-se” sobre a paisagem a Sul com a sua estrutura em consola de quase 8 metros, esta define a fachada principal do edifício (fig.38), que se abre à paisagem formando uma grande varanda e, onde se encontram as principais funções do equipamento como as salas de aula (fig.33 e 35), a biblioteca, a sala de convívio, o restaurante e o bar (fig.40). A fachada Norte (fig.36) é configurada por dois corpos fechados à rua, excetuando a entrada do edifício (fig.39), os vãos abertos encaixam-se dentro de pequenos pátios a céu aberto (fig.37).

Construtivamente este é constituído por uma estrutura laminar de paredes de betão armado ajustadas à tipologia arquitetónica e que garantem um bom equilíbrio e suporte da estrutura face às solicitações a que está exposta. As paredes do contorno exterior são estruturais e as interiores necessárias ao bom comportamento do edifício em todas as direções e ao apoio das lajes. Na zona das salas de aula, estas paredes apresentam espessuras que variam dos 20cm aos 30cm, afastadas entre si cerca de 6,20 metros. Já na zona das cozinhas e refeitório, esta malha de paredes deixa de existir em virtude da necessidade de criar grandes espaços para a mobilização de pessoal, atingindo estas paredes um afastamento máximo na ordem dos 14m nas duas direções.

Pode caracterizar-se o edifício como tendo dois núcleos, um dos núcleos com um corpo que se distribui simetricamente em relação a um corredor central (fig.34) que separa salas de aulas e gabinetes, que representa o braço maior do edifício com cerca de 105 metros de comprimento e outro núcleo com quase 40 metros de comprimento, onde constam amplos espaços para a prática académica que caracteriza este edifício com as cozinhas e respetivo refeitório. Neste último núcleo existem ainda dois pisos inferiores enterrados, onde estão localizadas algumas instalações técnicas e sanitárias.

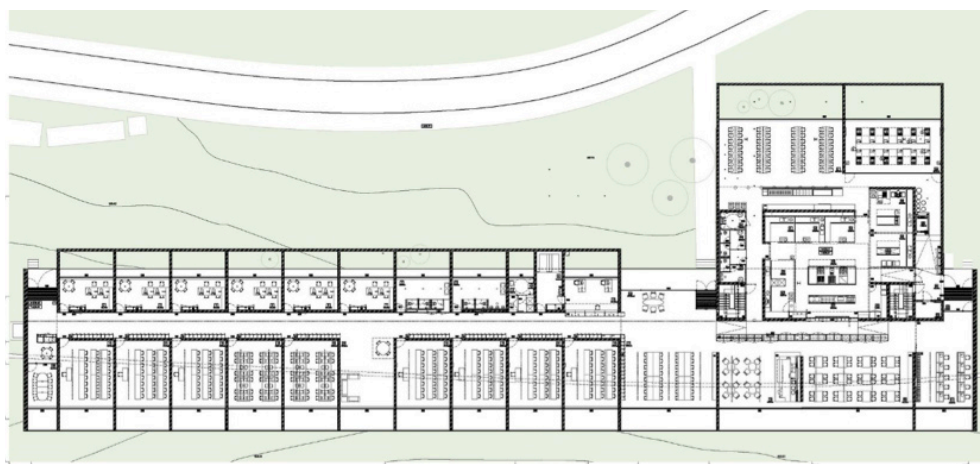
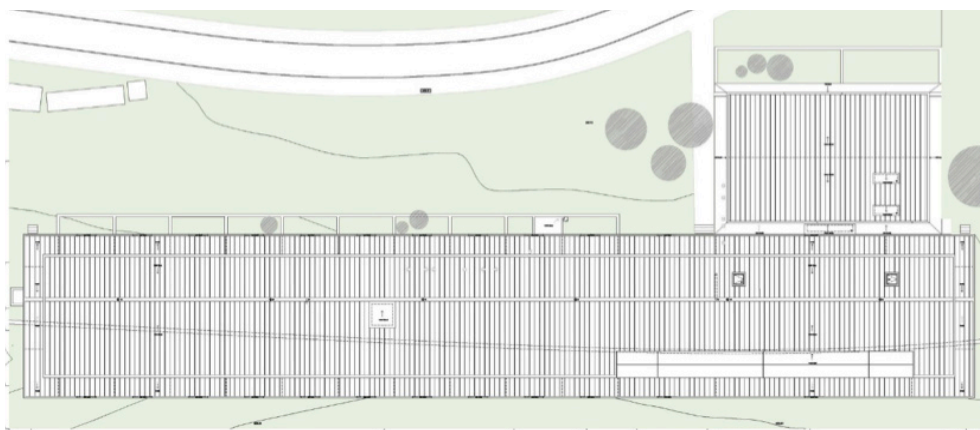
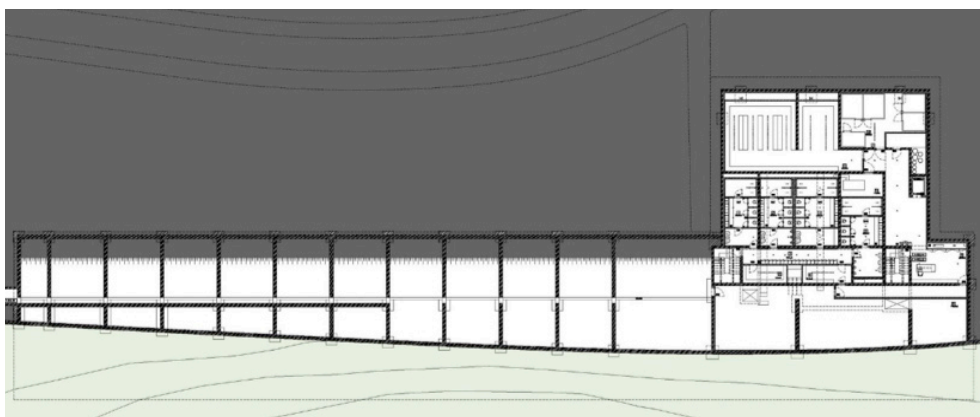
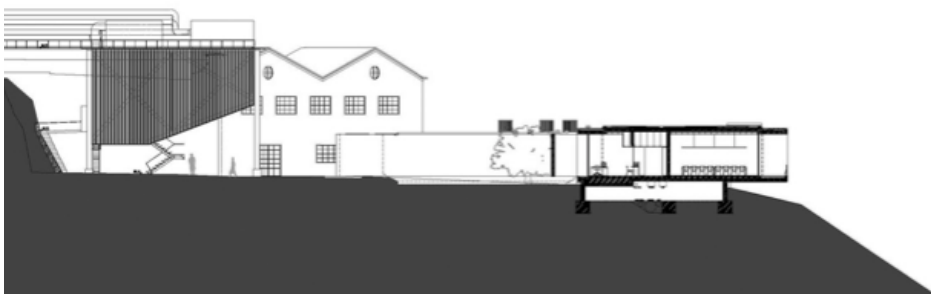
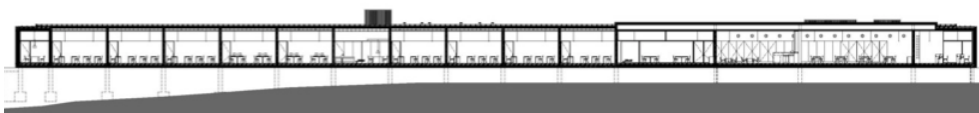


Imagem Superior
Fig.34 - Planta Cobertura Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Imagem Centro
Fig.35 - Planta Piso 1 Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Imagem Direita Interior
Fig.36 - Planta Piso 0 Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre





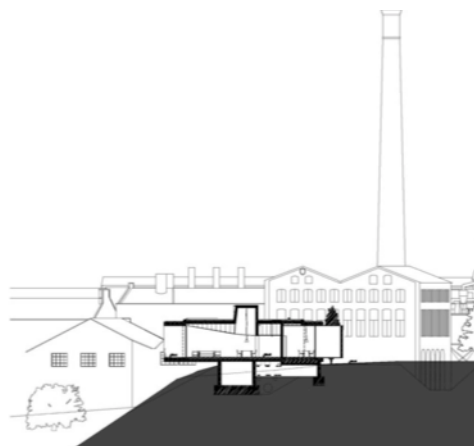
Primeira Imagem
Fig.37 - Alçado Norte Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

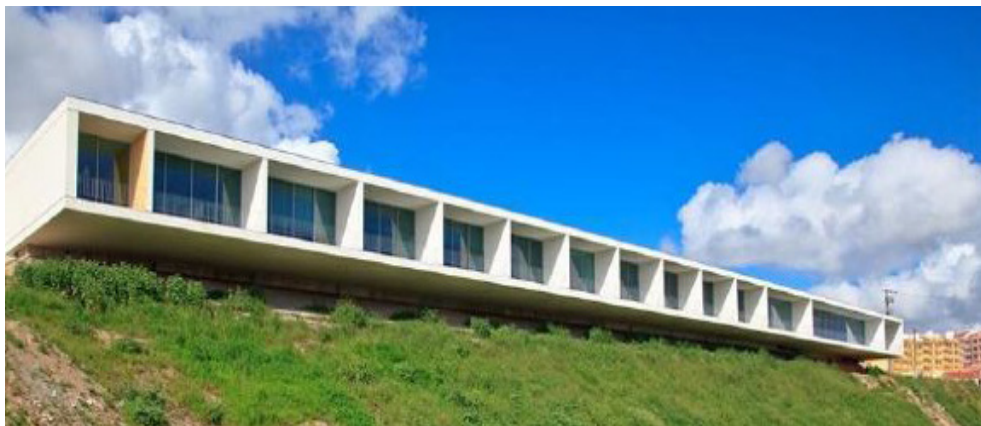
Segunda Imagem
Fig.38 - Alçado NSul Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Terceira Imagem
Fig.39 - Corte Longitudinal Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

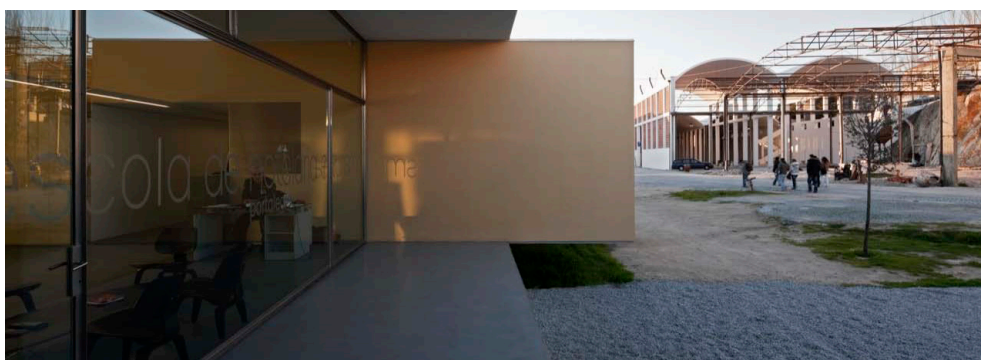
Quarta Imagem
Fig.40 - Corte Transversal Oeste Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Quinta Imagem
Fig.41 - Corte Transversal Este Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre



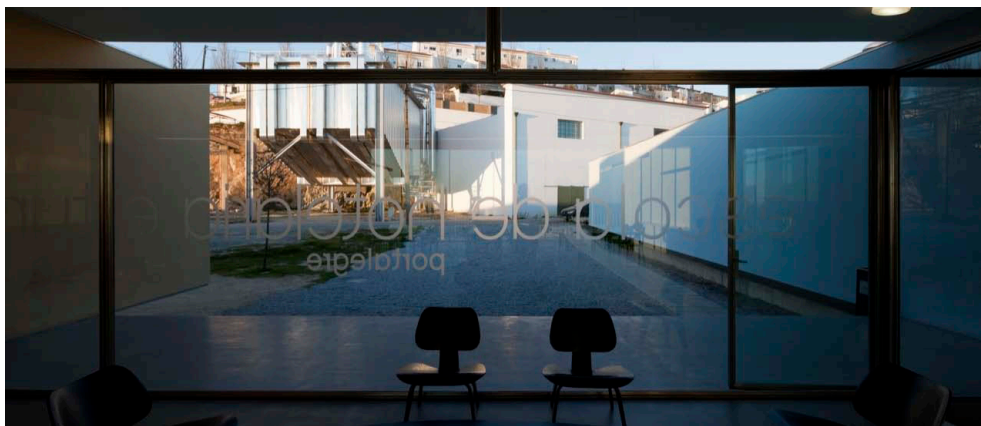


Primeira Imagem
Fig.42 - Fachada Sul Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre



Segunda Imagem
Fig.43 - Fachada Sul Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

Terceira Imagem
Fig.44 - Fachada Norte Zona Entrada Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre



Quarta Imagem
Fig.45 - Porta Entrada Escola Hotelaria e Turismo de Portalegre

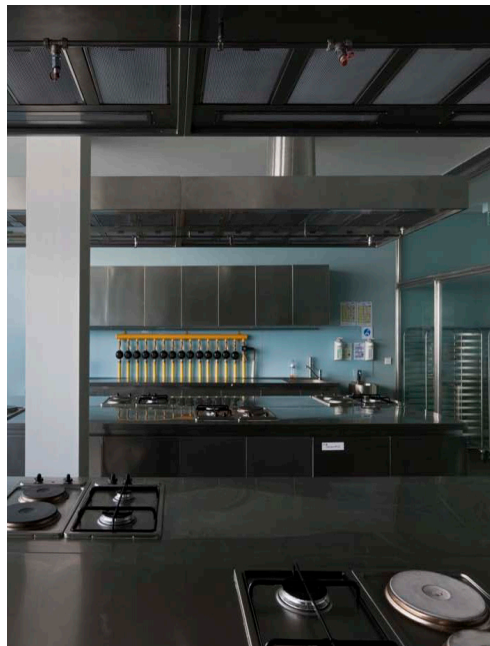


Imagem Superior
Fig.46 - Sala de Aula
Escola Hotelaria e Tu-
rismo de Portalegre

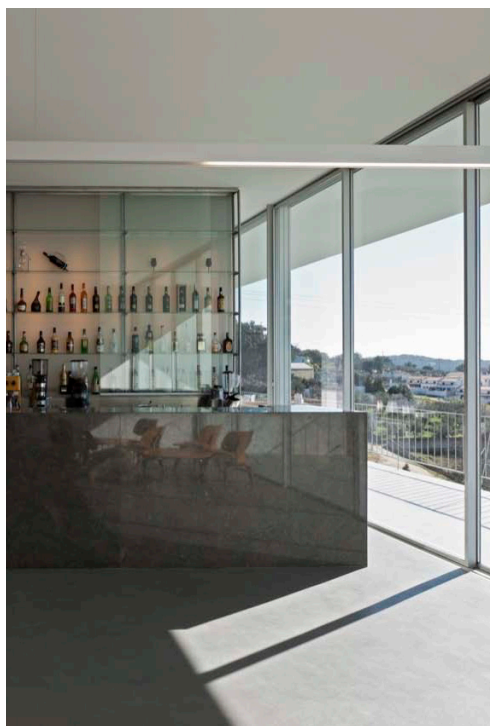
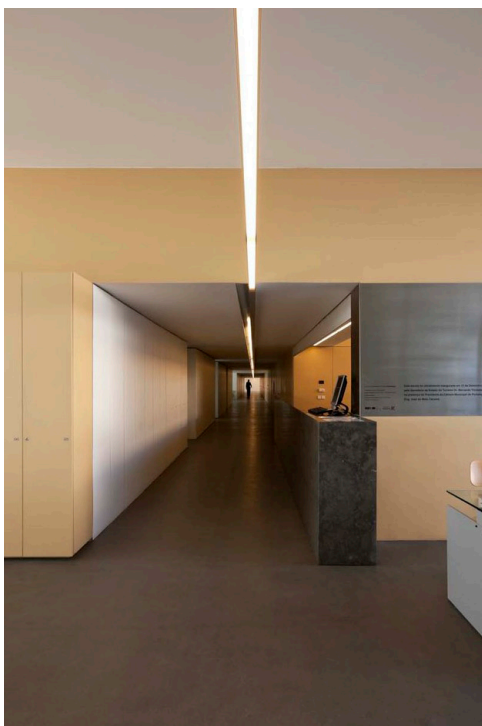


Imagem Esquerda Centro
Fig.47 - Fachada Nor-
te Escola Hotelaria e
Turismo de Portalegre

Imagem Direita Centro
Fig.48 - Cozinha Ped-
gógica Escola Hotelaria
e Turismo de Portalegre

Imagem Direita Inferior
Fig.49 - Secretaria e Cor-
redor Escola Hotelaria
e Turismo de Portalegre

Imagem Esquerda Inferior
Fig.50 - Bar Pedagógi-
co Escola Hotelaria e
Turismo de Portalegre



Fig.51- Planta de Localização Hotel Rural Casa do Rio

5.3. Hotel Rural Casa do Rio

Arquitetos: Menos é Mais Arquitectos Associados - Francisco Vieira de Campos

Localização: Castelo Melhor, Vila Nova de Foz Côa

Ano do Projeto: 2018

Área: 505.0m²

Tema: Hotel - Agroturismo

Programa: 6 quartos, piscina exterior, sala de estar e bar

O hotel rural Casa do Rio situado em castelo melhor assenta sobre uma topografia acidentada e é marcado pela vista da sua fachada principal (fig.47) sobre o vale e o rio Douro (fig.49). Com a madeira como material base de construção este hotel venceu o Prémio Nacional de Arquitetura em Madeira.

O projeto de arquitetura tinha como conceito “contruir sem tocar” e para isso o edifício foi projetado respeitando sempre o habitat garantindo assim a conservação e preservação dos ecossistemas existentes.

O hotel, com a sua estrutura de madeira suspensa, assente em dois pilares, de chassi metálico, que vencem o vão de 13 metros ao centro e duas consolas simétricas de 6,60 metros de cada lado, garantindo assim o mínimo impacto com o solo. A fachada principal do edifício encontra-se orientada a Nordeste, tendo todos os serviços do hotel dispostos para esta fachada, todos eles com acesso a varandas. O acesso ao equipamento é feito pela fachada Sudoeste onde se encontra também localizada a piscina exterior.

O programa de necessidades do projeto consiste num pequeno alojamento de agroturismo contendo assim 6 quartos duplos (fig.50 e 53) com as dimensões de 6,60 x 3,30m, três em cada lateral do edifício e uma zona de estar (fig.51) e bar que se encontra no centro do edifício. Dentro dos pilares que apoiam a estrutura de madeira encontram-se as áreas técnicas.

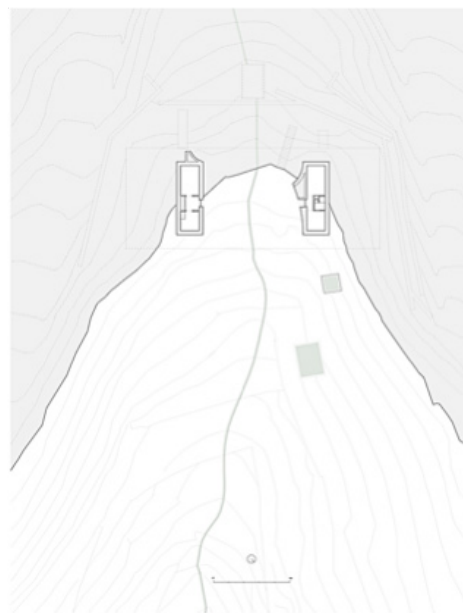
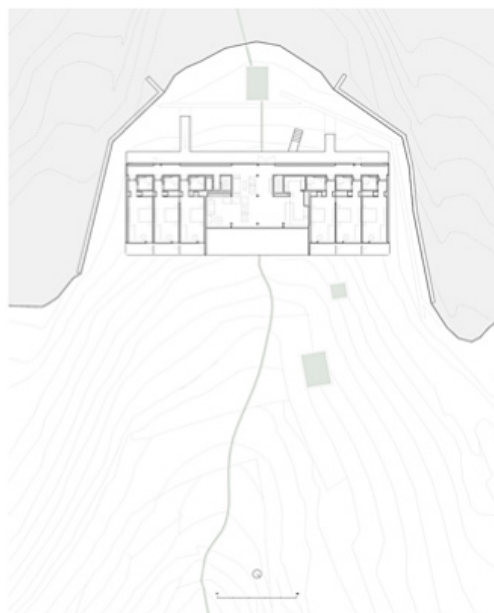
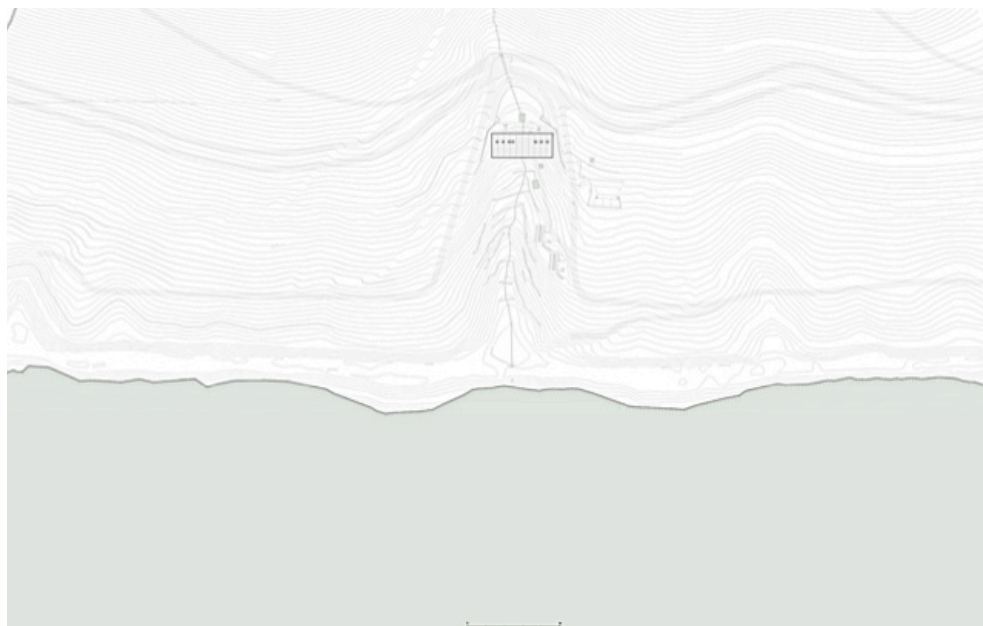
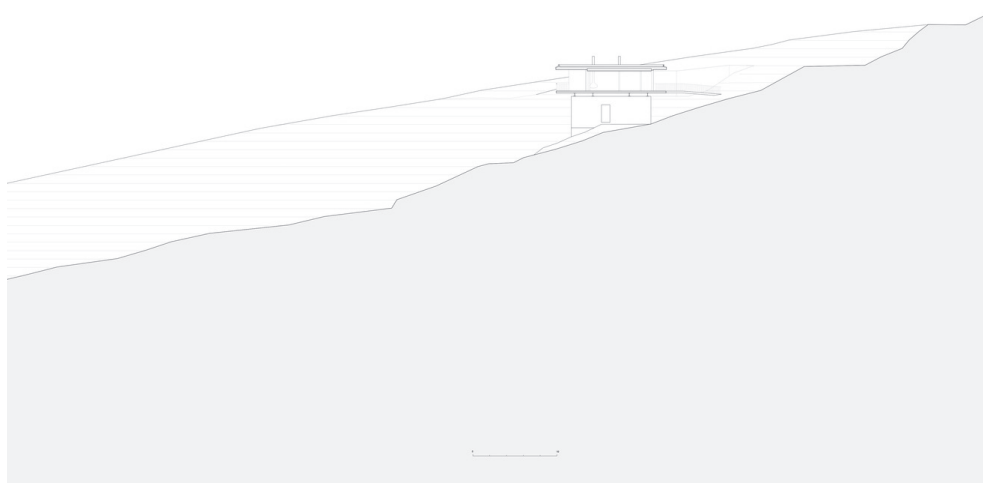


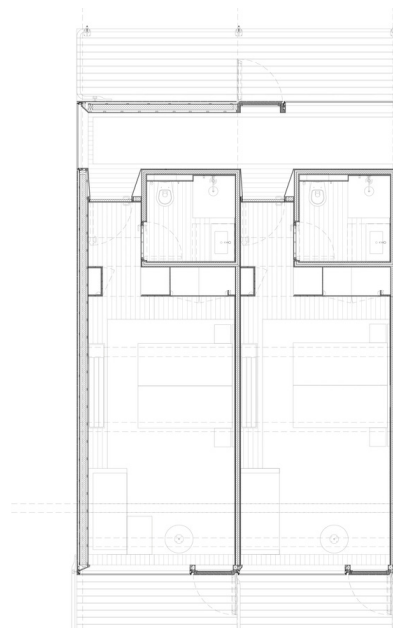
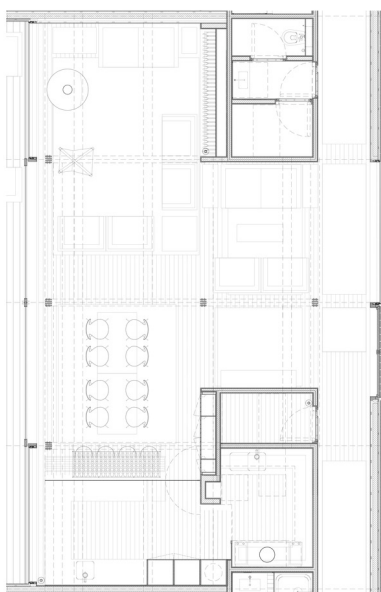
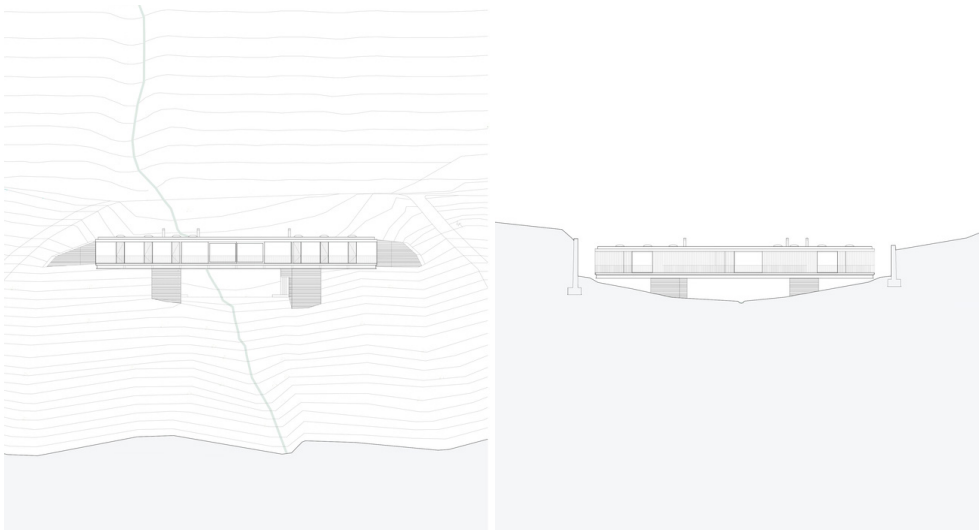
Imagem Superior
Fig.52 - Planta Cobertura
Hotel Rural Casa do Rio

Segunda Imagem
Fig.53 - Planta Piso 0 Ho-
tel Rural Casa do Rio

Terceira Imagem
Fig.54 - Planta Piso -1
Hotel Rural Casa do Rio

Quarta Imagem
Fig.55 - Fachada Sudoeste
Hotel Rural Casa do Rio





Primeira Imagem
Fig. 56 - Fachada Sudeste
Hotel Rural Casa do Rio

Segunda Imagem
Fig.57 - Corte Quarto
Hotel Rural Casa do Rio

Terceira Imagem
Fig.58 - Corte Quarto
Hotel Rural Casa do Rio

Quarta Imagem
Fig.59 - Corte longi-
tudinal Sudeste Ho-
tel Rural Casa do Rio

Quinta Imagem
Fig.60 - Corte longi-
tudinal Nordeste Ho-
tel Rural Casa do Rio

Sexta Imagem
Fig.61 - Planta área comum
Hotel Rural Casa do Rio

Sétima Imagem
Fig.62 - Planta Quarto
Hotel Rural Casa do Rio



Primeira Imagem
Fig.63 - Vista Aérea Ho-
tel Rural Casa do Rio

Segunda Imagem
Fig.64 - Vista Fachada Noro-
este Hotel Rural Casa do Rio



Primeira Imagem Direira
Fig.65- Vista Fachada Sude-
ste Hotel Rural Casa do Rio

Primeira Imagem Esquerda
Fig.66 - Zona Piscina Ho-
tel Rural Casa do Rio



Segunda Imagem Direira
Fig.67- Vista Fachada Noro-
este Hotel Rural Casa do Rio

Segunda Imagem Esquerda
Fig.68 - Quarto Ho-
tel Rural Casa do Rio

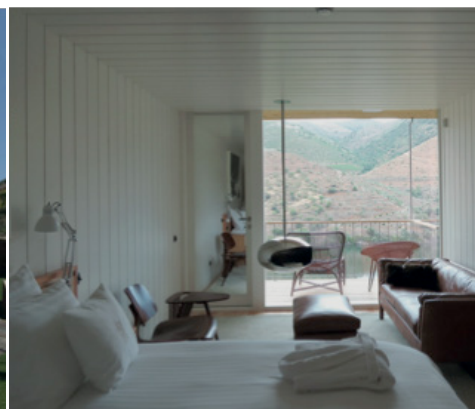




Fig.69- Planta de Localização Pousada da Marinha da Costa

5.4. Pousada de Santa Marinha da Costa

Arquitetos: Fernando Távora

Localização: Guimarães, Largo Domingos Leite de Castro

Ano do Projeto: 1972-1985

Cliente: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Tipo de construção: recuperação e adaptação de antigo Convento

Tema: Pousada

Programa de Necessidades: 49 quartos; 2 suites; piscina exterior; parque infantil; restaurante; bar, recepção

A pousada de Santa Marinha é o resultado da recuperação do Mosteiro dos Agostinhos do séc. XII, prémio nacional de arquitetura em 1985, está inserida no centro histórico da cidade. A intervenção do arquitecto nesta obra consiste em clarificar o processo histórico do edifício optando pela reconstituição de espaços considerados determinantes e demolindo o que é considerado degenerado ou arruinado pelo tempo.

A intervenção moderna no património distingue claramente o “novo” do “antigo”, a afirmação do moderno como o fim da história, uma última fase, de que passa a depender, “em diálogo”, toda a história do edifício.

O corpo novo de quartos toma a forma de um “L”, adocado no terreno, não afectando nem “dialogando” com a estrutura pré-existente. Do exterior, permite observar um plano cuja caixilharia já não remete para qualquer ideia de transparência, ou de mobilidade, ou de manifesto estrutural, mas para uma racionalidade grave e terrena de um programa que se acrescenta pragmaticamente à história do edifício.

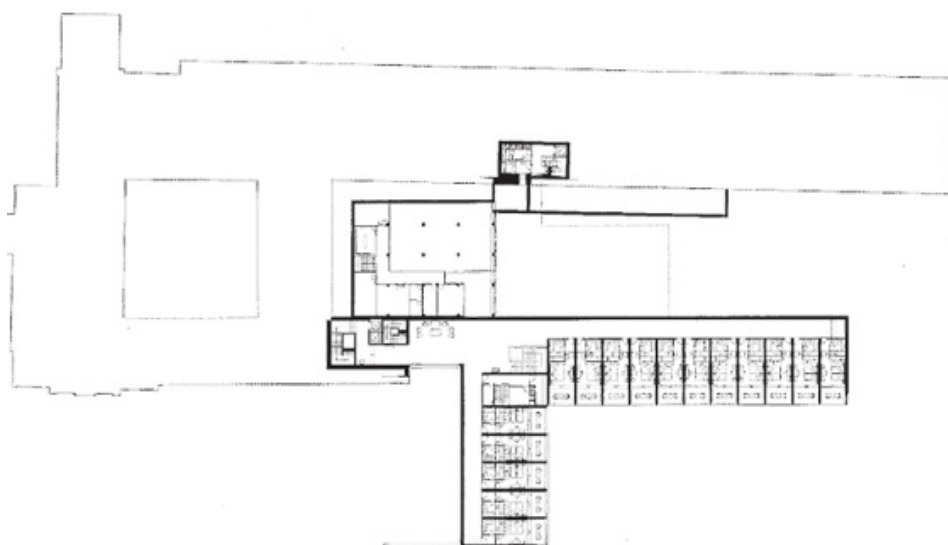
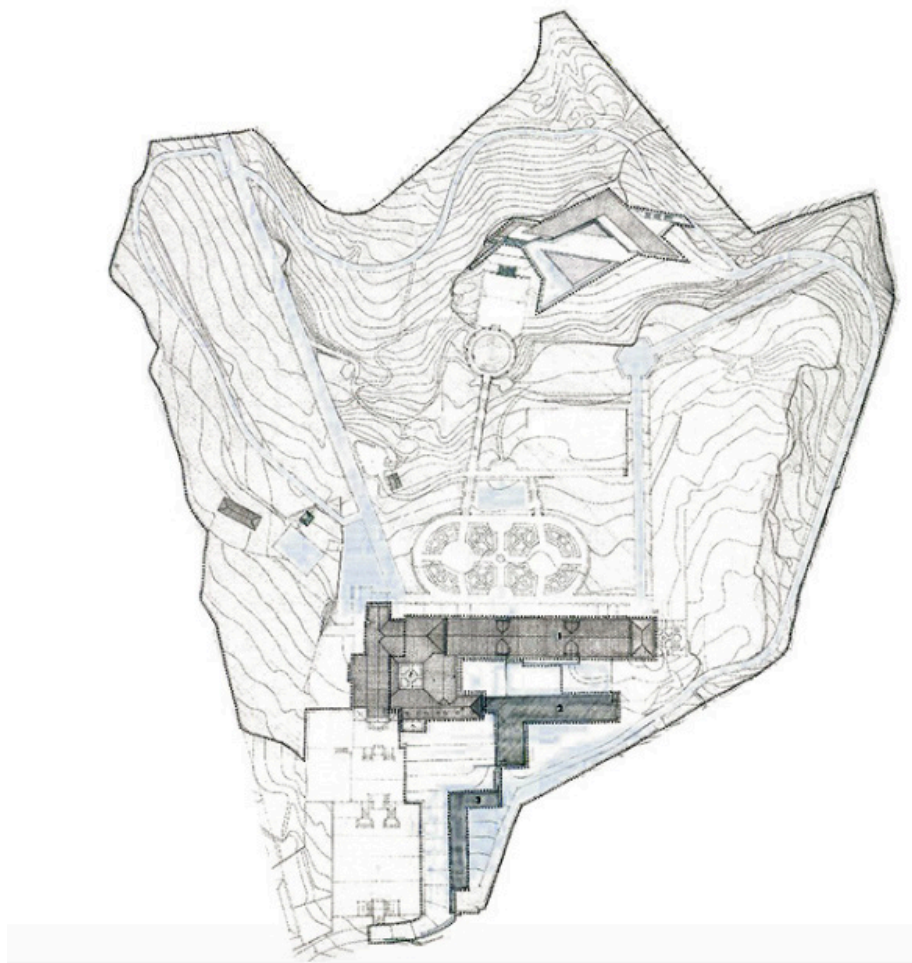
“O critério geral adoptado no Projecto da Pousada de Santa Marinha foi o de continuar-inovando, isto é o de contribuir para a prossecução da vida longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços de qualidade resultantes de novos condicionamentos programáticos.

Pretendeu-se aqui um diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a ruptura.

Tal diálogo constitui um método por meio do qual se sintetizaram as duas vertentes complementares a considerar na recuperação de uma pré-existência: o conhecimento rigoroso da sua evolução e dos seus valores, através da arqueologia e da história, e uma concepção criativa na avaliação desses valores e na elaboração do processo da sua transformação.

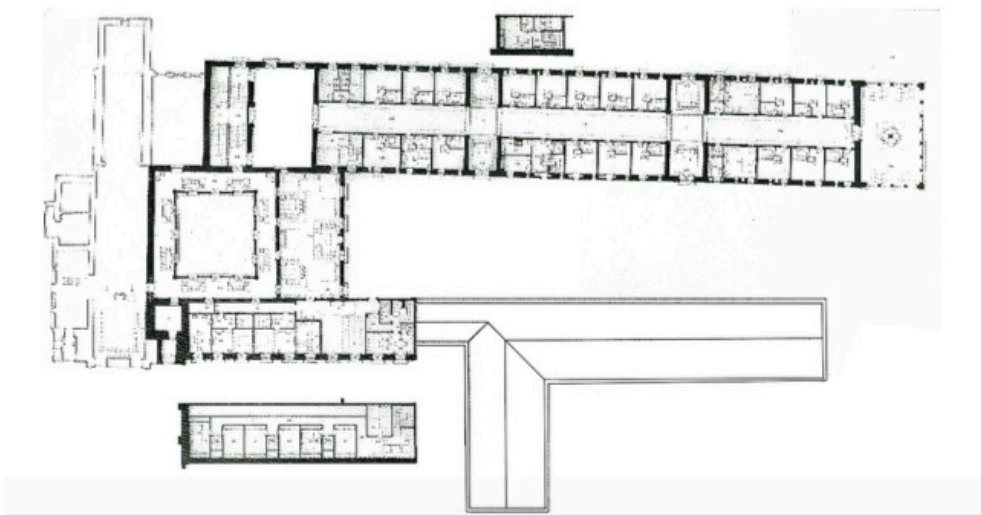
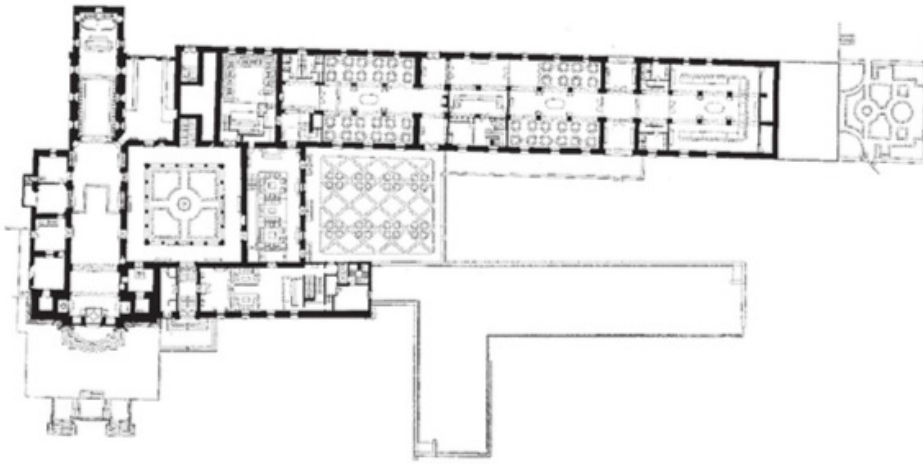
É certo que a pousada introduzirá novo uso no velho convento, mas é certo, também, que se “os homens fazem as casas, as casas fazem os homens”, o que justifica a manutenção, no edifício actual, de uma escala e de um ritual de espaços que, traduzindo a presença de um passado que seguramente não volta, aqui se recordam e se mantêm pela actualidade do seu significado e pela sua capacidade de identificação.

O que justificará também, e aqui, uma certa austeridade monástica manifestada através de uma grande economia de meios e de uma extrema simplicidade nas soluções adoptadas, quer a nível de espaços que a nível do seu tratamento, decoração e mobiliário.” Fernando Távora



Primeira Imagem
Fig. 70 - Planta do Programa

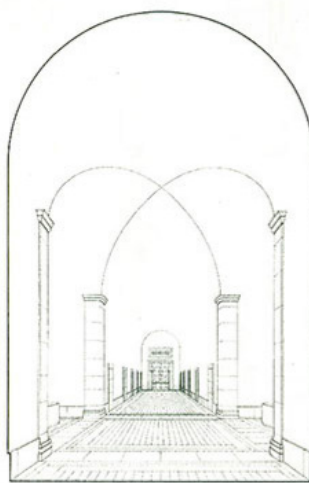
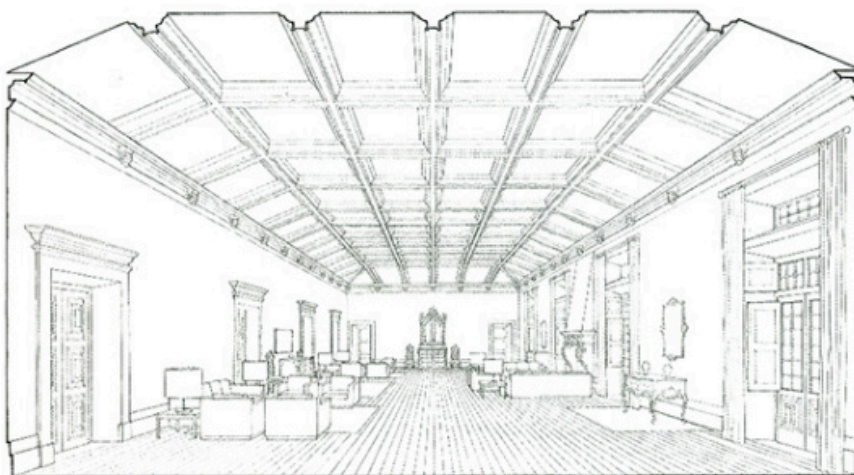
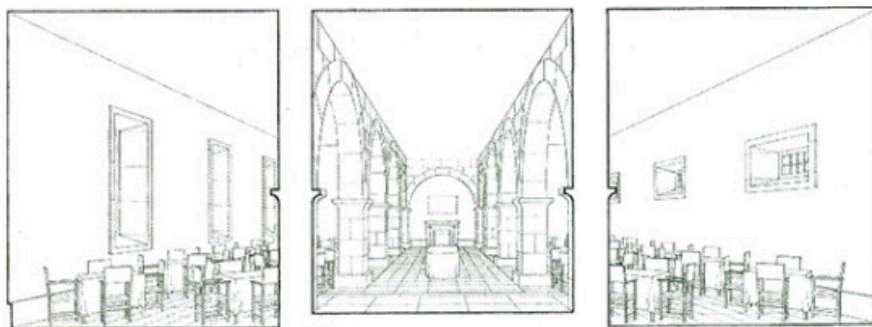
Segunda Imagem
Fig. 71 - Planta Piso -1



Primeira Imagem
Fig. 72 - Planta do Piso 0

Segunda Imagem
Fig. 73 - Planta do Piso 1

Terceira Imagem
Fig. 74 - Alçado



Primeira Imagem
Fig. 75 - Perspetiva Sala de Estar
Segunda Imagem
Fig. 76 - Perspetiva corredor



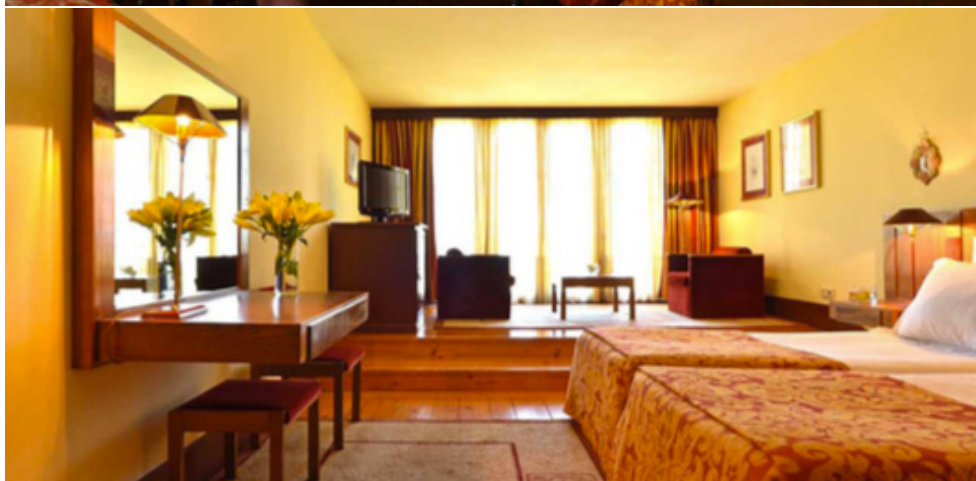
Primeira Imagem
Fig. 77 - Fotografia Igreja

Segunda Imagem
Fig. 78 - Fotografia Espaços Exteriores

Terceira Imagem
Fig. 79 - Fotografia Exterior do Núcleo Novo



Primeira Imagem
Fig. 80 - Fotografia Pátio Interior
Segunda Imagem
Fig. 81 - Fotografia Pátio Interior
Segunda Imagem
Fig. 82 - Fotografia Sala de Estar



Primeira Imagem
Fig. 83 - Fotografia Bar

Segunda Imagem
Fig. 84 - Fotografia
Restaurante

Terceira Imagem
Fig. 85 - Fotografia Quarto

Quarta Imagem
Fig. 86 - Fotografia Quarto

III. Análise do Território de Projeto

1.O Concelho de Oliveira do Hospital e a Vila de Avô

“D’Estas Varandas se alcança a Serra Montes a fio e lá no fundo Avô velhinha sempre criança a espalhar o seu brio. Nas águas mansas de um rio onde o meu sonho ficou.”

Varandas de Avô Primavera 1988, V. Campos

1. O Concelho de Oliveira do Hospital e a Vila de Avô

III. 1.1. Caracterização do concelho

O concelho de Oliveira do Hospital é uma cidade portuguesa do distrito de Coimbra. Situa-se na Região Centro de Portugal, a norte do distrito de Coimbra, e a noroeste da Serra da Estrela.

Ao nível do planeamento e do ordenamento do território, integra-se na sub-região do Pinhal Interior Norte e administrativamente no distrito de Coimbra e pertence à Região de Turismo da Serra da Estrela.

É sede de um concelho com 234,52 km² e 20 855 habitantes (2011), subdividido em 16 freguesias. O concelho é limitado a norte pelo concelho de Nelas, a leste por Seia, a sul por Arganil, a oeste por Tábua e a noroeste por Carregal do Sal.

O concelho junta duas realidades, por um lado a zona norte é, essencialmente, um planalto agrícola e pecuário, por outro lado a sul, com relevo para a produção de Queijo da Serra, encontramos uma zona montanhosa onde são visíveis sinais de outro tipo de desenvolvimento, nomeadamente ao nível turístico, tirando partido da beleza do Monte do Colcurinho e dos vales dos rios Alva e Alvôco, que dão origem às praias fluviais. No centro desta diversidade temos a passagem da Estrada de Beira e a própria Cidade de Oliveira do Hospital, onde estão localizadas a maior parte das atividades económicas do concelho e a zona industrial.

O concelho de Oliveira do Hospital é um local habitado desde o tempo da pré-história, com alguns vestígios megalíticos como o de peças funerárias (antas) que se encontram na Sobreda, Bobadela e Seixo da Beira. Temos também vestígios romanos na Bobadela e ainda uma igreja moçárabe em Lourosa.

Atualmente o concelho tem 16 freguesias, depois da reorganização administrativa de 2013, e são eles: Aldeia das Dez; Alvoco das Várzeas; Avô; Bobadela; Ervedal e Vila Franca da Beira; Lagares da Beira; Lagos da Beira e Lajeosa; Lourosa; Meruge; Nogueira do Cravo; Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços; Penalva de Alva e São Sebastião da Feira; Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira; São Gião; Seixo da Beira e Travanca de Lagos.

Estas freguesias constituem os 234,55 km² do concelho mais a norte do distrito de Coimbra.



Imagem Esquerda
Fig. 87 - Identificação das freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital

Imagem Direita
Fig. 88 - Localização geográfica de Oliveira do Hospital no mapa de Portugal

Análise SWOT do Concelho de Oliveira do Hospital:

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<p>Aposta na melhoria geral das condições de vida da população.</p> <p>Dinâmica empresarial no sector secundário.</p> <p>Aumento de emprego no sector terciário.</p> <p>Valores naturais e paisagísticos com potencial.</p> <p>Potencial turístico elevado gerado pela qualidade paisagística.</p>	<p>Necessidade de melhoria das vias de circulação intra concelhias.</p> <p>Envelhecimento da população.</p> <p>Carência de emprego especializado.</p> <p>Pouca diversidade das atividades do sector terciário.</p> <p>Fraca qualidade dos espaços públicos, Espaços urbanos descaracterizados.</p> <p>Ausência de equipamentos coletivos</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Centralidade geográfica do concelho;</p> <p>Elementos de Arquitetura Vernacular com elevado interesse.</p> <p>Valores patrimoniais significativos.</p> <p>Criação de nova imagem da cidade.</p> <p>Territórios ecológicos como elemento de desenvolvimento.</p>	<p>Difíceis acessibilidades que proporcionam afastamento dos grandes centros urbanos.</p> <p>Diminuição da população e despovoamento das freguesias rurais.</p> <p>Desinteresse pelos valores paisagísticos, naturais e ecológicos.</p> <p>Diminuição progressiva das relações entre o rural e o urbano.</p> <p>Competitividade baseada em baixos salários e fraca especialização.</p> <p>Progressivo abandono e degradação do edificado.</p>

III. 1.2. Evolução da população no concelho

A estrutura do Município é predominantemente de carácter rural, contrastando com a existência de um núcleo urbano central, dinamizador e aglutinador de atividades, serviços e população.

Após a leitura do mapa de índice de envelhecimento de oliveira do hospital, nota-se que apenas a sede de concelho e 2 freguesias na sua fronteira tem um índice mais baixo de envelhecimento calcula-se que este resultado se deve ao desenvolvimento dos serviços, indústrias e infraestruturas que estas zonas oferecem.

Sendo que em Ervedal da Beira e Vila da Beira (a norte do concelho) e nas zonas montanhosas (a sul do concelho) podemos ver os índices mais altos de envelhecimento, é nestas áreas que se encontram também um maior número de edifícios devolutos.¹⁸

Demografia do Concelho de Oliveira do Hospital: Área: 234,53 Km²; População total: 20855; População masculina: 10007; População feminina: 10848; População ativa: 8965.

O concelho tem uma densidade populacional de 89 habitantes do km². Sendo a população total constituída por 20.855 habitante, 10.007 são do sexo masculino (47,98%) e 10.848 são do sexo feminino (52,02%), conforme indicam os censos 2011.¹⁹

Regista-se o envelhecimento populacional (o grupo etário dos 65 ou mais anos registou, entre 1991 e 2001, uma variação positiva) e o decréscimo da taxa de natalidade. Este é um cenário pouco positivo para o desenvolvimento do Concelho, uma vez que determina uma progressiva redução da população ativa e consequentemente uma incontornável incapacidade de renovação geracional.

Perante este cenário é necessário equacionar o futuro, no sentido de fixar a população local, atrair população de forma mais equilibrada para todo o território de Oliveira do Hospital e avaliar o posicionamento do Concelho perante o fenómeno de envelhecimento. As dinâmicas demográficas entre a sede e as restantes freguesias do Concelho também devem ser analisadas, de modo a que a cidade de Oliveira do Hospital não se assuma como uma ameaça para os espaços envolventes. Para tal, a gestão territorial deverá ser colaborativa e estrategicamente concertada com as suas freguesias, de modo a permitir que as populações escolham zonas mais rurais para residir continuando a usufruir das comodidades oferecidas pela Cidade de Oliveira do Hospital.

A pobreza e a exclusão social são entendidas como fenómenos resultantes da escassez de recursos para responder às necessidades básicas e padrão de vida da sociedade atual. Estes são fenómenos complexos, não podendo ser limitados apenas a questões económicas, mas manifestam-se em áreas como a habitação ou o acesso aos serviços básicos. Em 1997 foi criado, em Portugal, o programa “Rede Social”, com o objetivo de erradicar a pobreza e a exclusão social através de ações concretas a diversas escalas, das quais se destaca a municipal. Posto isto foram definidas tipologias de territórios, de acordo com os fenómenos de inclusão/exclusão.

Tendo por base apenas os municípios que integram o Território do Pinhal Interior Norte estes encontram-se divididos em tipo:

- 1 - Territórios Moderadamente Inclusivos (níveis de inclusão muito positivos nos

¹⁸ <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/demografia>

¹⁹ <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/regulamentos/planeamento-e-urbanismo/plano-estrategico-municipal/492-plano-estrategico-municipal-relatorio-fina-l-file>

domínios da educação, baixas taxas de abandono escolar e de saída antecipada, e da integração no mercado de trabalho, baixo desemprego;

tipo 4 - Territórios envelhecidos e desertificados (aos quais estão associados sinais positivos como a fraca criminalidade, as boas condições de habitação e a qualidade na prestação de serviços de ação social. Os traços de exclusão, efetiva ou potencial, estão relacionados com o envelhecimento da população);

tipo 6 - Territórios Envelhecidos e Economicamente Deprimidos (o único sinal positivo é a baixa criminalidade. A pequena percentagem de estrangeiros é também um fator facilitador da inclusão).

Oliveira do Hospital enquadra-se no perfil dos Territórios Moderadamente Inclusivos (Tipo 1), os quais apresentam níveis de inclusão muito positivos e ausência de traços de exclusão relevantes. No Concelho de Oliveira do Hospital tem-se vindo a assistir à consolidação de estratégias de intervenção social para debelar as fragilidades existentes. O Município tem sido um agente ativo, assumindo diversas competências no campo social e criando parcerias com os demais agentes locais com vista a assegurar serviços de apoio social adequados às necessidades das suas populações. Em 2004 foi elaborado o Diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Social 2004-2007 do Concelho de Oliveira do Hospital após identificadas as principais problemáticas sociais (Equipamentos Sociais, Grupos Vulneráveis, Saúde, Habitação, Emprego e Educação/Formação), o Plano de Desenvolvimento Social 2004 – 2007 apontou como eixos estruturantes:

Eixo I - Melhorar a Qualidade de Vida das Comunidades Locais,

Eixo II - Promover a Qualidade e a Equidade de Oportunidades no acesso a Saúde e à Habitação

Eixo III - Promover a Qualificação, os níveis de Empregabilidade e o Desenvolvimento Económico.

Com o intuito de promover os direitos das crianças e dos jovens em áreas como a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral, o Município de Oliveira do Hospital previne ou põe termo a situações problemáticas nessas áreas através da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

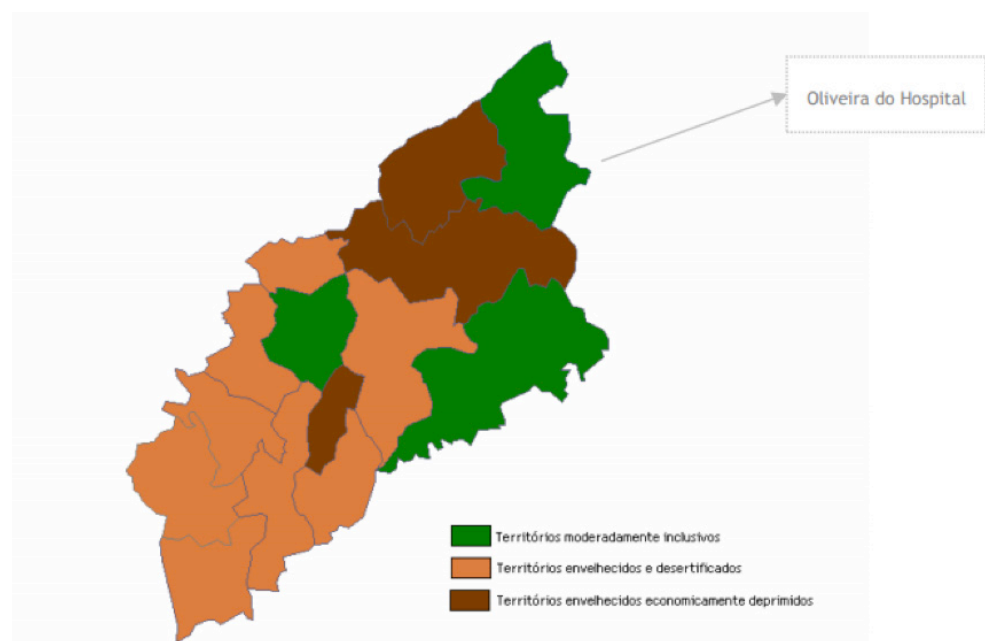


Fig. 89 - Tipificação das situações de exclusão, na sub-Região do Pinhal interior Norte.

III. 1.3. Património Existente

Oliveira do Hospital tem um vasto património classificado, como património classificado como de interesse nacional existe neste território a Capela dos Ferreiros, a Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa e as Ruínas Romanas de Bobadela.

A Capela dos Ferreiros é uma capela da primeira metade do século XIV, anexa à fachada norte da Igreja Matriz de Oliveira do Hospital, esta construção é de estilo gótico e é um dos mais importantes espaços funerários góticos portugueses, tanto pela importância das obras que acolhe como por se tratar de uma das raras capelas sepulcrais medievais de iniciativa privada que sobreviveu até aos nossos dias em território nacional (classificado como Monumento Nacional – Decreto n.º 26 500, DG, I Série, n.º 79, de 4-04-1936).

A Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa (fig.59) encontra o seu interesse devido à descoberta, por diversos estudiosos, do seu estilo dito moçárabe (em que se conciliam elementos estruturais visigóticos cristãos com elementos da cultura árabe), fruto da presença árabe que dos séculos VIII ao XI dominou esta zona de território hoje português. São de salientar nesse contexto de influência árabe, além dos arcos em ferradura, as suas janelas em ajimez (janelas geminadas) que são, aliás, as únicas da Alta Idade em Portugal.

As Ruínas Romanas de Bobadela são um dos mais importantes e bem preservados conjuntos arquitetónicos de valor histórico-arqueológico do “período romano” em Portugal. O arco romano (fig.57) presente nas ruínas foi designado de «Arco Monumental de Bobadela», e classificado de Imóvel de Interesse Nacional, a 16 de junho de 1910. Mais tarde, em 15 de abril de 1936, a classificação de Monumento Nacional, foi estendida a todo o complexo, alterando-se a designação para «Ruínas Romanas de Bobadela». Deste complexo exposto ao ar livre, destacam-se: as remanescências estruturais da principal praça da outrora cidade romana, o fórum; o majestoso arco; as epígrafes dedicadas à Splendidissima Civitas, a Júlia Modesta e a Neptuno; a enigmática cabeça de um imperador romano; e o magnífico anfiteatro. Oliveira do Hospital tem também um vasto património classificado como de interesse público e de interesse municipal, entre estas pontes romanas, solares, pelourinhos, igrejas (fig.58), entre outros.



Imagem Esquerda
Fig. 90 - Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa

Imagem Centro
Fig. 91 - Igreja Matriz de Travanca de Lagos

Imagem Direita
Fig. 92 - Ruínas Romanas de Bobadela - Arco Romano

III. 1.4. Turismo em Oliveira do Hospital

Oliveira do Hospital oferece um guia turístico²⁰ sobre o seu território onde divide as atividades turísticas em: escutar, reviver, conhecer, caminhar, mergulhar, descobrir, 7 maravilhas, contemplar, orar, olhar, percorrer, celebrar, relaxar, saborear, comprar, cheirar e descansar.

Na atividade de escutar exhibe os autores que outrora moraram ou escreveram sobre o território de Oliveira do Hospital e convida o turista a ler estas obras.

Em percorrer exhibe um mapa do concelho assinalando os principais pontos de atração.

Em contemplar frisa a rota dos monumentos megalíticos, onde podemos contemplar as antas espalhadas por vários pontos do território de Oliveira, como por exemplo a Anta do Pinheiro dos Abraços na freguesia da Bobadela.

Para reviver sugere vários museus e casas museu onde podemos encontrar vários elementos da história desta terra.

Para caminhar faz referência a todas as rotas pedestres existentes no território, são 9 rotas pedestres e uma rota de BTT, as quatro primeiras fazem parte das rotas das Aldeias do Xisto e serão referidas mais a frente neste documento.

Em mergulhar este guia faz alusão às praias fluviais existentes no território, são 8 praias no total sendo as praias de Alvoco das Várzeas, Avô e São Gião praias classificadas.

Em descobrir o guia refere o projeto das Aldeias do Xisto, sendo que dentro do território de Oliveira do Hospital é a Aldeia das Dez e Avô as duas aldeias que pertencem a este projeto.

Nas 7 maravilhas faz referência ao património cultural relevante no Concelho, sendo este os três edifícios classificados como património de interesse nacional que já foram referidos e ainda a Igreja Paroquial de S. Gião, a Ponte Medieval de Alvoco das Várzeas (fig.), as Ruínas do Castelo de Avô (fig.), o Santuário de N^a Sr^a. Das Preces em Aldeia das Dez, o Monte do Colcurinho (Fig.), as Varandas de Avô (Fig.), entre outros.

Em orar são apresentadas as igrejas de São Pedro de Lourosa e de São Gião, o Santuário de Nossa Sr^a das Preces, a Capela Dos Ferreiros e o Convento do Desagravo.

Para celebrar é apresentada uma lista com as datas e locais das festas e romarias do Concelho.

Para relaxar apresentam a casa da cultura César Oliveira, a galeia de arte pátio velho, a biblioteca de Lagares da Beira, a quinta do espinhal moiro e o bar da carcalha.

Para saborear é apresentada uma lista dos locais e dos nomes dos restaurantes da região.

Para descansar são referenciados os alojamentos disponíveis no Concelho, destacando três deles, a quinta da moenda, a quinta da geia e a quinta da florência.

Para comprar é apresentado um mapa onde destaca três ofertas, a rota do queijo da serra da estrela, a rota do cobre e do latão e o artesanato.

Para olhar é proposto o parque de esculturas, o parque municipal do mandanelho, ambos no centro de Oliveira do Hospital, o miradouro da penha a Norte do Concelho.

No fim deste guia é referido o narciso do Mondego no capítulo “cheirar” sendo que Oliveira do Hospital abrange 69% do território onde este cresce.

²⁰ https://issuu.com/municipiodeoliveiradohospital/docs/guia_de_turismo_ativo

O território a Sul de Oliveira do Hospital pertence também às Aldeias do Xisto.

Entre 2000 e 2002 o Programa das Aldeias do Xisto foi pensado e planeado em colaboração com os municípios, visando criar uma marca no território partindo da forte identidade de um conjunto de povoações e inovando nos métodos e na forma de o requalificar. Juntando quatro unidades de paisagem sendo a Serra da Lousã e do Açor, o Zêzere e o Tejo-Ocreza, a rede era constituída por 24 aldeias em 2007, atualmente a rede cresceu e contém já 27 Aldeias do Xisto distribuídas pela Região Centro, em 16 concelhos entre Castelo Branco e Coimbra.²¹

Os lugares das Aldeias do Xisto contêm vestígios de ocupação do território desde a pré-história, encontramos esses vestígios em pontes, calçadas, nomes de locais, gravuras, etc. São vários os monumentos que encontramos nas Aldeias do Xisto, como espaços naturais criados pelas transformações da própria natureza, manifestações materiais de religiosidade, evidências históricas ou espaços onde se assiste às tradições dos seus habitantes.²²

Foram desenvolvidas várias atividades para dinamização das aldeias, como por exemplo os caminhos do xisto que são percursos pedestres de pequena rota, em regra circulares, e cujos trilhos muitas vezes eram caminhos usados por moleiros, pastores, agricultores, mineiros, entre tantos outros antigos ofícios. Estes percursos podem ser feitos através de caminhadas ou de BTT e podem ser realizadas atividades ao longo destes como canoagem, escalada e trail running. Estas rotas criadas pretendem ligar as aldeias entre si a partir destes caminhos do xisto e encontram-se devidamente identificados com as sinaléticas criadas pela rede das aldeias do xisto (fig.38).

Os monumentos e os museus inseridos nas aldeias do xisto ajudam-nos a conhecer mais profundamente o modo de vida, as tradições, a cultura das suas populações assim como a interpretar o território envolvente e a saber olhar melhor a natureza, a história das Aldeias do Xisto é feita essencialmente do esforço de sobrevivência dos seus habitantes, e o seu património é essencialmente vernacular.

Um dos pontos fortes das aldeias do xisto na época de verão é Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto, que constitui o maior grupo de praias fluviais do país.

Estão também distribuídos nesta rede de aldeias do xisto serviços de alojamentos e restauração, entre hotéis, casas de campos, parques de campismo, pousadas e pensões, restaurantes, bares e cafés.



Do património que encontramos nestas aldeias destaca-se o património religioso (móvel e imóvel) das Aldeias do Xisto, este evidencia a profunda relação que os seus habitantes sempre tiveram com o transcendente, refletido em monumentos que vão do mais singelo ao mais imponente. Todo este património é ainda hoje contextualizado em manifestações religiosas que ainda ocorrem em algumas das aldeias.

Em Oliveira do Hospital existem quatro percursos que pertencem aos percursos que pertencem às Aldeias do Xisto. Três destes percursos passam pela Aldeia das Dez, a sul do concelho na zona mais montanhosa, são eles o percurso PR1 OHP – Caminhos do Xisto de Aldeia das Dez I – Pelas Várzeas do Alvôco (fig.39); PR2 OHP -

Fig. 93 - Sinalética dos Caminhos das Aldeias do Xisto

21 <https://aldeiasdoxisto.pt/aldeias>

22 <https://aldeiasdoxisto.pt/category/hist%C3%B3ria>

Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial (fig. 40); PR3 OHP – Caminhos do Xisto de Aldeia das Dez III – Nos Passos do Ermitão (fig. 41). Também a sul do concelho encontramos o último percurso que pertence a este programa, na Vila de Avô temos a rota PR4 OHP - Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva (fig.42).

O Caminho do Xisto III da Aldeia das Dez – Pelas Várzeas do Alvôco é um percurso pedestre circular que começa e acaba no Largo Alfredo Duarte em Aldeia das Dez e segue em direção a Vale Maceira, de dificuldade fácil este percurso tem a dimensão de 20km



PR2 OHP - Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial), este percurso com 12 km de distância de dificuldade fácil é circular e liga Aldeia das Dez à Vila de Avô



Primeira Imagem
Fig. 94 - PR1 OHP – Caminhos do Xisto de Aldeia das Dez I – Pelas Várzeas do Alvôco

Fig.95 - PR2 OHP - Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II

PR3 OHP - Caminho do Xisto de Aldeia das Dez III – Nos Passos do Ermitão – Este percurso é circular de dificuldade fácil e tem apenas 10km, faz a ligação entre Aldeia das Dez e São Sebastião da Feira



PR4 OHP - Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva(fig.), este percurso com 8 km de distância e dificuldade fácil é circular e liga a Vila de Avô à Ponte das Três Entradas. Este percurso segue sempre junto à margem do rio Alva.

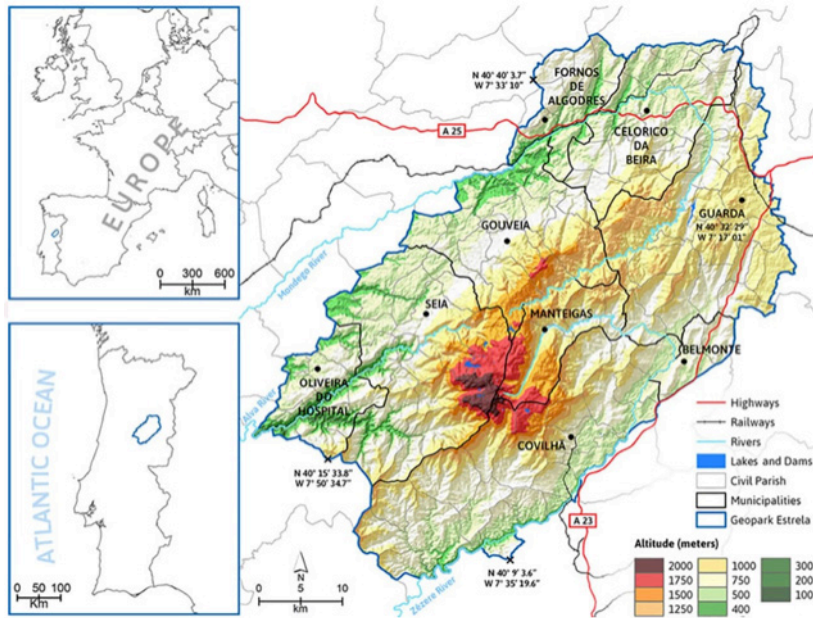


Primeira Imagem
Fig. 96 - PR3 OHP
- Caminhos do Xisto de Aldeia das Dez III

Fig. 97 - PR4 OHP - Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva

O concelho de Oliveira do Hospital também foi integrado no Geopark Estrela em 2019.

O Geopark Estrela nasceu no contexto da Região Centro de Portugal Continental, este inclui nove municípios que se encontram ao redor da Serra da Estrela, são eles Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Mantegias, Oliveira do Hospital e Seia.



Com uma área de 2216 km² o território deste Geopark Mundial da UNESCO apresenta uma paisagem diversificada que resulta das transformações geológicas, contrastes climáticos e da ocupação humana. A Serra da Estrela, lugar onde a beleza única se complementa com uma história milenar, é originária de um acidente geográfico de onde antes havia separação hoje em dia há a união de nove municípios.

Nascem desta iniciativa várias rotas turísticas que percorrem todo o território da Serra da Estrela e dos Concelhos integrantes do Geopark. Em Oliveira do Hospital existe uma rota, designada como “Do Alva ao Mondego” têm o seu início nas portas do Geopark em Oliveira do Hospital seguindo pelo concelho de Oliveira parando em dois pontos turísticos dentro do mesmo, as varandas de avô e o Monte Colcurinho. Este percurso segue o seu rumo até às Penhas Douradas passando por Formarigo, Sabugueiro e terminando no Mondeguinho.

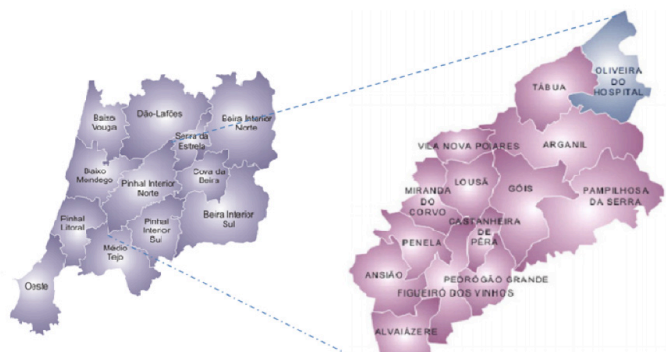


Primeira Imagem
Fig. 98 - Território do Geopark da Estrela

Segunda Imagem
Fig. 99 - Página Promocional e Informativa do Percurso “Do Alva ao Mondego” do site do Geopark

III. 1.5. Plano de revitalização do território

O Concelho de Oliveira do Hospital situa-se na NUT III Pinhal Interior Norte, com uma localização estratégica desfavorável, devido à debilidade dos acessos e da rede de transportes intra-regionais que põe em causa a coesão socioeconómica e a competitividade territorial que se pretende alcançar.



O Concelho de Oliveira do Hospital apresenta um conjunto de fatores diferenciadores que concorrem para a sua afirmação como espaço de múltiplas oportunidades – a existência da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital – ESTGOH, a Rede Urbana e a Cidade de Oliveira do Hospital e o património histórico existente no Concelho.

É com esta consciência que a câmara de Oliveira do Hospital elabora o Plano de Desenvolvimento²³ contratando os serviços da Sociedade Portuguesa de Inovação²⁴ em alinhamento com a Estratégia de Lisboa²⁵. O objetivo geral da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital consiste em, através de um processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), identificar e envolver os agentes locais na conceção de apostas estratégicas, de indicadores de sucesso e de uma carteira de projetos estruturantes a desenvolver ao nível concelhio.

Após análise do território de Oliveira do Hospital assim como outros territórios onde estas estratégias e projetos foram selecionados de acordo com critérios especificamente relacionados e após realizada uma análise swot com a informação e os dados recolhidos resulta da análise que Oliveira do Hospital deverá distinguir-se pela valorização da cidade enquanto elemento de fortalecimento do meio envolvente marcadamente rural; pela promoção do desenvolvimento equilibrado que garanta a coerência e complementaridade entre o ambiente urbano e rural; pela aposta na cooperação entre agentes de desenvolvimento para o fortalecimento da Inovação, Competitividade e Empreendedorismo; pela afirmação do seu posicionamento como motor do desenvolvimento económico local e regional; pela valorização integrada do património natural e construído, marcado pela excelência dos recursos locais; pelo aproveitamento sustentável dos recursos naturais (de entre os quais se destacam os Vales do Alva e do Alvoco) e das atividades económicas neles baseadas; pela consolidação da aposta na educação e formação, valorizando o potencial empreendedor inato; e pela capacidade de valorizar a história e a tradição como **elementos de diferenciação** para o futuro.

²³ <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/regulamentos/planeamento-e-urbanismo/plano-estrategico-municipal/492-plano-estrategico-municipal-relatorio-fina-l-file>

²⁴ A Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) é uma empresa de consultadoria, criada em 1997, com um profundo conhecimento dos setores público e privado, assim como dos processos que permitem aos seus clientes fomentar a inovação, ser competitivos e gerar crescimento.

²⁵ A Estratégia de Lisboa, também conhecida como Agenda de Lisboa ou Processo de Lisboa é um plano de desenvolvimento estratégico da União Europeia.

Fig. 100 - Enquadramento do Concelho de Oliveira do Hospital ao nível da NUT III Pinhal Interior Norte

III. 1.6. Equipamentos escolares em Oliveira do Hospital

Na informação fornecida no site da câmara sobre a rede escolar de Oliveira do Hospital²⁶ verificamos que: a rede educativa do município de Oliveira do Hospital é composta por 45 estabelecimentos dos diferentes níveis de ensino (Quadro 1). Ao nível da educação pré-escolar de referir a existência de um total de 23 equipamentos, sendo que 18 integram a rede pública e 5 encontram-se afetos à rede particular. O 1º Ciclo Escola Básica apresenta também um valor significativo, com um total de 14 estabelecimentos de ensino pertencentes à rede pública. Por seu turno, o 2º e 3º CEB é assegurado por cinco estabelecimentos de ensino, enquanto o ensino secundário é ministrado em dois equipamentos diferenciados (um dos quais uma escola profissional) e o ensino superior encontra-se representado por um equipamento.

Em relação à população escolar verifica-se que a globalidade do território municipal integra 3123 alunos distribuídos de forma desigual pelos diferentes níveis de ensino. Assim, e tal como seria expectável, o 2º e 3º CEB agrega um total de 1139 alunos, seguido do ensino secundário e 1º Ciclo Escola Básica, com um total de 714 e 713 alunos, respetivamente.

De referir, a existência de 489 crianças que integram a educação pré-escolar e de 68 alunos que frequentam o ensino superior neste território concelhio.

No que respeita à distribuição por freguesia verifica-se que apenas Avô, São Gião e união das freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira não apresentam qualquer equipamento educativo. Por outro lado, será de destacar a união das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, que apresenta todos os níveis de ensino e o número mais elevado de estabelecimentos de ensino (14), bem como a união das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira com cinco equipamentos. De referir as freguesias de Lagares e Seixo da Beira que, seguidamente, apresentam o maior número de estabelecimentos de ensino, designadamente quatro equipamentos.

A população escolar a frequentar a educação pré-escolar no município de Oliveira do Hospital, considerando o somatório dos quantitativos escolares afetos à rede pública e privada, foi caracterizada por um ligeiro decréscimo entre os anos letivos 2008/2009 e 2014/2015 (-6,1%), passando de 521 a 489 crianças inscritas, sendo de referir o aumento do número de crianças afetas a este nível de ensino registado no último ano em análise. De ver que após análise dos dados constatou-se que o decréscimo ocorreu apenas nos equipamentos da rede pública descendo 20% no período compreendido entre 2008/2009 e 2014/2015 enquanto que os equipamentos da rede privada tiveram um aumento de 20% de crianças no mesmo período de tempo.

A população escolar a frequentar o 1º CEB no município de Oliveira do Hospital registou um decréscimo entre os anos letivos 2004/2005 e 2014/2015 (-33,1%), passando de 1066 a 713 alunos matriculados. Esta diminuição dos efetivos escolares foi contínua, excetuando apenas o ano letivo 2005/2006, no qual foi possível observar um ligeiro incremento do número de alunos afeto a este nível de ensino.

No município de Oliveira do Hospital, e no período compreendido entre os anos letivos 2005/2006 e 2014/2015, verifica-se que o número de alunos matriculados no 1º CEB foi sempre superior ao número de nascimentos observados nos anos correspondentes à frequência, o que se poderá justificar pela frequência de alunos provenientes de outros territórios municipais.

A frequência do 2º e 3º Ciclo Escola Básica no ano letivo 2014/2015 é de 1139 alunos, valor que não se distribui de forma homogénea pelos cinco equipamentos edu-

²⁶ <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/prestacao-de-informacao/1911-carta-educativa/file>

cativos existentes no território municipal, sendo que os dois estabelecimentos de ensino, localizados na união das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, apresentam um total de 758 alunos (671 alunos matriculados no ensino regular, 72 alunos matriculados nos cursos vocacionais e 15 alunos matriculados nos cursos de educação e formação), valor correspondente a 65% do total da população escolar afeta a este nível de ensino.

Entre os anos letivos 2004/2005 e 2014/2015 registou-se um decréscimo da população escolar a frequentar o 2º e 3º CEB no município de Oliveira do Hospital, passando de 1327 a 1139 alunos matriculados, o que traduz uma diminuição de -16%.

A frequência do ensino secundário no ano letivo 2014/2015 é de 714 alunos, valor que não se distribui de forma homogénea pelos dois equipamentos educativos existentes no território municipal, sendo que a ES/3 Oliveira do Hospital apresenta um total de 543 alunos (442 alunos matriculados nos cursos científico humanísticos e 101 alunos matriculados nos cursos profissionais), valor correspondente a cerca de 75% do total da população escolar afeta a este nível de ensino. Por sua vez, a EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital/Tábua e Arganil apresenta um total de 171 alunos, todos matriculados em cursos profissionais. Na globalidade, a frequência associada ao ensino secundário do município de Oliveira do Hospital sofreu um ligeiro decréscimo no período compreendido entre os anos letivos 2010/2018 e 2014/2015, com a passagem dos 719 aos 714 alunos.

Em relação à evolução do número de alunos afeto aos cursos profissionais da EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital/Tábua e Arganil verifica-se um aumento no período compreendido entre os anos letivos 2005/2006 e 2014/2015, com a passagem dos 154 aos 171 alunos, o que traduz um incremento de cerca de 11%.

No que respeita à oferta formativa na EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital/Tábua e Arganil verifica-se a existência de sete cursos (Quadro 60). Em termos de distribuição dos alunos por curso, é possível observar que no ano letivo 2014/2015 o curso que reúne os maiores quantitativos é o de Técnico de Turismo, com 54 alunos, seguido pelo curso de Técnico de Manutenção Industrial - Variante Mecatrónica Automóvel, com 41 alunos. Com uma frequência mais reduzida de referir os cursos de Técnico de Design - Variante Design de Equipamentos (26), Técnico de Eletrónica Automação e Comando (14), Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos (13), Técnico de Instalações Elétricas (12) e Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (11).

Considerando os 543 alunos matriculados na ES/3 Oliveira do Hospital verifica-se ainda que 184 alunos residem na união das freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, 323 alunos são provenientes de outras freguesias do município, com especial destaque para os alunos oriundos das freguesias: 116 de Nogueira do Cravo (57), Seixo da Beira (40) e Lagares (36). Por outro lado, destacam-se, ainda, os 36 alunos oriundos de outros municípios como Arganil, Cacém, Castelo Branco, Figueira da Foz, Seia e Tábua.

Análise swot do sector escolar de Oliveira do Hospital:

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<p>Morfologia acidentada em alguns setores com reflexos na rede de acessibilidades, em particular nas freguesias de Aldeia das Dez, Avô e UF Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.</p> <p>Reduzido quantitativo de população residente, em particular nas freguesias de Aldeia das Dez, Alvôco das Várzeas, Bobadela, Lourosa, Meruge e Seixo da Beira.</p> <p>Reduzido número de nascimentos.</p> <p>Inexistência de equipamentos educativos nas freguesias de Avô, São Gião e UF Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.</p> <p>A educação pré-escolar pública do município regista um decréscimo substancial no período compreendido entre os anos letivos 2004/2005 e 2014/2015.</p> <p>A frequência do 1º CEB, 2º e 3º CEB na globalidade do território municipal sofreu um decréscimo considerável entre os anos letivos 2004/2005 e 2014/2015.</p>	<p>Boas acessibilidades intermunicipais.</p> <p>Maior quantitativo de população residente e elevado número de nascimentos no contexto municipal na UF Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.</p> <p>Existência de um equipamento da rede particular afeto à educação pré-escolar poderá conferir algum dinamismo demográfico e socioeconómico.</p> <p>Quantitativos escolares bastante significativos, quer na educação pré-escolar, quer no 1º CEB, nas freguesias de Nogueira do Cravo e UF Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.</p> <p>A educação pré-escolar da rede particular regista um acréscimo evidente na globalidade do território municipal.</p> <p>Todos os níveis de ensino se encontram representados (desde a educação pré-escolar ao ensino superior).</p>
Ameaças	Potencialidades
<p>Tendência de decréscimo da população escolar na educação pré-escolar concelhia.</p> <p>A nível municipal observa-se uma tendência de decréscimo dos efetivos escolares do 1º CEB nos próximos anos letivos.</p> <p>Possibilidade de encerramento dos JI's Largo da Feira e Oliveira do Hospital, condicionada pela construção do Centro Educativo na sede de freguesia.</p> <p>Existência da possibilidade de encerramento da EB1 Lagos da Beira, bem como do possível encerramento do estabelecimento de 1º CEB da freguesia de Meruge.</p> <p>Os quantitativos escolares afetos ao 2º e 3º CEB e ensino secundário na totalidade dos estabelecimentos do município manifestam uma tendência de redução, sendo esta bastante evidente em ambos os casos.</p>	<p>Integração das crianças e alunos (educação pré-escolar e 1º CEB) das escolas em risco de encerramento nas várias escolas no território educativo correspondente ao anterior agrupamento de escolas de Brás Garcia Mascarenhas assim como em outros agrupamentos escolares.</p>

III. 1.9. A Vila de Avô

A Vila de Avô encontra-se a Sul do Concelho de Oliveira do Hospital na zona mais montanhosa e faz fronteira com o Concelho de Arganil. Em Avô podemos encontrar alguns achados arqueológicos que nos permitem constatar a sua importância ao longo dos séculos. Na vila descobriram-se vestígios da permanência de povos e culturas diversas que certificam a importância desta vila ao longo dos tempos.

A Vila de Avô é atravessada pela N342 que se inicia em Soure e termina em Arganil, fazendo a ligação entre a Serra da Lousã e a Serra do Açor. A Vila é dividida pelo Rio Alva e na afluência deste com a Ribeira de Pomares é formada a Ilha do Picoto.

Em Avô podemos encontrar vários elementos de interesse cultural tais como o Castelo de Avô, a capela de São Miguel e as suas pontes, sobre o Alva e sobre a Ribeira de Pomares.



Do castelo de Avô (fig.86) conhecemos apenas as muralhas e o portal da entrada deste castelo, pois este que foi destruído e reconstruído mais do que uma vez ao longo da sua história. A capela de São Miguel (fig.80) encontra-se no ponto mais alto da vila, situada ao lado da entrada do castelo. Desconhecendo-se a data da sua edificação, o templo religioso poderá corresponder aos finais da época medieval, uma vez que foi um reaproveitamento do castelo, sendo este do séc. XIII. O castelo e a capela de São Miguel, estão classificados como Imóvel de Interesse Público desde 1963.²⁷



Primeira Imagem
Fig. 101 - Imagem Aérea da Vila de Avô

Segunda Imagem
Fig. 102 - Castelo da Vila de Avô

²⁷ <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1146-castelo-de-avô>

Nos edifícios notáveis, destacam-se também as residências dos escritores Brás Garcia de Mascarenhas e Dr. Vasco Campos (fig.79), o solar Soares de Albergaria (fig.82) e algumas construções vernaculares, como a antiga casa da Câmara e a atual sede da Junta de Freguesia (fig.83).



Primeira Imagem Esquerda
Fig. 103 - Igreja Moçarabe Vila de Avô

Primeira Imagem Direita
Fig. 104 - Casa Brás Garcia de Mascarenhas

Segunda Imagem Direita
Fig. 105 - Junta de Freguesia de Avô

Segunda Imagem Direita
Fig. 106 - Arquitectura Vernacular Posto de Saúde de Avô

A Praia Fluvial de Avô (fig.88), também conhecida como Ilha do Picoto, faz parte das praias fluviais das Aldeias do Xisto e tem uma grande envolvência com a natureza. Está banhada pelo rio Alva e a pela ribeira de Pomares a praia fluvial nasce no encontro destes dois cursos de água. Esta praia é equipada com uma piscina infantil (fig.86), alimentada pelas águas do Alva, zonas de estar com um pavimento de areia e zona de estar com relva, nesta última existe um pequeno parque de merendas (fig.89), contêm ainda um bar (fig.84), balneários e acesso para pessoas com mobilidade condicionada (fig.85). Esta praia fluvial ganhou em 2016 o prémio de praia acessível devido às boas acessibilidades que criou para pessoas com mobilidade reduzida.²⁸

Nas zonas de relvado encontramos plantados salgueiros, mimosas e amieiros e conta com uma paisagem sobre os montes e sobre a ponte de um só arco do século XVIII.

Na freguesia de Avô encontramos um miradouro de seu nome Varandas de Avô, na berma da estrada nacional 230 e é um miradouro em pedra onde encontramos um parque de merendas (fig.93) com uma extraordinária vista sobre a povoação (fig.91 e 92) e sobre o vale onde corre o rio Alva (fig.90).

Podemos ainda admirar um mapa ilustrativo feito em azulejo dos locais de interesse de Oliveira do Hospital (fig.94) assim como dois poemas um de V. Campos (fig.92) e outro de B. Mascarenhas.

²⁸ <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/item/1402-praia-fluvial-de-avo-recebeu-premio-praia-acessivel-2016>



Como já foi referido anteriormente Avô faz parte dos circuitos das rotas das Aldeias do Xisto, contendo duas rotas a passar pela vila, são elas a PR2 - Rota Imperial, nesta rota circular percorre-se o território desde Aldeia das Dez até Avô, passando por percursos que foram outrora percorridos pelos romanos (fig.99). A segunda rota é a PR4 OHP - À volta do Alva nesta rota, mais curta, podemos percorrer os caminhos que fazem a ligação entre a Ponte das Três Entradas e a Vila de Avô fazendo sempre o percurso junto ao Rio Alva.

Para a realização desta tese foram percorridas ambas as rotas, a experiência foi positiva, os percursos encontram-se bem marcados (fig.100), ao longo dos percursos podemos ver animais a pastar (fig.95) e ser surpreendidos por paisagens quase pitorescas (fig.98). As surpresas ao percorrer estes trilhos não foram sempre positivas, foram notadas algumas dificuldades que se prendem com o abandono do terreno e destes percursos turísticos. Em consequência do grande incêndio que ocorreu em outubro de 2016 ainda são visíveis no terreno sinais dessa catástrofe, nomeadamente árvores queimadas caídas (fig.96) sobre os caminhos, construções queimadas abandonadas (fig.97) assim como uma vegetação ainda em recuperação.

Na freguesia de Avô deu-se um forte abandono populacional desde 1890 conforme podemos ver na fig.93, sendo que o período de maior perda é entre os anos 60 e 70.

Quando se verifica as percentagens das tabelas dos habitantes por grupo etário entre 2001 e 2011 contata-se uma perda de metade das crianças nestes 10 anos, descendo também a percentagem de jovens entre os 15 e os 24 ainda que em menor percentagem.

Avô é uma freguesia com poucos equipamentos que apoiem um futuro dentro do seu território e apesar de ser uma vila com um grande potencial turístico devido aos elementos que a compõem este potencial não é promovido nem desenvolvido.

A falta de jovens faz com que a dinamização e renovação desta freguesia seja cada vez menor.

Avô tem uma arquitectura variada, no centro histórico encontramos edifício de ar-

Primeira Imagem Esquerda
Fig. 107 - Praia Fluvial Vila de Avô

Primeira Imagem Direita
Fig. 108 - Piscina para Crianças Praia Fluvial Vila de Avô

Segunda Imagem Direita
Fig. 109- Poema V. Campos no Miradouro Varandas de Avô
Segunda Imagem Direita
Fig. 110 - Placa Identificativa do Miradouro

quitectura vernacular, a pedra é um dos elementos estruturais presente em várias construções.

A sua topografia é acidentada e a vila desenvolve-se toda em volta dos seus montes e do rio Alva que separa as duas metades da vila. A zona mais antiga da vila desenvolve-se em volta do castelo de Avô, onde podemos ver ainda vestígios do que teria sido as ruas e as implantações das casas quando o castelo ainda estava erguido. As ruas em volta do castelo são ruas estreitas onde só é possível aceder a pé (imagem em anexo).

Podemos encontrar construções modernas na periferia do centro histórico da vila, não existe uma linguagem arquitectónica uniforme na vila, algumas casas suportadas por pilotis erguem-se umas sobre as outras sob a montanha (fig.87) com as cores variadas das suas fachadas.

Ao longo da margem do rio Alva podemos ver ainda vestígios de atividades como a agricultura, nas várias zonas de cultivo sobre socalcos (fig.88), e a atividade pesqueira junto à ilha do picoto (fig.89).



Primeira Imagem Esquerda
Fig. 111 - Sinalização Percurso Aldeias do Xisto - Rota PR4
Primeira Imagem Direita
Fig. 112 - Fachadas de Algumas Habitações na Vila de Avô
Segunda Imagem Direita
Fig. 113 - Socalcos de Cultivo Junto ao Alva na Vila de Avô

Segunda Imagem Direita
Fig. 114 - Senhor a Pescar na Ilha do Picoto

IV. PROJETO DE ARQUITECTURA

1. Projeto de Equipamento Escolar e Turístico

“As coisas modificam-se mas não perdem a sua identidade, (...) elas permanecem na nossa mente e portanto passam a existir no tempo”

Gorjão, J.



D'estas Varandas se alcança
A Serra montes a fio...

É lá no fundo Avô,
Velhinha sempre criança
A espelhar o seu brio

Nas águas mansas dum rio
Onde o meu Sonho ficou.

Varandas de Avô Primavera de 1988 V.Campos

Fig.115 - Poema V.Campos Miradouro das Varandas de Avô

IV. 1.1 Contexto

Terminada a investigação e o estudo dos conceitos teóricos necessários para a elaboração da proposta de projeto, é então desenvolvida a proposta de um novo produto turístico para a Vila de Avô usando o património arquitectónico como motor deste produto.

O projeto apresenta como principal intenção a reabilitação de dois edifícios devolutos da Vila de Avô, a Vila de Avô foi escolhida no seguimento da análise ao território de Oliveira do Hospital, abalado por uma catástrofe natural (um mega incêndio) em 2016, aparece como estudo no sentido de perceber de que modo arquitectura pode minimizar estes impactos naturais ou de que forma pode fazer renascer um território que foi abalado por um.

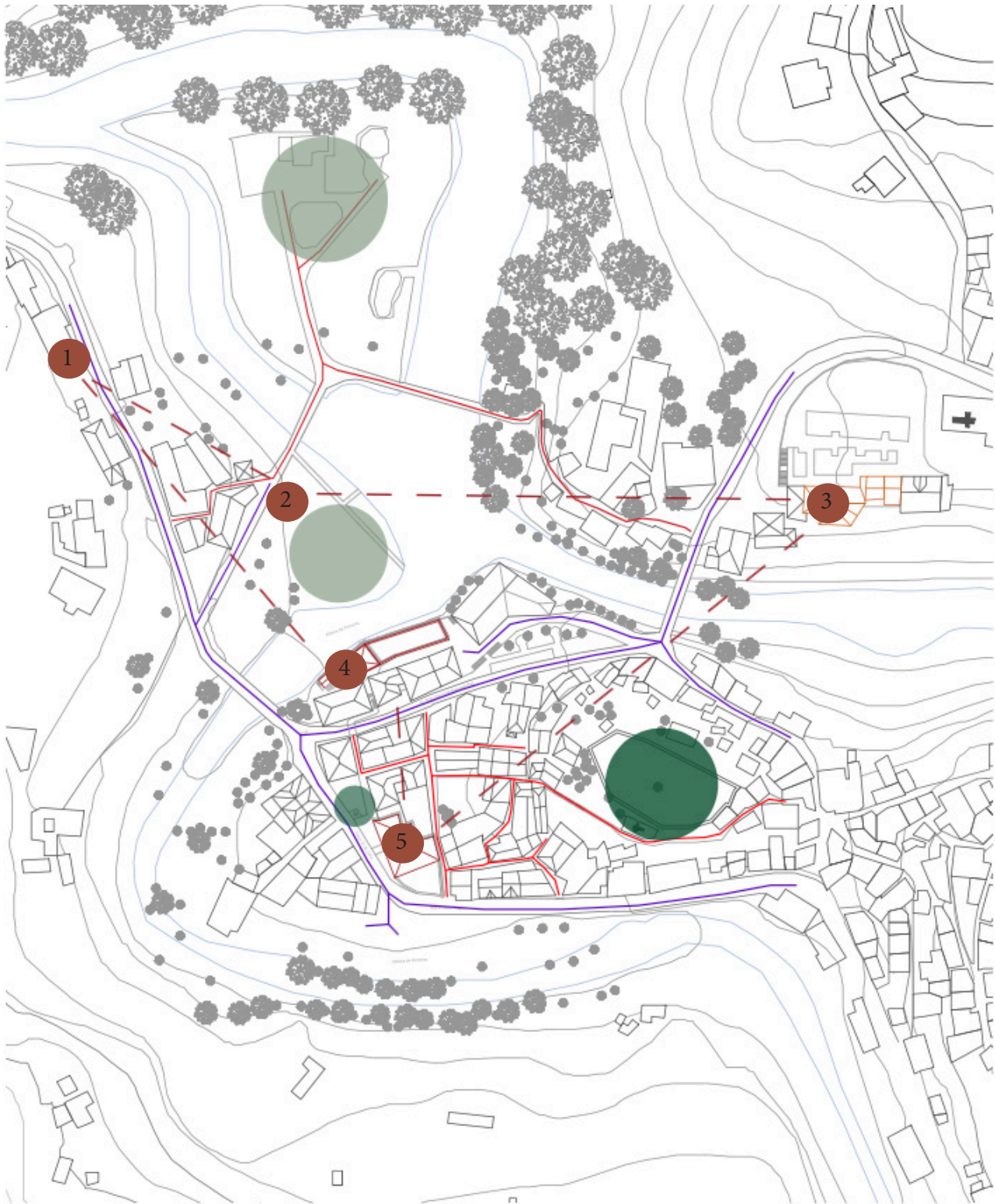
A estratégia propõe que sejam valorizados os produtos turísticos que a vila tem para oferecer, como o castelo de avô, a praia uvial, as varandas de avô, os percursos do programa das Aldeias do Xisto assim como alguns edifícios, criando um conjunto de serviços na vila que possam apoiar estas dinâmicas de turismo.

No conjunto dos serviços propostos para valorização, dinamização e revitalização da Vila de Avô propõe-se no âmbito do projeto de arquitectura desenvolver o equipamento escolar de ensino profissional de hotelaria e turismo com um hotel de aplicação, tendo como base as escolas de turismo de Portugal conforme o exemplo do primeiro e segundo caso de estudo abordado, para que seja aliada a qualificação/formação ao mercado de trabalho trazendo assim mais população jovem para este território.

Para a implantação destes equipamentos é feita uma análise dos edifícios da vila, tendo consciência da importância da valorização do património existente nestes locais rurais são analisados os edifícios com alguns critérios, como a sua relação com a vila e com a paisagem, a sua qualidade arquitectónica, as suas dimensões e a sua importância na história daquela povoação. É proposto assim a reabilitação de um antigo solar onde é projetada a escola profissional e a reabilitação do antigo lagar onde é desenvolvido o hotel de aplicação.

O solar é escolhido para albergar a escolar profissional de hotelaria e turismo pelas suas características arquitectónicas, pela sua localização central na vila, perto de alguns edifícios notáveis assim como de serviços como a junta de freguesia, e pela forma como se impõe no enquadramento da paisagem junto à ribeira de pomares. A sua dimensão foi também critério de avaliação uma vez ser necessário incluir um programa de uma escola.

Os critérios de escolha do lagar para integrar o hotel de aplicação foram a sua presença na paisagem, a sua relação com a praia uvial, este edifício tem uma forte presença junto à ribeira de pomares e o seu impacto é relevante o ambiente da praia. A rua a sul é algo que também é mantida quase intata pelo ambiente que cria entre edifícios e com abertura para a ribeira em ambas as extremidades.









-  Praia Fluvial Ilha do Picoto
-  Praça 21 de Junho
-  Castelo de Avô
-  Edifícios da Integrantes da Proposta de Intervenção
-  Acessos Pedonais
-  Acessos Automóvel

Fig. 116 - Planta Estratégica Proposta Urbana Escala 1:2000

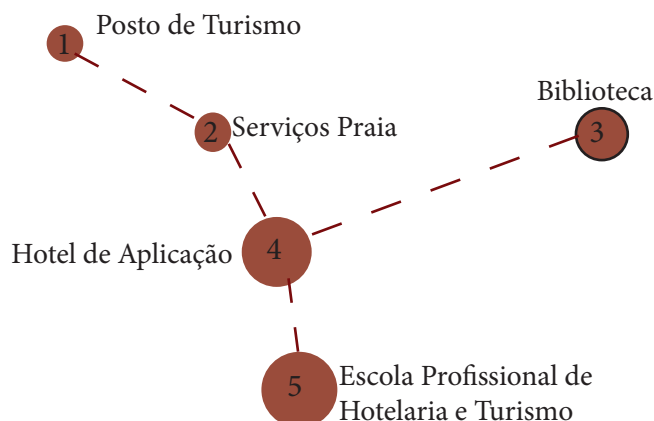
IV. 12 Proposta de Intervenção

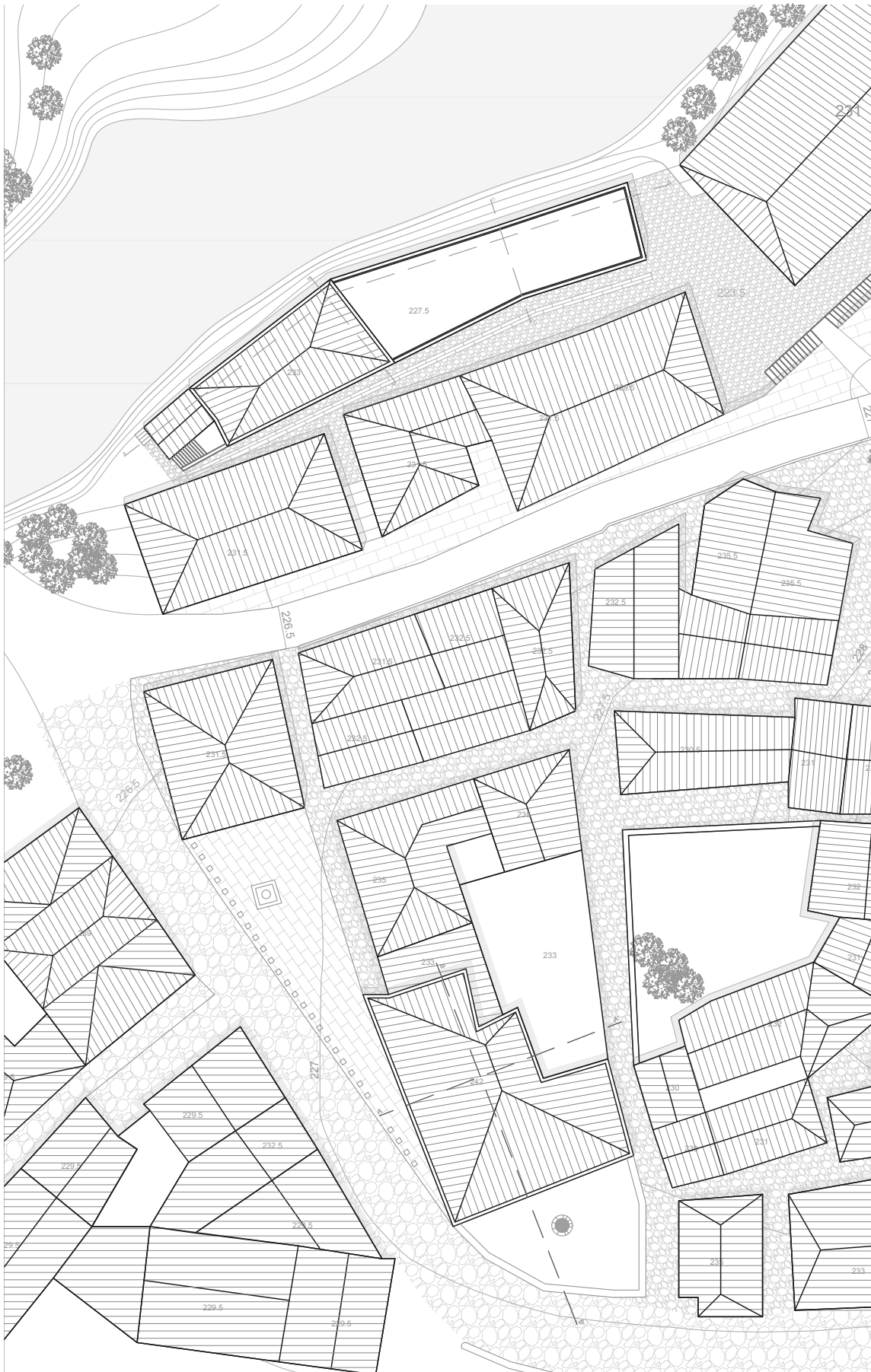
Ao analisar a Vila de Avô o que se notou foi que apesar dos vários elementos turísticos que a vila contém não há investimento nem intenção em promover ou manter o existente. Existe a necessidade de identificar os vários pontos turísticos uma vez que alguns destes não se encontram sinalizados, como por exemplo o castelo de Avô não é sinalizado uma única vez em parte nenhuma da vila a não ser à entrada do mesmo, o turista ou tem um conhecimento prévio do castelo, ou encontra-se com ele por mero acaso. Assim como na manutenção do existente, no caso dos caminhos do xisto onde foram encontradas árvores caídas sobre o percurso, ou até mesmo a praia fluvial onde se nota que há pouco cuidado em manter o espaço e os serviços ativos e com qualidade,

Como tal, na proposta urbana propõe-se assim a colocação de sinalização dos elementos turísticos em pontos estratégicos da vila para que seja explícita a oferta. É proposta também a qualificação do castelo no sentido de dar ao turista mais informação, colocando placas informativas em alguns pontos no interior do mesmo dando ao turista uma visita mais dinâmica, a qualificação do percurso que liga os dois edifícios desta proposta de projeto (o lagar e o solar), através da alteração do pavimento dos arruamentos e a reabilitação da margem da ribeira de pomares em frente ao Solar no sentido de criar um espaço urbano que possa ser usado pela comunidade e pelos alunos da escola.

É proposta a reabilitação de outros elementos na vila como uma antiga estagem, que se encontra devoluta e que ardeu nos incêndios de 16 de Outubro de 2017, tornando-a no posto de turismo de Avô. É proposta a reabilitação do espaço do bar da praia do picoto, criando neste mais espaços de estar qualificados e também a reabilitação de uma pequena casa na praia do picoto que servirá os utilizadores da mesma dando a estes acesso ao aluguer de livros, jogos ou equipamentos náuticos para uso na praia.

No projeto de arquitectura como já foi referido são escolhidos dois edifícios devolutos para reabilitar, em ambos os projetos, a intenção foi manter a identidade dos locais e dos edifícios tentando preservar a memória dos mesmos na vila enquanto elementos que outrora já tiveram outras funções e usos. No caso do solar e por falta de informação do interior do mesmo, foram mantidas as suas fachadas e vãos, continuando intacta a sua relação com a vila mas o interior foi todo redefinido. No caso do lagar foi mantida a sua relação com a praia e com a rua a sul, reabilitando o seu núcleo mais alto a oeste e demolindo o seu braço a este, alterando a profundidade e a largura (por necessidades projetuais) do mesmo, mas mantendo a altura para não alterar a relação com os edifícios envolventes nem criar outro impacto na paisagem.





Escala 1:500 - Planta de Implantação dos Edifícios



Fig.117 - Vista Aérea Vila de Avô Centro Histórico - Localização Edifício do Solar

IV. 1.3 Escola Profissional de Hotelaria e Turismo

O edifício da escola profissional de hotelaria e turismo é um antigo solar do séc. XVIII este edifício é composto por 3 pisos, 240 m² de área livre à exceção do piso térreo com 411 m² sendo 130 m² de área ajardinada. Os espaços existentes neste edifício eram: Cozinha - 38 m²; Casa de Banho - 4 m²; Casa de Banho - 5 m²; Quarto - 22 m²; Quarto - 30 m²; Quarto - 14 m²; Quarto - 8 m²; Quarto - 28 m²; Quarto-14m²; Quarto-17m²; Quarto-13m²; Quarto-11m²; Quarto-18m²; Quarto-32m²; Sala-46m²; Sala-60m²; Hall de Entrada-19m². O edifício encontra-se em avançado estado de degradação sendo já difícil percorrer o seu interior sem perigo de queda.

O edifício encontra-se no extremo sudoeste de um quarteirão, com a fachada principal orientada a oeste para a Praça 21 de Junho e a sua fachada a Sudeste para a rua Viriato Trágico. A Norte encontra-se adjacente ao edifício da junta de freguesia, edifício notável da Vila de Avô. O telhado de quatro águas, composto por telhas de cerâmica e por um lanternim na fachada principal, encontra-se em avançado estado de degradação.

A espessura das paredes exteriores é de 60cm, a fachada principal é composta por 16 vãos, no piso térreo cinco portas com altura de 2,80m e 1,20m de largura à exceção da porta principal com 1,70m de largura. A fachada do edifício divide-se em dois momentos, nas extremidades do edifício são desenhados vãos rectangulares com 1,60 m de altura por 1,20m de largura com vestígios de algumas portadas em madeira. No centro do edifício nos pisos a cima da porta principal encontramos uma varanda senhorial com 2,40m de altura e 1,20m de largura com uma cantoneira trabalhada por cima do vão. No último piso encontra-se um vão com desenho em meia elipse na parte superior e logo por cima deste um vazio no lanternim. Todos os vãos tem cantoneiras em pedra estucadas.

Estucada, a fachada principal apresenta vestígios de ter cor azul na fachada principal, apesar da pintura já se encontrar muito degradada. Contêm ainda quatro colunas duas nas extremidades do edifício e duas a evidenciar a da entrada principal e da varanda.

Ainda na fachada principal existe um vão com um portão em metal, de acesso ao jardim, o jardim é limitado por um muro de pedra circular que abraça o jardim desde a fachada principal até à fachada a este, dentro do jardim podemos encontrar um lagar de pedra. A fachada virada para o jardim, orientada a sudeste, de ne um ritmo de vãos mais simétrico, todos eles retangulares com 1,20m de largura, no piso térreo os vãos são de nidos por 1,80m de altura e o vão de entrada por 3,00 m de altura. No piso intermédio os vãos são mais pequenos com 1,60m de altura e no piso superior existe uma grande varanda que liga todos os vãos deste piso que têm 2,10m de altura. Todos eles também com cantoneiras em pedra, a fachada contêm duas colunas nas extremidades.



Fig. 118 - Edifício do Solar, Praça 21 de Junho

Este edifício encontra-se à cota 227 e tem uma boa exposição solar em todas as fachadas devido à sua altura em relação aos edifícios adjacentes.

Na intervenção do edifício devido à falta de informação do desenho do espaço interior foi, como já foi referido, assumido apenas a reabilitação da casca do edifício, mantendo o desenho dos vãos, assumindo o azul como cor da fachada principal e as guardas existentes nas varandas por ainda de encontrarem em bom estado de conservação. É mantido o lagar como elemento de memória no jardim, e o portão do jardim assim como o muro em pedra. No telhado é assumido o mesmo tipo de telha existente.

No interior do edifício os espaços pretendem ser de nidos com elementos estruturais leves, usando estruturas metálicas com envidraçados de nido ambientes amplos e abertos, à exceção da zona das instalações sanitárias, do auditório e do piso de serviços onde são usadas paredes de alvenaria, os grandes vãos da fachada principal do piso térreo são abertos à rua, no sentido de abrir a escola à comunidade. É acrescentado um quarto piso ao edifício, abaixo do piso térreo no sentido de conter as áreas de apoio e serviço à escola.

Os espaços de nidos para as salas de aula pretendem ser exíveis sempre que possível, dando a possibilidade de unir salas de aula tornando possível o acolhimento de mais pessoas dentro da mesma. Os espaços de aprendizagem estão sempre ligados a zonas com luz natural privilegiando sempre a relação com o exterior.

Existem dois núcleos de acessos verticais, um deles com escada e elevador, que serve toda a comunidade escolar e está de nido a norte do edifício, estes elementos verticais fazem a ligação entre os quatro pisos. O segundo elemento vertical acontece junto à zona de confecção de comida do refeitório e liga a cozinha do piso térreo à zona de serviço do piso inferior, sendo apenas um acesso de serviço, este dispõe ainda de um elevador de serviço, este elevador percorre três pisos, havendo necessidade de ligação deste à zona de apoio às cozinhas de aplicação do piso um.

No exterior do edifício é alterado trazendo o passeio que envolve a frente do edifício do centro de saúde o pelourinho até ao muro do pátio da escola, integrando a entrada da escola no ambiente da praça.



Primeira Imagem Esquerda
Fig. 119 - Fachada Principal a Este do Solar



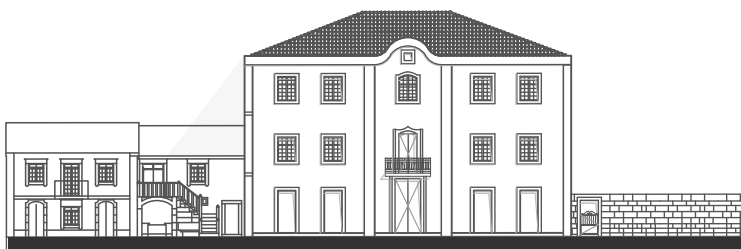
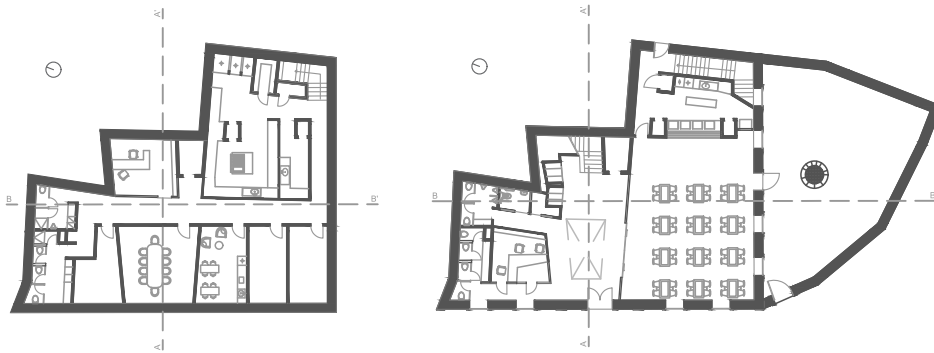
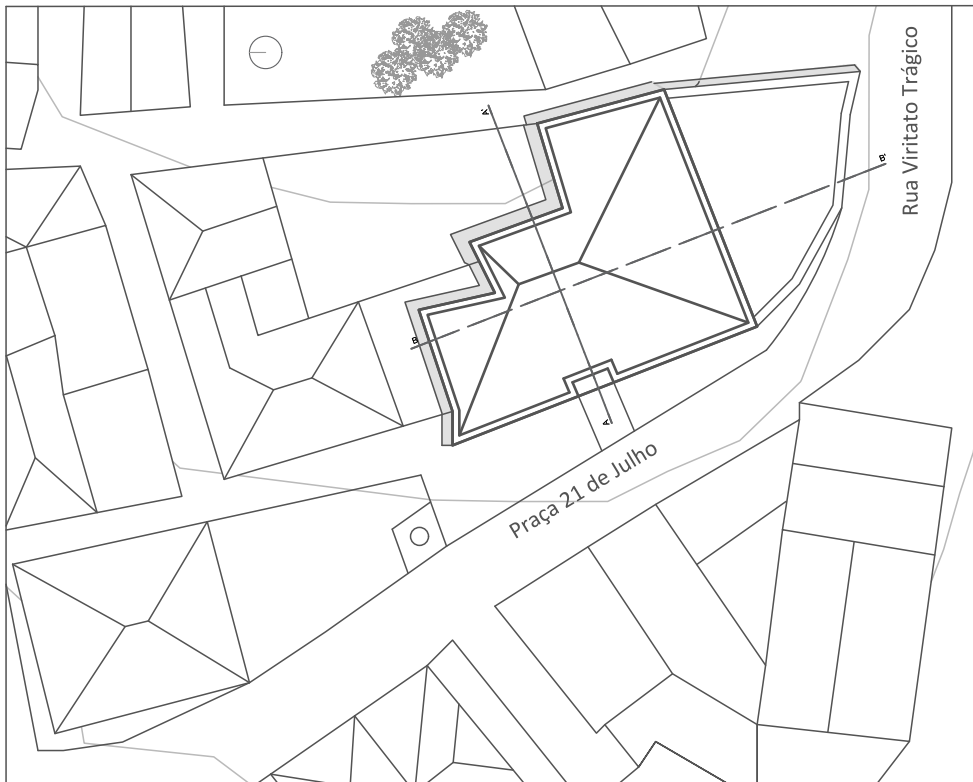
Primeira Imagem Direita
Fig. 120 - Fachada Secundária a Sul do Solar



Segunda Imagem Esquerda
Fig. 121 - Pormenor Fachada Principal do Solar



Segunda Imagem Direita
Fig. 122 - Esquina da Fachada Secundária a Este

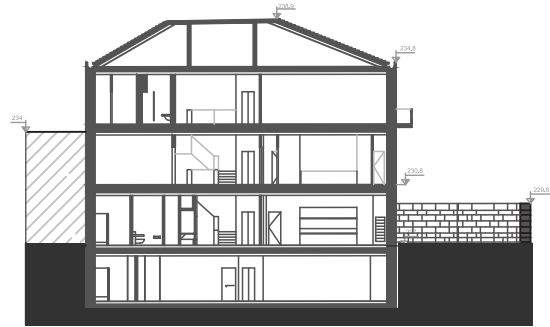
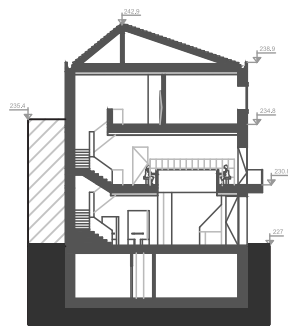
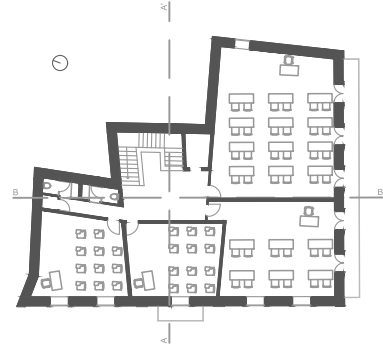
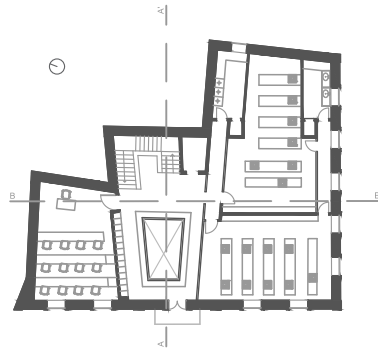


Primeira Imagem
Fig. 1223- Planta de Implantação da Escola Profissional

Segunda Imagem
Fig. 124 - Planta de Piso -1 da Escola Profissional

Terceira Imagem
Fig. 125 - Planta Piso 0 da Escola Profissional

Quarta Imagem
Fig. 126 - Alçado Sudoeste



Primeira Imagem

Fig. 127 - Planta Piso 1 da Escola Profissional

Segunda Imagem

Fig. 128 - Planta Piso 2 da Escola Profissional

Terceira Imagem

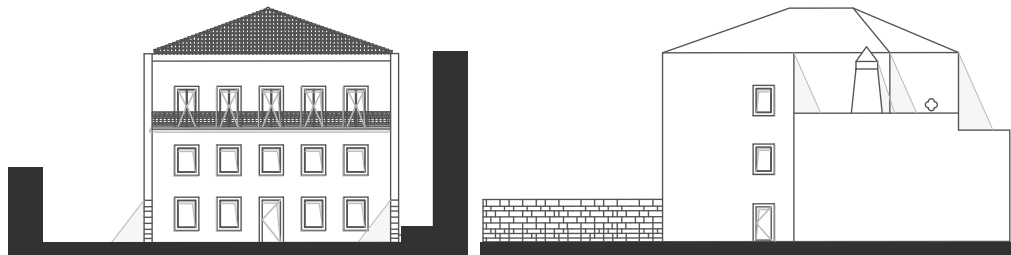
Fig. 129 - Corte AA' da Escola Profissional

Quarta Imagem

Fig. 130 - Corte BB' da Escola Profissional

Quinta Imagem

Fig. 131 - Alçado Sul da Escola Profissional



Quinta Imagem

Fig. 132 - Alçado Sudeste

Escala 1:500



Fig.133- Vista Aérea Vila de Avô Centro Histórico - Localização Edifício do Lagar

IV. 1.4 Hotel de Aplicação – A Casa de Avô

O edifício do hotel de aplicação é um antigo lagar de azeite situado junto à ilha do picoto, este é um edifício em pedra granítica, constituído por paredes de aparelho regular na sua construção mais alta e de paredes de aparelho rústico no seu braço mais comprido e no anexo a este. O edifício é constituído por três pisos no elemento mais alto, dois pisos no elemento mais comprido e um piso no anexo. O elemento mais alto, a reabilitar, tem de área bruta 119 m², o pequeno anexo 18 m² e o braço que se estende a oeste 185 m².

Não existe muita informação sobre o edifício e dado o avançado estado de degradação do interior do edifício não foi realizado o levantamento do seu interior, neste caso foi decidido ao nível do projeto manter o edifício de três pisos reabilitando-o e demolir o braço mais longo do edifício alterando as suas dimensões para que este pudesse corresponder às necessidades programáticas.

A decisão de demolição do edifício a Este deve-se ao avançado estado de degradação do mesmo e às suas características pouco ricas do ponto de vista arquitectónico. Contudo são valorizados os traços que este desenha sobre a estreita rua a sul e a relação com os edifícios adjacentes, assim como com a praça que é formanda a Este. No desenho deste novo elemento arquitectónico procura-se o desenho do traço idêntico ao existente mantendo o ambiente urbano que o edifício celebrava. Pretendeu-se também manter a materialidade da fachada, usando o granito para revestir as paredes deste novo elemento, criando um novo ritmo de fachada com os novos vãos e os novos elementos como as varandas no piso 0.

Estas escolhas projetuais pretendem manter o respeito pelo existente e pela marca que este edifício cria na paisagem, assim foram apenas alteradas as dimensões necessárias para que o espaço interior pudesse corresponder ao programa assim como e a forma como o edifício olha para fora, alterando os vãos, que eram quase inexistentes na pré-existência do edifício. Neste novo elemento são desenhados os quartos do hotel, todos eles providos de casa de banho com duche, lavatório, sanita e bidé. Contêm ainda um sofá, uma secretaria e armários, à exceção do quarto individual, todos os quartos são equipados com cama de casal. A cama encontra-se orientada a norte de frente para os vãos dos quartos, proporcionando ao hóspede uma maior ligação com a paisagem da serra e da praia uvial. Este núcleo contém também no piso de entrada as instalações sanitárias ligadas à zona de recepção, que servem não só o hóspede como o visitante do hotel, dando apoio ao restaurante do piso 2. Os quartos desenhados no piso 0 contêm todos uma varanda que é um elemento novo à imagem do edifício, este elemento sai do edifício avançando sobre o rio apoiado no muro existente, permitindo ao hóspede uma ligação mais próxima com o curso de água. O interior destas unidades de alojamento pretende ser leve, contendo apenas elementos metálicos leves envidraçados dividindo o espaço da instalação sanitária do restante, mantendo apenas a privacidade na zona da retrete.



Fig. 134 - Fachada Norte do Edifício do Lagar

O anexo a oeste é também mantido na sua essência, este integra a zona de serviços. O telhado de duas águas em telha cerâmica é mantido assim como o telhado de quatro águas do núcleo a reabilitar. No núcleo novo é devida uma cobertura plana, onde irá constar o terraço do restaurante.

No elemento reabilitado são mantidas as paredes em pedra granítica, revestindo-as dos elementos estruturais necessários, abertura dos vãos é também mantida, desenhando as guardas e os caixilhos como um elemento novo uma vez que não existem, ao contrário do edifício da escola que ainda mantém as suas intactas. Os vãos deste edifício são simétricos tendo vãos retangulares na vertical e na horizontal. Ao meio quatro vãos que seguem até ao pavimento um deles com uma pequena varanda sobre a ribeira de pomares. No último piso é aproveitado o telhado em quatro águas para permitir um pé direito mais alto.

O edifício encontra-se à cota 223 tendo como embasamento um pequeno muro de pedra, a Norte, onde existe um canal de drenagem de águas pluviais, o piso de entrada, a sul, encontra-se à cota 226, o piso -1 encontra-se enterrado a sul e a este. Existem dois acessos verticais de acesso ao muro, um a este e um a oeste que foram mantidos nesta intervenção.

É desenhado um novo acesso vertical exterior, junto ao anexo, para que seja possível aceder aos espaços de serviço, sendo ainda possível aceder ao elevador de serviço através de uma entrada de serviço junto à entrada principal no piso 1, esta porta permite que seja possível um carro percorrer a rua a sul do edifício e serem transportadas mercadorias para o piso inferior.

A receção no piso 1 é um espaço amplo onde permanece também a zona de estar, o espaço de receção não é convencional, tendo apenas uma pequena mesa de apoio onde o hóspede pode fazer o seu check in autónomamente, o rececionista encontra-se num pequeno escritório desenhado junto à entrada para que possa dar apoio ao hóspede mas o conceito é que o hóspede possa ser autónomo e possa usar a tecnologia em união com o meio rural.



Fig. 135 - Fachada Sul do Edifício do Lagar

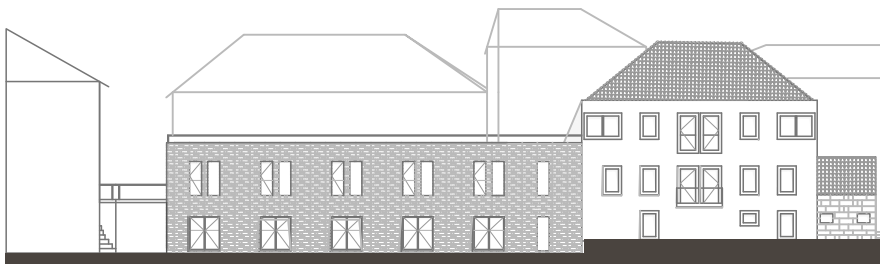
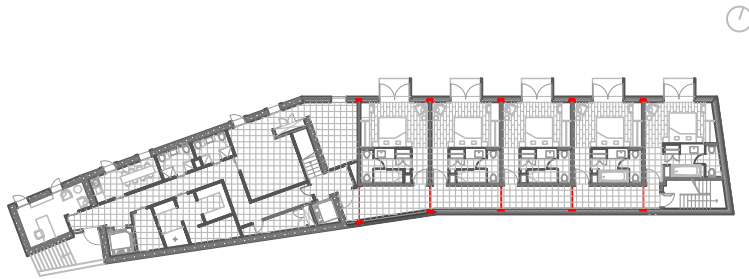
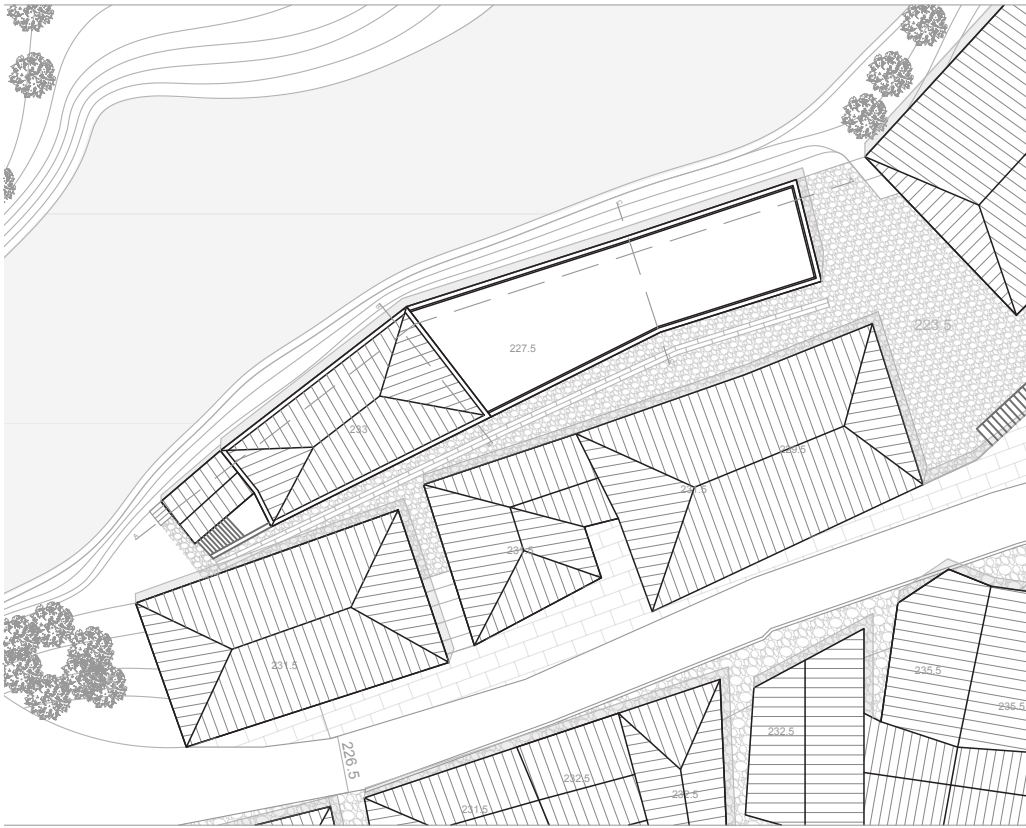


Fig. 136 - Implantação Hotel de Aplicação

Fig. 137 - Planta Piso 0

Fig. 138 - Fachada Norte Hotel de Aplicação

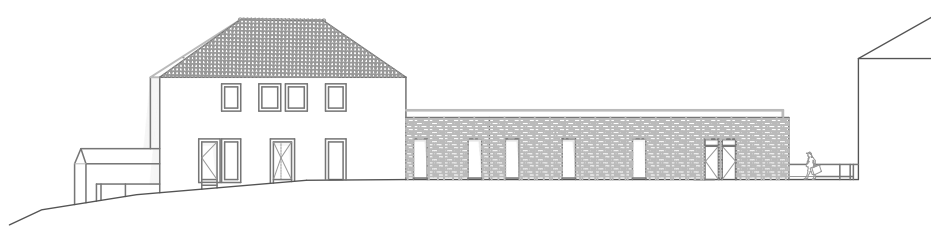
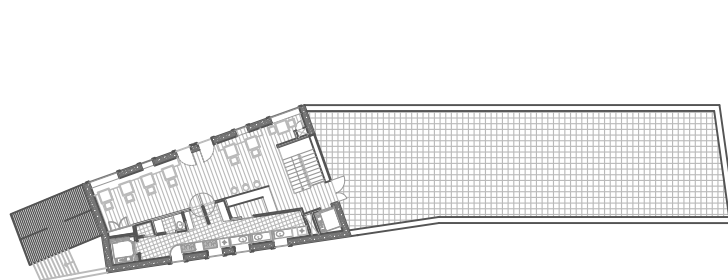
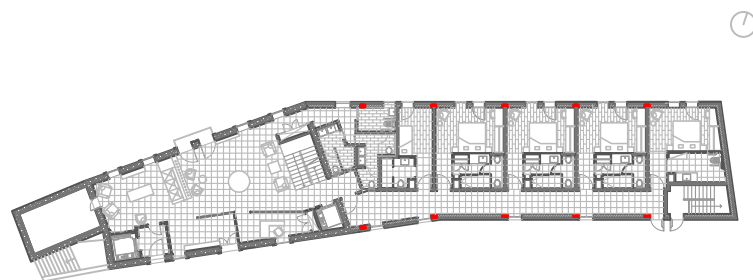


Fig. 139 - Planta Piso 1

Fig. 140 - Planta Piso 2

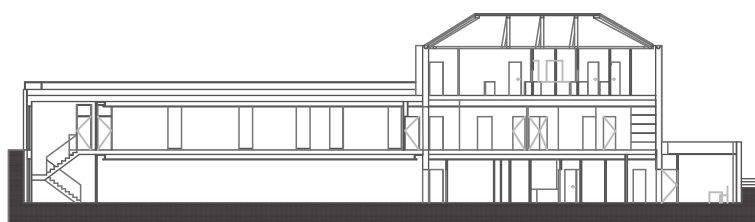


Fig. 141 - Fachada Sul

Fig. 142 - Corte AA'

Fig. 143 - Corte BB'

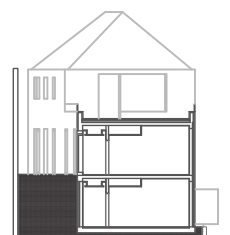
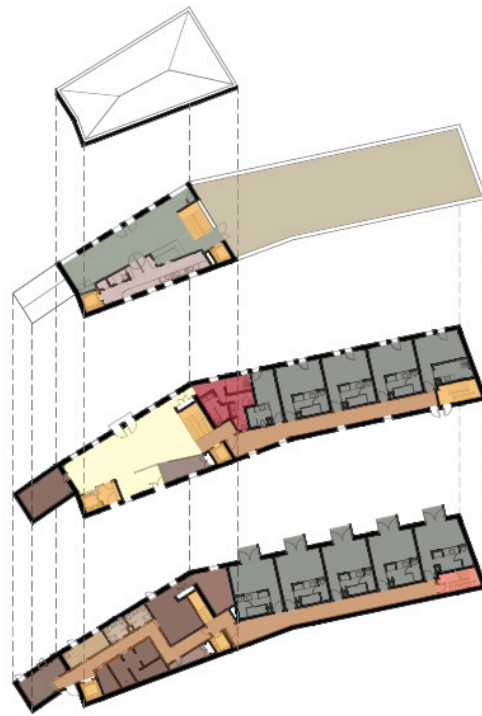




Fig. 144 - Renders Interior do quarto de hotel e fachada norte

Esquema de Usos

- Entrada/Zonas de Estar
- Acessos Verticais
- Instalações Sanitárias
- Corredores
- Gabinetes/Salas
- Arrumos/Áreas Técnicas
- Cozinhas
- Balneários/I.S. Staff
- Copas Staff
- Zonas de Estar Exteriores
- Quartos
- Restaurante/Bar
- Refeitório
- Auditório
- Cozinhas Pedagógicas
- Salas de Aula



IV. 1.5 Programa de Necessidades

O programa do equipamento escolar divide-se em dois momentos, o primeiro momento de ne a escola pro ssional e segundo momento de ne o hotel de aplicação.

O programa da escola pro ssional de hotelaria e turismo, inserido na pré-existência do edifício do Solar, divide-se em 4 pisos, um deles enterrado onde permanecem as áreas de serviço, sendo elas arrumos, áreas técnicas, balneários sta e a cozinha. No piso 0, piso da entrada principal, permanecem os serviços de secretaria, gabinete de administração, refeitório e respetiva cozinha, instalações sanitárias e o jardim. No piso superior duas cozinhas pedagógicas, duas salas de aula e uma zona de estudo. No último piso encontra-se um auditório, quatro salas de aula e instalações sanitárias. Este equipamento pretende que o uso dos espaços possa ser feito tanto por alunos como por utentes externos, permitindo que estes possam ser alugados a entidades interessadas em fazer formações ou outro tipo de atividades no espaço escolar. O espaço de refeitório e jardim pressupõe também que possam ser realizados eventos de cariz escolar ou outros.

O programa do hotel de aplicação foi baseado no Decreto do Presidente da República no 125/2015 seguindo as diretrizes necessários para um equipamento desta natureza. O edifício do hotel, antigo edifício do lagar, divide-se em dois momentos, um momento de reabilitação do existente e outro de demolição respeitando a geometria da pré-existência. No elemento a reabilitado são inseridos os serviços no piso 0, entre eles, lavandaria, engomadoria, áreas técnicas, gabinete administrativo, copa e balneários sta , zona de arrumos frios e quentes de apoio à cozinha. No piso 1 encontra-se a zona de entrada assim como a recepção e zona de estar. No piso superior está o restaurante do hotel. Todos os acessos verticais são feitos dentro do espaço do elemento reabilitado.

No segundo elemento demolido encontra-se os quartos do hotel, as instalações sanitárias e um acesso de saída de emergência. Os quartos dividem-se em dois pisos, piso 0 e piso 1 sendo que no piso 2 a cobertura deste elemento arquitectónico divide-se em zona exterior de estar do restaurante e zona de área técnica. O programa de ne 10 quartos, oito quartos duplos, no piso 1 existe um quarto single e um duplo para mobilidade condicionada. No piso 0 todos os quartos tem acesso a uma varanda que se debruça sobre o rio. A recepção deste hotel foi pensada para que o turista possa ser autónomo na sua estadia e possa fazer o seu check-in sem precisar do funcionário do mesmo. Esta intenção não exclui o funcionário, havendo sempre necessidade que este permaneça na recepção para apoio ao hóspede, mas vem da intenção de tornar mais tecnológicos os serviços de turismo oferecidos.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território do interior centro de Portugal tem vindo a ser alvo de um abandono populacional constante. A saída da população em idade ativa faz com que permaneçam apenas as gerações idosas nestes territórios, gerações que já não são capazes de revitalizar as suas terras nem de as manter ativas. Este abandono constante tem várias consequências, no território analisado, de Oliveira do Hospital, deu-se um grande incêndio em 2016 onde ardeu 97% da área forestal do concelho e onde houve graves consequências em algumas terras do mesmo, o despovoamento é uma das causas das dimensões que estas catástrofes atingem. Outra das consequências é a perda de património móvel, como observámos neste trabalho, as histórias, os rituais, o património da cultura dos lugares que é transmitido de geração em geração perde-se assim como a identidade da população e dos lugares. O património imóvel caído ao abandono, degradando-se de estação para estação, resultado da falta de investimento e de quem conserve e dê novos usos ao que outra vez fez parte da história.

O turismo é neste momento a economia que mais desenvolvimento traz para estes lugares rurais esquecidos. Estes espaços rurais são procurados pelos turistas para a realização de atividades ao ar livre, pela gastronomia, pelo conhecimento de novas culturas e pela busca da proximidade com a natureza. O projeto das Aldeias do Xisto, conforme abordado neste trabalho, é um grande impulsionador destes lugares do interior centro de Portugal, reabilitando e revitalizando aldeias quase desabitadas, este programa oferece ao turista atividades e serviços diversos em cada uma das aldeias que fazem parte do circuito. Onde antes se sentia o esquecimento hoje vive-se observando a presença de turistas provando aquilo que o lugar tem para oferecer. Produtos turísticos como o hotel casa do rio, terceiro caso de estudo apresentado, são também cada vez mais procurados, onde é aliado o alojamento rústico, ligado à natureza onde se têm uma experiência dos fazeres da terra e onde se prova vários produtos da região.

Para que o turismo nestas zonas resulte há que haver uma constante adequação ao mercado turístico e uma grande valorização da identidade dos lugares e das populações, adequando a cultura dos lugares às necessidades do turista. Para isso é necessário que as pessoas ligadas a esta área tenham qualificação constante para que possam fornecer ao turista a melhor experiência, promovendo os lugares usando os seus recursos turísticos distintos, reforçando a competitividade e promovendo a comercialização da oferta turística da região. A oferta nestes meios rurais deve sempre estar ligada ao património, cultura, ambiente e aliada à tecnologia. É esta a missão das escolas de turismo de Portugal, referidas no documento, tidas como caso de estudo para este projeto de mestrado.

É com esta consciência que esta proposta nasce, num lugar onde a paisagem é cativante onde a história e a cultura existe, onde parte da oferta turística já consta no sítio, conclui-se que o que falta é quem valorize e dinamize o território. É nesse sentido que surge a proposta da escola profissional de turismo e o hotel de aplicação onde é possível formar a população jovem assim como dar-lhes oportunidade de entrar no mercado de trabalho revitalizando a Vila de Avô e todo o território de Oliveira do Hospital. Apropriando o património local para inserção destes novos equipamentos, trazendo novos usos ao património imóvel do lugar e dando nova vida a estes elementos que fazem parte da história e da vida desta vila.

Referências Bibliográficas

ABREU, Pedro. «Arquitectura: Monumento e Morada» ARTITEXTOS 04. JUNHO 07 pp. 11-20

Barata, Óscar Soares (1985), “Demografia e evolução social”. Análise social, vol: XXI, n° 87-88-89: 981-993.

BARONET DE SOUSA, Paulo. «As Encruzilhadas do Despovoamento» Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra 2010 (Tese Mestrado Sociologia) pp. 40-45

BARONET DE SOUSA, Paulo. «Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: A construção social das trajetórias de saída» Oficina do Centro de Estudos Sociais, Oficina n°383, abril 2012

CARVALHO, Paulo. «Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes», n° 30/31 - 2011/12, Cadernos de Geografia Coimbra, FLUC - pp. 3-16

Choay, Françoise. «A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”» Proj. História, São Paulo, (18), mai.1999 pp. 103-106

CHOAY, Françoise. 1925 «As questões do património. Antologia para um combate» Edições 70,LDA janeiro 2011 pp. 1-23

COSTA, Carlos (Eds.) Turismo nos Países da lusofonia: conhecimento, estratégia e territórios, Vol. I, Editora Escolar, Portugal, 2013

Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio (1999), *Dicionário de Língua Portuguesa: 8ª Edição*. Porto: Porto Editora.

Decreto-Lei n.º 414/98, de 31 de dezembro - Regulamento de Segurança contra Incêndio em Edifícios Escolares

Diário da República, I série – A, N° 209 – 8 de setembro de 2001 pp. 5808-5827

Diário da República, 1.ª série — N.º 160 — 20 de agosto de 2008 PP. 5757-5761

DOMINGUES, Álvaro. «Paisagens Rurais em Portugal: algumas razões da polémica» Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XIX, Porto 2003 - pp. 111-117

Fernandes, Ana Alexandre (1997), «Velhice e Sociedade». Oeiras: Celta Editora

GOMES, Mariana Elias (2008), «A Semana Santa em Mariana, MG: estudo da relação entre património imaterial e turismo», Revista Urutagua – revista académica multidisciplinar, no15, Brasil, pp.166-177

GONÇALVES, CARLOS; PARENTE, CRISTINA; VELOSO, LUÍSA; GOMES, SANDRA; JANUÁRIO, SUSANA. «Os jovens, a formação profissional e o emprego: resultado de uma investigação internacional.» Porto, Fundação da Juventude/Instituto de Sociologia da Faculdade de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 137-176

Gorjão, J (2006). “Lugares em Teoria” Casa da Cambra; Caledoscópio, PP.70

Hespanha, Pedro (2004), «Do Abandono ao esquecimento» in, Jacinto, Rui e Bento Virgílio (Org), *Fronteira, Emigração, Memória*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

HOLLOWAY, J., The Business of Tourism, Quarta edição, Longon Group Limited, England, 1994

INE, I. P. «Anuário Estatístico da Região Centro 2012»

JANELA, Lia. «(Des) Ruralização» Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto 2013 (Tese de Mestrado de Arquitectura)

LEADER (1993), “LEADER e o turismo rural”, LEADER Magazine, no4, p. 10-12.

LE GOFF, Jacques. «História e Memória», Volume 1. Edições 70, 1990.

RIBEIRO, Luciano S., «Cultura de Cor: Reflexões sobre a Cor na Arquitectura Portuguesa». Coimbra, Departamento de Arquitectura, Universidade de Coimbra, 2009. Tese de mestrado.

LOURENÇO, Teresa. «A Importância da Formação Profissional enquanto Investimento em Capital Humano» Relatório de Estágio de Mestrado em Economia Coimbra, 2015

MARQUES, Rita. «Projectar com a paisagem» Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa 2013 (Tese de Mestrado de Arquitectura)

MOREIRA, Graça. «Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos» Art.Textos05, dezembro 2007 - pp. 117-129

NETO, D. (2001). «Difícil é sentá-los – A Educação de Marçal Grilo». Lisboa: Oficina do Livro (p.40).

PINTO, João. «Afirmção e revitalização do turismo na beira interior» Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa 2014 (Tese de Mestrado de Arquitectura)

Parque Escolar. «Especificações Técnicas de ARQUITETURA» Especificações técnicas para projeto do edifício escolar fevereiro 2017

ROQUE, Andreia Maria (2001), «Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões sul e sudoeste de Minas Gerais», Dissertação, Brasil (Minas Gerais).

SANTOS, Milton. 1926-2001 «A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e

emoção» São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. «METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO», fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

SILVA, Luís (2007). «Os impactos do turismo em espaço rural», Antropologia Portuguesa 22/23, pp. 295-317.

SOUSA, Lúcia Cardoso (2014). «Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever» Tese de mestrado de Património e Turismo Cultural, da Universidade do Minho

Tradução de M. Justino Maciel (Vitruvius – Tratado de Arquitectura. Lisboa: IST Press, 2006; p. 30)

TURISMO DE PORTUGAL. «Estratégia Turismo 2027» setembro 2017

Sites

«Município de Oliveira do Hospital» - consultado em 01/10/2018

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/>

«Oliveira do Hospital» - consultado em 01/10/2018

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Av%C3%B4_\(Oliveira_do_Hospital\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Av%C3%B4_(Oliveira_do_Hospital))

«O despovoamento do interior terá uma solução?» - consultado em 02/10/2018

<http://www.esv.ipv.pt/dacomunicacao/index.php/2016/06/30/o-despovoamento-do-interior-tera-uma-solucao/>

«Praia fluvial de Avô recebeu prémio “Praia Acessível 2016» - consultado em 02/10/2018

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/item/1402-praia-fluvial-de-avo-recebeu-premio-praia-acessivel-2016>

«Reabilitação do Colégio da Trindade / Aires Mateus» - consultado em 18/12/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/876540/reabilitacao-do-colegio-da-trindade-aires-mateus>

«Escola de hotelaria e turismo - Eduardo Souto de Moura e Graça Correia» - consultado em 18/12/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/01-82659/hotel-and-catering-school-slash-eduardo-souto-de-moura-plus-graca-correia>

«Escola de hotelaria e turismo de Portalegre» - consultado em 05/12/2019

<http://www.gop.pt/projecto-detalle.php?projecto=269&catProj=6&ordem=4>

«Castelo de Avô» - consultado em 18/12/2018

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1146-castelo-de-avo>

«ESTRATÉGIA TURISMO 2027» - consultado em 19/12/2018

<http://institucional.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

«TURISMO» - consultado em 19/12/2018

<https://www.utopia-projectos.com/licenciamento/tipos-de-usos/turismo/> consultado em 19/12/2018

«ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ARQUITETURA PARA PROJETO DO EDIFÍCIO ESCOLAR» - consultado em 05/05/2019

<https://www.parque-escolar.pt/docs/site/pt/programa/Parque-Escolar-Manual-Especificacoes-Tecnicas-Arquitetura.pdf>

«Hotel Rural Casa do Rio / Menos é Mais Arquitectos» - consultado em 05/05/2019

<https://www.archdaily.com/909959/hotel-rural-casa-do-rio-menos-e-mais-arquitectos>

«Procuradoria Geral Distrital de Lisboa» - consultado a 15 de outubro de 2019

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1188&tabela=leis

«O Patrimônio: legado do passado ao futuro» consultado em 8 de setembro de 2019

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>

«Património cultural» - consultado em 19 de setembro de 2019

<https://www.culturante.pt/pt/areas-de-intervencao/patrimonio-cultural/> consultado

«Lei n.º 107/2001 - Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural» - consultado em 24 de outubro de 2019

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>

«Decreto-Lei n.º 115/2012 - Aprova a orgânica da Direção-Geral do Património Cultural» - consultado a 24 de outubro de 2019

<https://dre.pt/home/-/dre/177827/details/maximized>

«Direção Geral do Património Cultural – Património» - consultado a 5 de setembro de 2019

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/>

«Património Cultural» - consultado a 24 de outubro de 2019

<https://pt.slideshare.net/catonnia/patrimnio-cultural-40205846>

«Direção Geral do Património Cultural – Património Arquitetónico» - consultado a 24 de outubro de 2019

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arquitetonico/>

«Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Património Rural» - consultado a 24 de outubro de 2019

<https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/patrimonio-rural>

«Ministério da Agricultura – Guia Observação do Património Rural» - consultado a 24 de outubro de 2019

https://www.dgadr.gov.pt/images/docs/div_meiorural/i010464.pdf

«Infopédia – Patrimonialização» - consultado a 29 de outubro de 2019

<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonializa%C3%A7%C3%A3o>

«TURISMO: TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO» - consultado a 7 de outubro de 2019

https://www.researchgate.net/publication/319344267_TURISMO_TENDENCIAS_DE_EVOLUCAO

«Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – O Interesse pelo Turismo no Espaço Rural» - consultado a 24 de outubro de 2019

<https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural/o-interesse-pelo-turismo-no-espaco-rural>

«História das Aldeias do Xisto: da desertificação à repovoação» - consultado a 29 de outubro de 2019

<https://www.e-konomista.pt/historia-das-aldeias-do-xisto/>

«Aldeias do Xisto – A Rede» - consultado a 29 de outubro de 2019

<https://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>

«Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP» - consultado a 9 de novembro de 2019

<http://www.anqep.gov.pt/aaaDefault.aspx?f=1&back=1&codigo-no=56225802AAAAAAAAAAAAAAAA>

«Rosa Braz, março de 2013 - Novas Competências Para Sair da Crise - Desenvolvimento de Carreira» - consultado a 9 de novembro de 2019

<http://emprego.sapo.pt/guia-carreira/artigo/345/artigo.htm>

«Decreto-Lei n.º 396/2007 - Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento» - 9 de novembro de 2019

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/628017/details/maximized>

«Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços» - consultado a 10 de setembro de 2019

https://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_do_Hospital_e_S%C3%A3o_Paio_de_Grama%C3%A7os

«UNESCO atribuiu à Serra da Estrela estatuto de Geopark Mundial» - consultado a 25 de outubro de 2019

<https://observador.pt/2019/09/03/unesco-atribuiu-a-serra-da-estrela-estatuto-de->

-geopark-mundial/

«Estrela Geopark – Rotas» - consultado a 25 de outubro de 2019

<http://www.geoparkestrela.pt/geopark/turismo-todos>

«Tourism Highlights, 2015 Edition» - consultado a 19 de setembro de 2019

<http://www.eunwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416899>

«Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital» - consultado a 20 de novembro de 2019

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/prestacao-de-informacao/1911-carta-educativa/file>

«Demografia – Oliveira do Hospital» - consultado a 30 de setembro de 2018

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/demografia>

«Carta Educativa do Município de Oliveira do Hospital» - consultado a 30 de setembro de 2018

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/prestacao-de-informacao/1911-carta-educativa/file>

«Estratégia de Lisboa» - consultado a 30 de setembro de 2018

https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrat%C3%A9gia_de_Lisboa

«Sociedade Portuguesa de Inovação» - consultado a 15 de dezembro de 2018

<http://www.spi.pt/p.index>

«Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital» - consultado a 15 de dezembro de 2018

<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/regulamentos/planeamento-e-urbanismo/plano-estrategico-municipal/492-plano-estrategico-municipal-relato-rio-fina-l/file>

«DOP - Denominação de Origem Protegida» - consultado a 27 de novembro de 2019

<http://www.adral.pt/pt/rsabores/missao/Paginas/DOP---Denominacao-de-Origem-Protegida.aspx>

«IGP - Indicação Geográfica Protegida» - consultado a 27 de novembro de 2019

<https://tradicional.dgadr.gov.pt/pt/produtos-por-regime-de-qualidade/igp-indicacao-geografica-protegida>

«INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA (IGP)» - consultado a 27 de novembro de 2019

<http://guiaexploracoes.dgadr.gov.pt/certificacao-da-qualidade/denominacao-de-origem-protegida-dop-identificacao-geografica-portuguesa-igp-e-especialidade-tradicional-garantida-ctg>

«Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada» - consultado a 27 de novembro de 2019

<https://pt.wikipedia.org/wiki/V.Q.P.R.D.>

«Escola de Hotelaria e Turismo do Porto» - consultado a 4 de dezembro de 2019

<https://www.parque-escolar.pt/docs/escolas/caracteristicas/033-3015.pdf>

«Agroturismo em Melgaço / Correia/Ragazzi Arquitectos» - consultado a 10 de dezembro de 2019

<https://www.archdaily.com.br/br/797557/agroturismo-em-melgaco-correia-ragazzi-arquitectos>

«Empreendimento Turístico em Espaço Rural – Casa de Campo em Lugar da Lapa / Adapteye» - consultado a 10 de dezembro de 2019

<https://www.archdaily.com.br/br/909876/empreendimento-turistico-em-espaco-rural-nil-casa-de-campo-em-lugar-da-lapa-adapteye>

«Longroiva Hotel Rural / Luís Rebelo de Andrade» - consultado a 10 de dezembro de 2019

https://www.archdaily.com.br/br/789837/longroivas-hotel-and-thermal-spa-luis-rebelo-de-andrade?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects

«GUIA DE TURISMO ATIVO» - consultado a 13 de dezembro de 2019

https://issuu.com/municipiodeoliveiradohospital/docs/guia_de_turismo_ativo

«Aldeias do Xisto – Aldeia das Dez» - consultado a 13 de dezembro de 2019

<https://aldeiasdoxisto.pt/aldeia/aldeia-das-dez>

«Obras de Alvenaria» - consultado a 13 de dezembro de 2019

<https://pt.slideshare.net/paulajesusguerreiromaauritti/fasciculo-13-obras-de-alvenaria>

Fotografia Pousada Santa Marinha - consultado a 14 de janeiro 2020

<https://i.pinimg.com/originals/0c/cb/66/0ccb660da16d2c70eb6a6cf0ea4060c4.jpg>

Pousada Santa Marinha - consultado a 14 de janeiro 2020

<https://ccvguimaraes.pt/sobre-nos/envolvencia/>

Pousada Santa Marinha- consultado a 14 de janeiro 2020

<https://arquivoatom.up.pt/index.php/pousada-de-santa-marinha-2?page=1&sort=alphabetic&sortDir=asc&listLimit=20>

Pousada Santa Marinha - consultado a 14 de janeiro 2020

<http://home.fa.ulisboa.pt/~al005687/pousada.html>

Anexos

Realizado questionário online:

Turismo Rural em Portugal Link:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfBLVqhngbVMbvK21ySYQm-VvSedZIMjB2fGc-WQeNGentQVuA/viewform?usp=sf_link

Levantamento Fotográfico:

A Vila de Avô



Imagem 1 - Ponte Romana

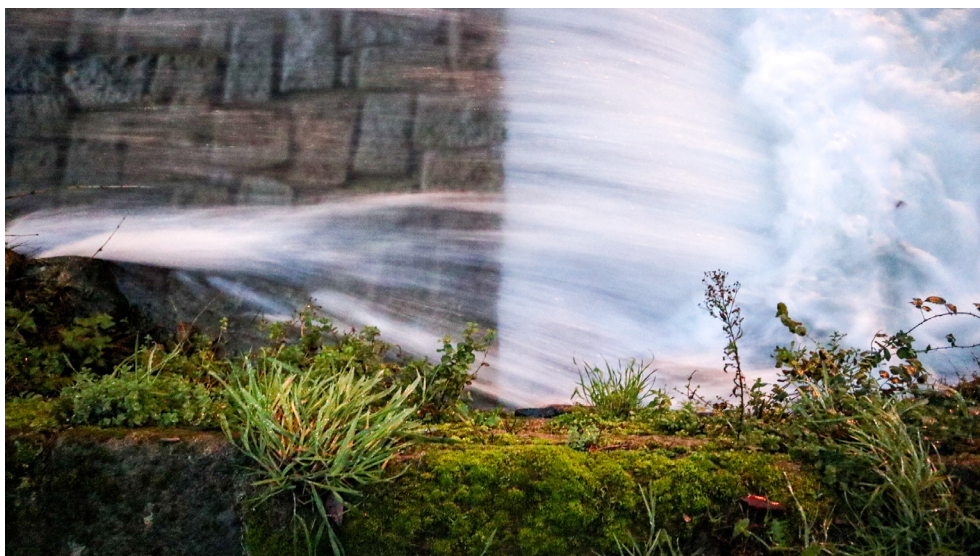


Imagem 2 - Curso de Água
Ribeira de Pomares



Imagem 3 - Praia Fluvial
Ilha do Picoto . Piscina In-
fantil

Imagem 4 - Ponte Romana
Vista da Praia Fluvial



Imagem 5 - Ponte sob a Ribeira de Pomares



Imagem 6 - Praia Fluvial Ilha do Picoto



Imagem 7 - Vista de uma Rua da Zona Histórica da Vila de Avô



Imagem 8 - Pormenor de guarda junto ao Castelo de Avô

Imagem 9 - Rua Nossa Sra dos Anjos, Avô



Imagem 10 - Rota do Xisto,
Caminhos Romanos

Imagem 11 - Vila de Avô
Vista de Norte



Imagem 12 - Entrada Castelo de Avô

Imagem 13 - Pelourinho e Casa de Arquitectura Vernacular



Imagem 14 - Rua da Zona Histórica da Vila de Avô

Edifício do Solar - Escola Profissional de Turismo



Imagem 15 - Cobertura Edifício do Solar

Imagem 16 - Fachada Sul do Edifício do Solar



Imagem 17 - Fachada Sul de Edifício Adjacente

Imagem 18 - Porta de entrada do jardim exterior do Edifício do Solar



Imagem 19 - Vista da Cobertura do Solar

Imagem 20- Fachada Sul do Solar



Imagem 21 - Fachada Sul

Imagem 22 - Portão de Entrada para o jardim do Solar

Edifício do Lagar - Hotel de Aplicação



Imagem 22 - Vista do Edifício do Lagar da Praia Fluvial, Fachada Norte

Imagem 23 - Vista do Edifício do Lagar da Ponte sobre a Ribeira de Pomares, Fachada Norte



Imagem 24 - Rua da Fachada Sul do Edifício



Imagem 25 - Vista do Edifício do Lagar da Praia Fluvial, Fachada Norte

Imagem 26 - Vista do Edifício do Lagar da ponte, Fachada Norte



Imagem 27 - Rua da Fachada Sul do Edifício

Imagem 28 - Rua da Fachada Sul do Edifício



Imagem 29 - Praça junto à Fachada Este

Imagem 30 - Muro Fachada Norte



Imagem 31 - Janela Fachada Sul do Edifício

Imagem 32 - Final da rua a Sul do Edifício

Maquetas



Imagem 33 - Maqueta Edifício Escola de Aplicação Escala 1:100

Imagem 34 - Maqueta Edifício Escola de Aplicação Escala 1:100

Imagem 35 - Maqueta Implantação dos Edifícios escala 1:500



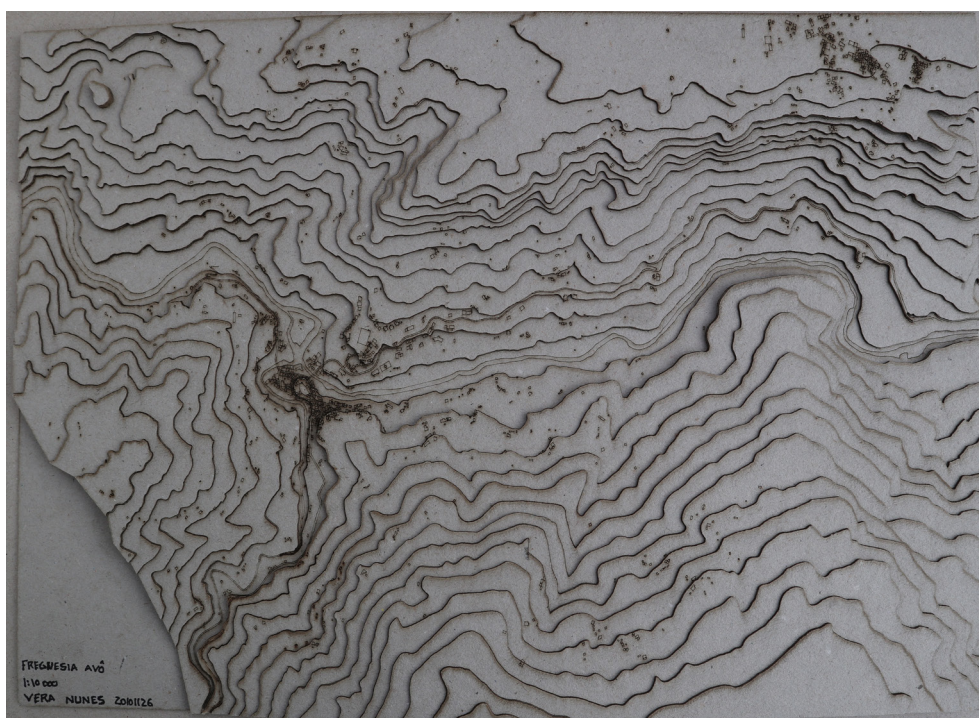


Imagem 36 - Maqueta Implantação dos Edifícios escala 1:500

Imagem 37 - Maqueta da freguesia de Avô escala 1:10000

Imagem 38 - Maqueta da freguesia de Avô escala

PROJETO EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO NA VILA DE AVÓ

PROJETO EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO NA VILA DE AVÓ

ARQUITECTURA PATRIMÓNIO TURISMO

PROJETO EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO NA VILA DE AVÓ

ARQUITECTURA PATRIMÓNIO TURISMO

PROJETO EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO NA VILA DE AVÓ

PROJETO EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO NA VILA DE AVÓ

PROJETO EQUIPAMENTO ESCOLAR E TURÍSTICO NA VILA DE AVÓ